

RELATÓRIO *de* **GESTÃO** 2018



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí

RELATÓRIO *de* GESTÃO 2018

Relatório de Gestão do exercício 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí está obrigado, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da DN TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, da Portaria TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018, da Portaria TRE-PI nº 159, de 2 de fevereiro de 2018, somados às orientações da Coordenadoria de Controle Interno e da Diretoria Geral / Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica deste Órgão (subunidade responsável pela coordenação do Relatório).

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Praça Desembargador Edgar Nogueira, s/n, Centro Cívico – CEP: 64000-920 / Teresina-PI

Telefone: (86) 2107-9824 / 2107-9956 – Fax: (86) 2107-9713

Site: www.tre-pi.jus.br

Organização

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN

Titular: Sérgio Luiz de Melo Campos

Equipe de consolidação

Antônio Alves Rodrigues Júnior

Brunna Barros Carvalho Martins

Bruno Mortari

Carlos Márcio Campos Lima

Miran Vieira de Sousa Silva

Ricardo Coelho Pereira

Soraya Cybelle Lustosa de Sousa

Colaboração

Waruske Lopes de Assis

Supervisão

Diretoria-Geral

Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho

Revisão

Aline Patrícia de Melo Gomes Deolindo

Brunna Barros Carvalho Martins

Soraya Cybelle Lustosa de Sousa

Capa e projeto gráfico

Breno Ponte de Brito

Impressão

Seção de Comunicações / Reprografia

Tiragem: 10 exemplares

Disponível também em: <http://www.tre-pi.jus.br>

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte, sendo vedada sua comercialização.

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PI).

Relatório de Gestão 2018 / Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. – Teresina:
TRE-PI, 2018.

97 p. : il. color. ; 29 cm.

1. Relatório de Gestão – TRE-PI – 2018. I. Tribunal Regional Eleitoral do
Piauí. II. Título.

CDDir: 341.41923

APRESENTAÇÃO



Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – Ano 2018

Este relatório apresenta à sociedade os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no ano de 2018, tornando acessível aos órgãos de controle e ao público em geral sua estrutura de governança e os valores que norteiam sua atuação: a Ética, a Imparcialidade, a Transparência, o Respeito ao Ser Humano e a Responsabilidade Socioambiental.

SUMÁRIO



MENSAGEM DO PRESIDENTE	9
1 VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL	11
1.1 Missão e Visão do TRE-PI	11
1.2 Composição	11
1.3 Estrutura Organizacional	12
1.4 Missão e Visão do TRE-PI	13
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	15
2.1 Planejamento Estratégico	15
2.2 Governança	16
2.2.1 Estrutura de Governança do TRE-PI	17
2.2 Governança	16
2.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	18
2.4 Atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos	18
2.4.1 Sistemática de apuração dos ilícitos cometidos por colaboradores	18
2.4.2 Condução dos processos administrativos	19
2.5 Ouvidoria	20
2.5.1 Ciclo permanente de trabalho da Ouvidoria TRE-PI	22
2.5.2 Carta de Serviço ao Cidadão	24
2.5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	25
2.6 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	26
3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	27
4 RESULTADOS DA GESTÃO	29
4.1 Gestão da Carteira de Processos	34
4.2 Gestão da Carteira de Projetos	35
4.3 Desafios remanescentes e próximos passos	37

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	41
5.1 Gestão orçamentária e financeira	41
5.1.1 Estratégias e metas de implementação dos objetivos	41
5.1.2 Desempenho orçamentário	45
5.1.3 Desempenho operacional	48
5.1.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	49
5.2 Gestão de fundos e de programas	50
5.2.1 Fundo Partidário	50
5.3 Gestão de Pessoas	52
5.3.1 Avaliação da força de trabalho	52
5.3.2 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas	55
5.3.3 Detalhamento da despesa de pessoal	56
5.3.4 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia	58
5.3.5 Absenteísmo	59
5.3.6 Capacitação	59
5.3.7 Principais desafios e ações	62
5.4 Gestão de licitações e contratos	62
5.4.1 Conformidade legal	62
5.4.2 Detalhamento dos gastos das contratações	62
5.4.3 Contratações mais relevantes	63
5.4.4 Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização	64
5.4.5 Desafios e ações futuras	65
5.5 Gestão patrimonial e infraestrutura	65
5.5.1 Conformidade legal	65
5.5.2 Principais investimentos de capital	65
5.5.3 Desfazimento de ativos	67
5.5.4 Locação de imóveis e equipamentos	67
5.5.5 Desafio e ações	68
5.6 Gestão de Tecnologia da Informação	68
5.6.1 Conformidade legal	68
5.6.2 Modelo de governança de TI	68
5.6.3 Montante de recursos aplicados em TI	70
5.6.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI	71
5.6.5 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor ..	71
5.6.6 Segurança da informação	72
5.6.7 Principais desafios e ações futuras	72
5.6.8 Desafios (Dificuldades, fraquezas e riscos)	74
5.6.9 Iniciativas para 2019	74
5.6.10 Eleições no Piauí	75
5.7 Gestão de custos	78
5.7.1 Conformidade legal	78
5.7.2 Estimativas de custos por área de atuação	79
5.7.3 Desafios e ações	80

5.8 Sustentabilidade ambiental	80
5.8.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições	80
5.8.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais	81
5.8.3 Redução de resíduos poluentes	81
6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	83
6.1 Declaração do Contador Geral	83
6.2 Demonstrações contábeis e notas explicativas	84
6.2.1 Balanço Orçamentário - Todos os orçamentos	84
6.2.2 Balanço Patrimonial - Todos os orçamentos	85
6.2.3 Balanço Financeiro - Todos os orçamentos	87
6.2.4 Demonstrações das variações patrimoniais - Todos os orçamentos	88
6.2.5 Demonstrações dos fluxos de caixas - Todos os orçamentos	89
6.2.6 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	90
7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	93
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	93
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	94
8 ANEXOS E APÊNDICES	97

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Este relatório apresenta à sociedade os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) referente ao ano de 2018, tornando acessível aos órgãos de controle e ao público em geral a sua estrutura de governança e os valores que norteiam sua atuação: a Ética, a Imparcialidade, a Transparência, o Respeito ao Ser Humano e a Responsabilidade Socioambiental.

O conteúdo deste documento foi didaticamente amoldado com vistas à compreensão do leitor e, a partir de uma visão clara e objetiva das informações apresentadas, conforme orientações estabelecidas pelo TCU, no sistema e-Contas, sendo composto por sete seções mais os anexos, assim explicitados:

- ▶ Visão Geral Organizacional;
- ▶ Governança, Planejamento Estratégico, Riscos e Controles Internos;
- ▶ Resultados da Gestão (objetivos estratégicos);
- ▶ Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão;
- ▶ Conformidade;
- ▶ Demonstrações Contábeis;
- ▶ Outras Informações Relevantes.

Registra-se o acompanhamento dos objetivos estratégicos do TRE-PI no ano de 2018, definidos em consonância com o Plano Estratégico 2015/2020, demonstrado sucintamente no resultado dos indicadores, cuja finalidade é permanecer dentro do planejamento de outrora, ratificando ao longo de 2018 as perspectivas e os temas originais como a missão da Instituição: “garantir a legitimidade do processo eleitoral”.

Em 2018, o TRE-PI, fomentando a cultura de boas práticas de governança, utilizou a técnica Benchmarking (busca das melhores práticas) e realizou reuniões, por meio do Conselho de Governança da Estratégia do TRE-PI (CONGEST), para analisar e responder ao questionário Integrado de Governança, obtendo-se, com isso, subsídio para avaliar seu grau de maturidade em governança.

No referido exercício, o TRE-PI realizou, por intermédio de sua Unidade de Controle, auditorias internas objetivando examinar a regularidade das ações efetivadas pela Administração. Assim, foram realizadas quatro auditorias referentes às áreas de Gestão de Pessoas e de Gestão Administrativa, com os seguintes objetos: processo de gestão da força de trabalho (Coordenada pelo TSE), processo de elaboração da folha de pagamento, processo de governança, gestão, riscos e controles de TIC (coordenada pelo CNJ) e auditoria de gestão – Tribunal de Contas da União.

Com foco na sustentabilidade, e em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 201/2015, e Resolução TSE nº 23.474/2016, instituiu-se no âmbito do TRE/PI a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, bem como a criação do Núcleo Socioambiental TREciclar, regulamentados por intermédio da Portaria TRE-PI nº 237/2016.

Alinhado às melhores práticas de acessibilidade, este Tribunal ainda no exercício de 2018, executou ações de melhoria nesta área em 10 cartórios eleitorais, com a instalação de piso podotátil, barras de apoio e eliminação de degraus e desníveis. Além disso, o sítio eletrônico do TRE-PI está em plena harmonia com os critérios de acessibilidade definidos na legislação aplicável, aos padrões definidos pelo W3C (World Wide Web Consortium) e ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico).

Convém deixar consignado que, no ano de 2018, foi lançado pela Presidência o Plano de Ação de Apoio aos Cartórios e Postos Eleitorais, voltado para o fortalecimento da Primeira Instância de Jurisdição da Justiça Eleitoral, composto de 15 medidas emergenciais, destacando-se as seguintes: criação de serviço de apoio aos cartórios e postos eleitorais; revitalização do ambiente de trabalho, melhorando a limpeza e estrutura física como um todo; renovação mobiliária e do parque tecnológico, inclusive melhorando a conexão de dados; aquisição de veículos; locação de imóveis, visando retirar o funcionamento da Justiça Eleitoral das dependências físicas da Justiça Estadual em algumas localidades do interior do estado.

Por fim, é importante deixar registrado que a Justiça Eleitoral do Piauí, no exercício em questão, deu início conforme dispõe a Resolução 356/2017, à institucionalização de sua Política de Segurança da Informação, por meio da constituição do Comitê de Segurança da Informação e da Equipe de Tratamento a Incidentes de Redes de Computadores (ETIR), responsável pela avaliação dos incidentes decorrentes de falhas de segurança.

Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
Desembargador Presidente do TRE-PI

1 VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL



1 VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL

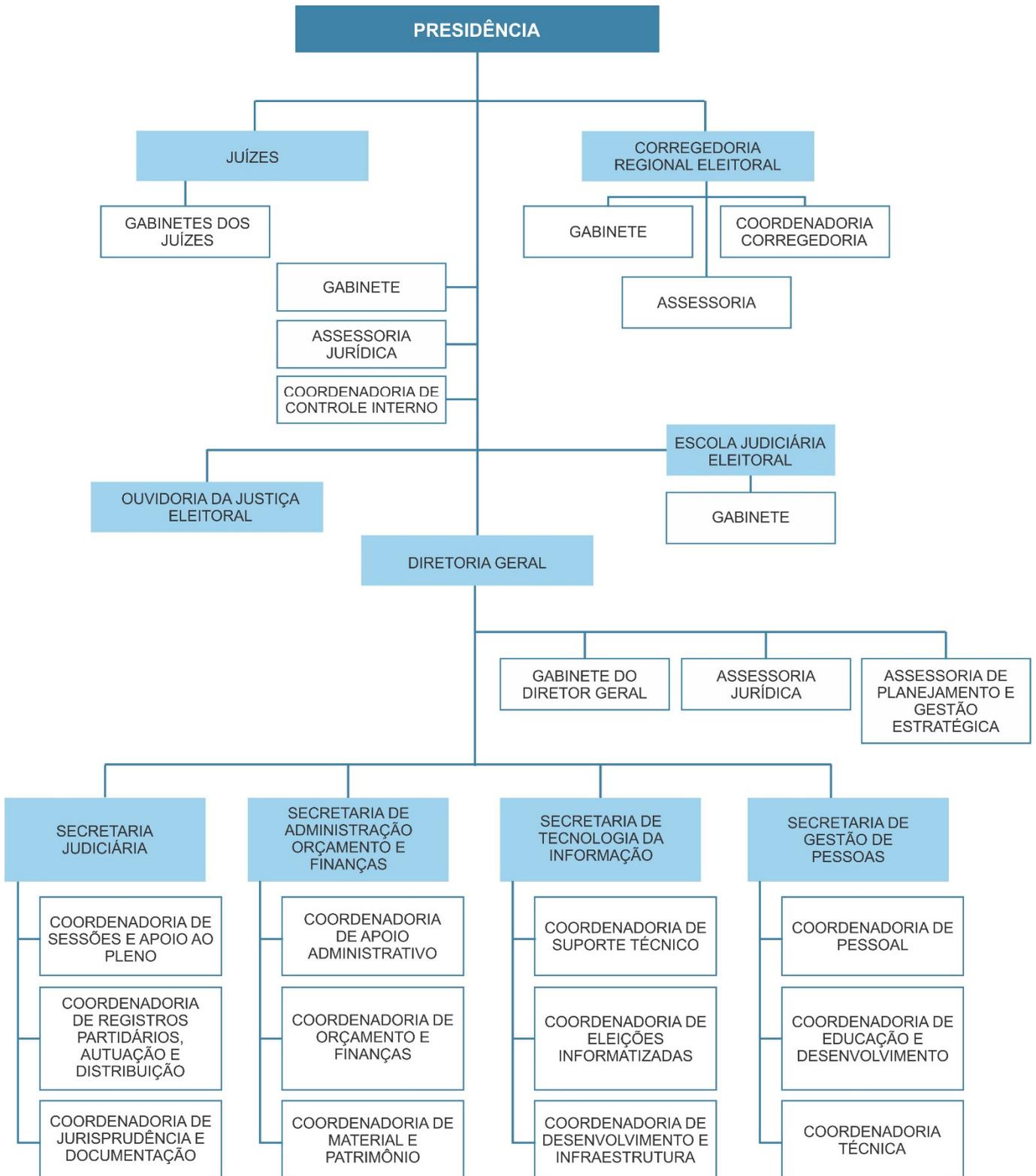
1.1 Missão e Visão do TRE-PI



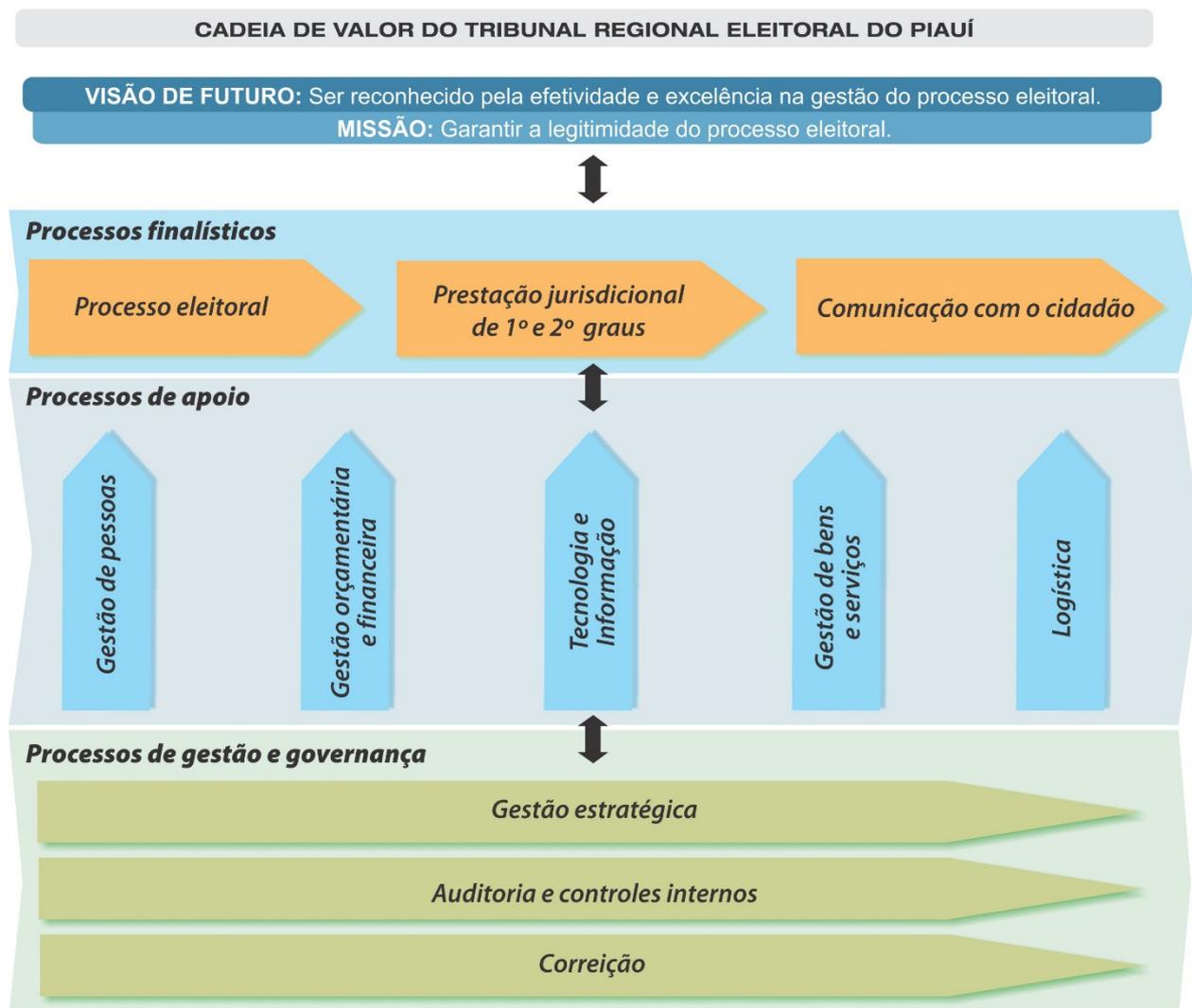
1.2 Composição

Áreas / Subunidades Estratégicas	Titular
Presidência	Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedoria Regional Eleitoral – em exercício	Des. Pedro de Alcântara da Silva Macedo
Diretoria-Geral	Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho
Membros da Corte	Daniel Santos Rocha Sobral
	Paulo Roberto de Araújo Barros
	Antônio Soares dos Santos
	Astrogildo Mendes de Assunção Filho
	Thiago Mendes de Almeida Férrer
Secretaria Judiciária	João José Rodrigues Alves
Secretaria de Gestão de Pessoas	Ivana de Macedo Rodrigues
Secretaria de Tecnologia da Informação	Daniel Gomes Evaristo
Secretaria de Administração Orçamento e Finanças	Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva
Coordenadoria de Controle Interno	Leonardo Moraes Júnior
Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica	Sérgio Luiz de Melo Campos
Escola Judiciária	Juiz Federal Daniel Santos Rocha Sobral
Ouvidoria	Juiz Paulo Roberto de Araújo Barros

1.3 Estrutura organizacional



1.4 Modelo de negócios (cadeia de valor)



2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA



2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 Planejamento Estratégico

Os objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), no ano de 2018, foram definidos em consonância com o Plano Estratégico projetado para o quinquênio 2015- 2020.

Como metodologia para a condução estruturada do seu planejamento, o TRE-PI utiliza o Balanced Scorecard, a partir de três perspectivas: sociedade, processos internos e pessoas e recursos, conforme demonstrado a seguir:

Garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania em sua múltipla manifestação social: cidadão administrado, como usuário dos serviços públicos e cidadão eleitor, por meio de ações voltadas para a cidadania eleitoral



Com a finalidade de cumprir o planejamento inicialmente concebido, mantiveram-se, ao longo de 2018, as perspectivas e os temas originais, assim como a missão e a visão da Unidade Prestadora de Contas (UPC). A relação de causa e efeito dos temas definidos nas três perspectivas pode ser observada adiante:

MAPA ESTRATÉGICO



2.2 Governança



O TRE-PI fomenta a cultura da adoção de boas práticas de governança por meio da utilização da técnica benchmarking, para a busca de melhores experiências, e da realização de reuniões anuais do Conselho de Governança (CONGEST), para avaliar o grau de maturidade em governança da Unidade Prestadora de Contas, com base nas respostas ao questionário integrado sobre o tema.

No ano de 2018, diversas boas práticas foram adotadas pelo TRE-PI, tencionando a excelência na gestão e a melhoria contínua da governança, com destaque para as seguintes iniciativas:

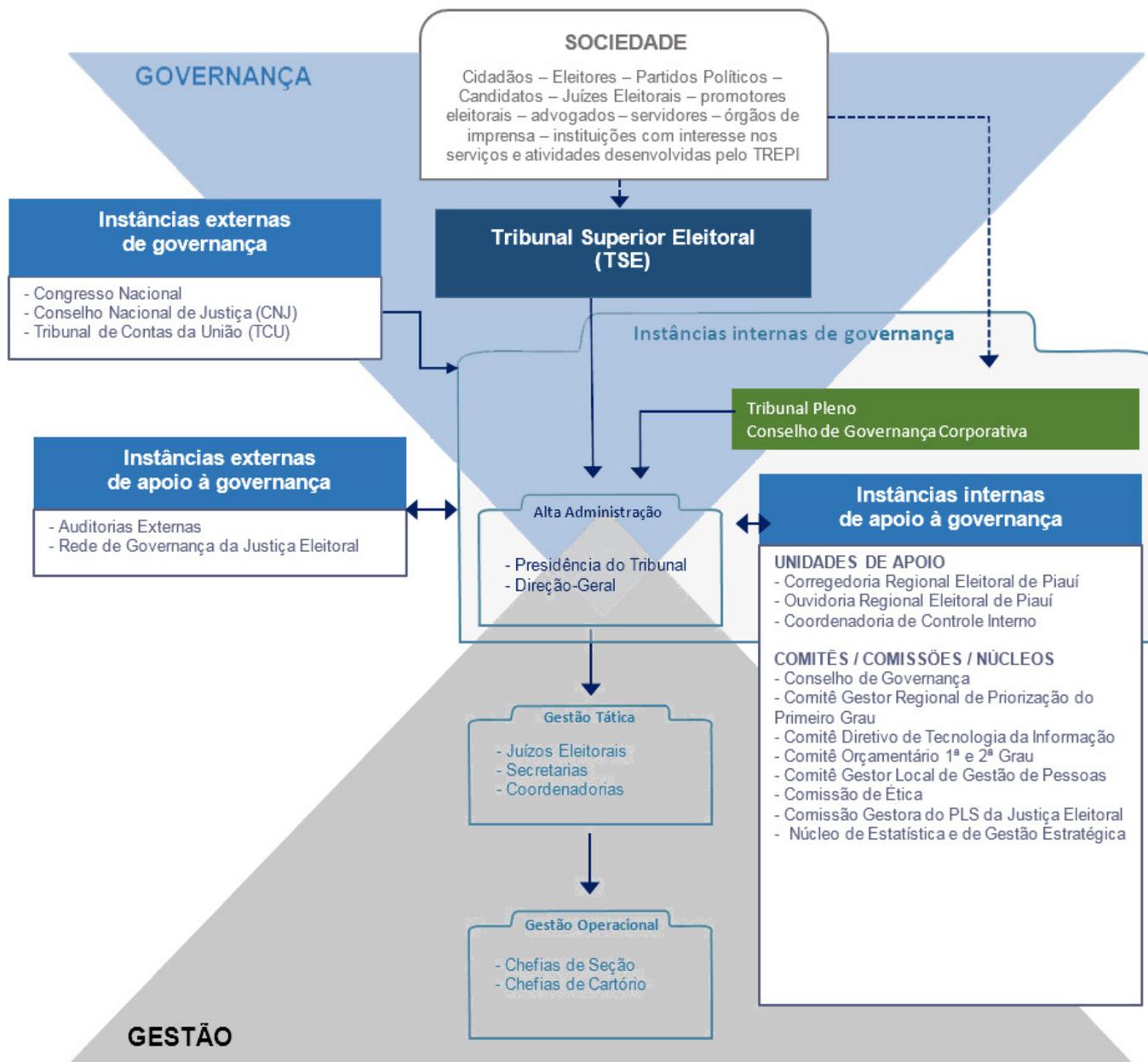
Principais boas práticas realizadas pelo TRE-PI em 2018.

Principais boas práticas implementadas 2018
Formação de grupo de estudo para melhorar a governança de aquisições
Elaboração da metodologia de riscos
Elaboração da metodologia de processos
Participação de servidores em capacitação sobre Gestão de Riscos
Utilização de técnicas de gestão de projetos na elaboração do Planejamento Integrado das Eleições 2018
Realização de auditorias na gestão

2.2.1 Estrutura de governança do TRE-PI

JUSTIÇA ELEITORAL DO PIAUÍ

Sistema de Governança e Gestão

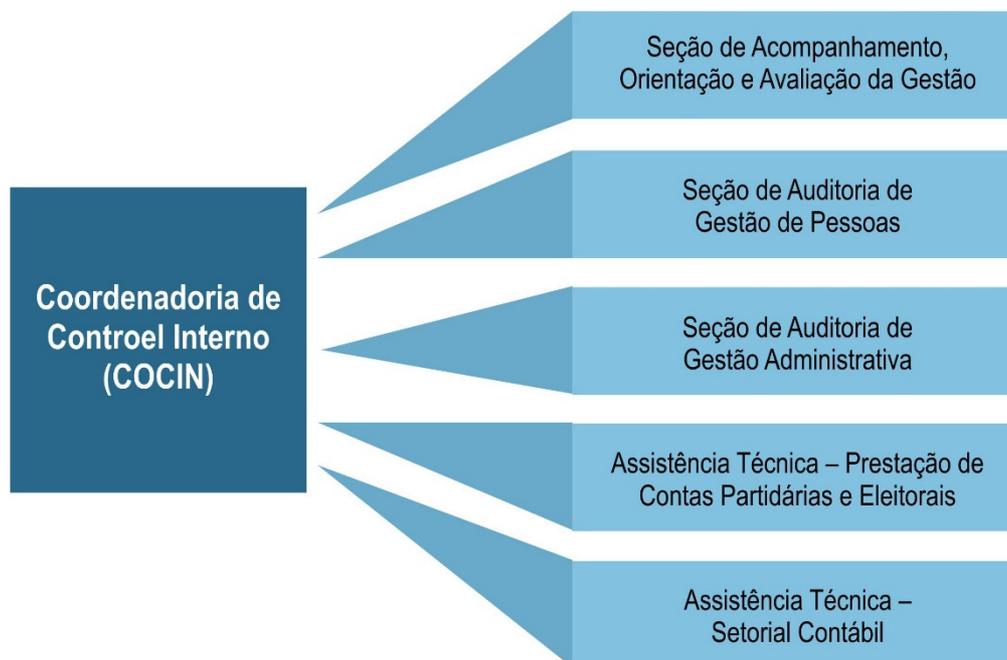


Demais informações acerca da governança do TRE-PI podem ser acessadas pelo seguinte link:
<http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/governanca/governanca>

2.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

No TRE-PI, a auditoria interna é realizada pela Coordenadoria de Controle Interno (COCIN), estruturada no formato a seguir:

Estrutura da Coordenadoria de Controle Interno



As competências da Coordenadoria estão definidas no Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal (Resolução TRE-PI nº 271/2013) e as normas específicas de seus serviços se encontram no Regulamento Interno da Coordenadoria (Portaria TRE-PI nº 1.085/2015), disponíveis no sítio <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-legislacao-resolucao-n-271-01-10-2013-1387477422637>.

No organograma das unidades administrativas do Tribunal, encontra-se essa Coordenadoria subordinada diretamente à Presidência do Órgão, seguindo determinação do Acórdão TCU nº 1.074/2009 – Plenário, de onde decorre a aprovação dos planos de auditoria interna, seja o de longo prazo, sejam os anuais. Frisa-se, ainda, competir à Presidência a análise das recomendações oriundas dos relatórios de auditoria.

2.4 Atividade de correção e apuração de ilícitos administrativos

2.4.1 Sistemática de apuração dos ilícitos cometidos por colaboradores

O TRE-PI, voltando-se para os padrões éticos e objetivando aferir a lisura e integridade das atividades desenvolvidas por seus servidores, instituiu quatro Comissões, a saber:

Quadro – Comissões instituídas pelo TRE-PI

Comissão	Normativo legal	Finalidade
Comissão Permanente de Ética e Sindicância (CES)	Resolução TRE/PI nº 258/2013 e Portaria nº 332/2018	Apurar as condutas praticadas pelos servidores consideradas passíveis de violação às normas éticas.
Comissão Permanente de Processos administrativos Disciplinares (CPPAD)	Portaria TRE-PI nº 230/2018, alterada pelas Portarias TRE-PI nº 300/2018 e nº 804/2018	Atuar nos procedimentos em que a CES tenha concluído pela falta de ética por parte do colaborador, nos termos dos arts. 143 e seguintes da Lei nº 8.112/1990 e do art. 16 da Portaria TRE/PI nº 258/2013, respeitada a competência da CRE-PI.
Comissão Permanente de Sindicâncias Relacionadas ao Inventário Anual do TRE-PI (CPS - Inventário)	Portaria TRE/PI nº 229/2018.	Apurar a responsabilidade pelas irregularidades detectadas nos relatórios de inventário anuais, nos moldes art. 11, inciso V, e do art. 16, da Resolução TRE/PI nº 214/2011.
Comissão Permanente de Sindicâncias (COSIND)	Portaria TRE/PI nº 771/2016, alterada pelas Portarias TRE/PI nº 1.417/2016 e 1537/2017.	Apurar os fatos relacionados às licitações e contratações que ensejam a aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993.

Cumpra mencionar, também, dentro desse contexto, a competência correccional da Corregedoria, estabelecida no art. 20 e incisos do Regimento Interno do Tribunal (Resolução TRE/PI nº 107/2005), atinentes às correções e inspeções dos serviços eleitorais do Estado, de incumbência do Corregedor Regional Eleitoral, para apurar as denúncias apresentadas contra os Juízes Eleitorais de primeiro grau e processar reclamações e representações contra servidores dos cartórios eleitorais.

2.4.2 Condução dos processos administrativos

No ano de 2018, a Comissão Permanente de Sindicâncias (COSIND) analisou cerca de 69 processos, que ensejaram aplicação de penalidades pela Administração Superior deste Tribunal, conforme gráfico adiante detalhado. O total das multas impostas foi de R\$ 178.339,33.

Penalidades aplicadas pela COSIND



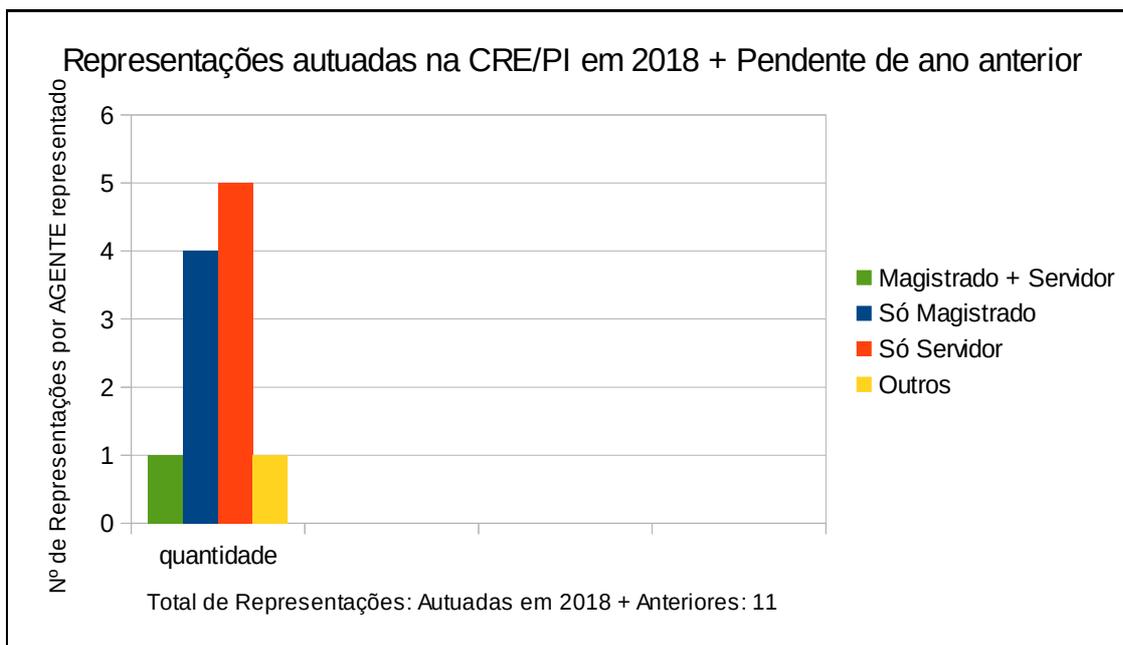
- Arquivamento (6)
- Multa de Mora - art. 86 da Lei 8.666/93 (21)
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Tribunal - art. 87 da Lei 8.666/93, c/c multa de mora - art. 86 da Lei 8.666/93 (8)
- Impedimento de licitar e contratar com a União - art. 7º da Lei 10.520/2002 c/c multa (5)
- Impedimento de licitar e contratar com a União - art. 7º da Lei 10.520/2002 sem aplicação de multa (22)
- Advertência - art. 87, I da Lei 8.666/93 (1)
- Multa Administrativa - art. 87, II da Lei 8.666/93 (1)
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Tribunal - art. 87, II da Lei 8.666/93 (5)

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), por sua vez, atuou em três processos administrativos disciplinares afetos à Presidência deste Tribunal, cujos trâmites haviam iniciado no ano de 2017. Não houve instauração de novos processos, tampouco emissão de relatório final no ano em análise.

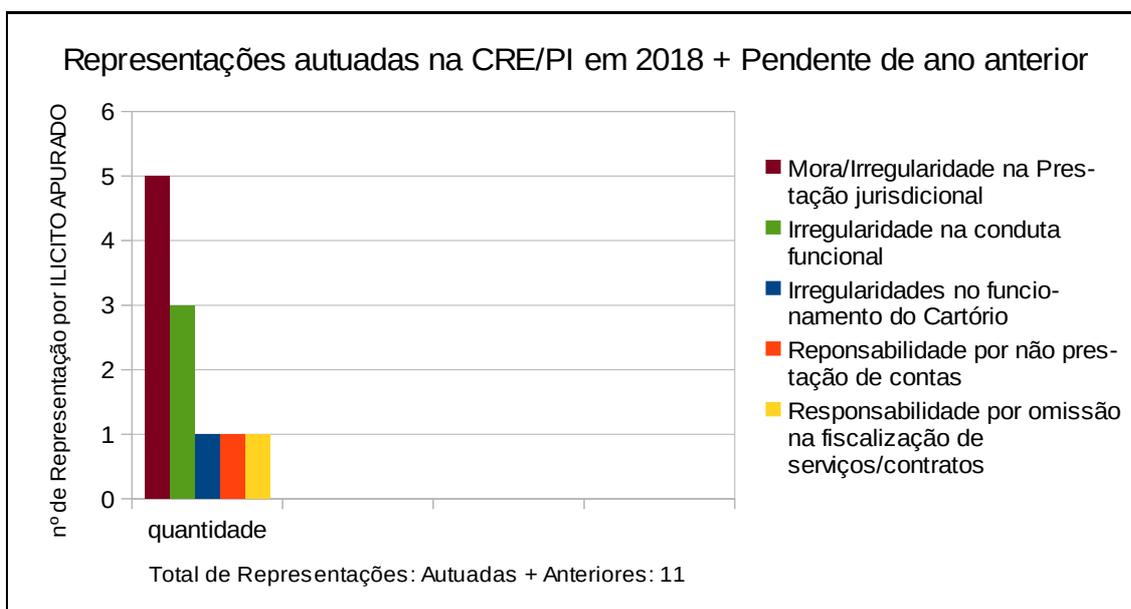
No âmbito da Comissão de Ética e Sindicância (CES), assinala-se também não ter sido autuado ou decidido processos em 2018.

Relativamente ao exercício da competência correccional, afeta ao Corregedor Regional Eleitoral, relata-se terem sido autuados oito procedimentos para apuração dos fatos relacionados a magistrados e servidores, atuantes nas zonas eleitorais, consoante detalhes a seguir demonstrados:

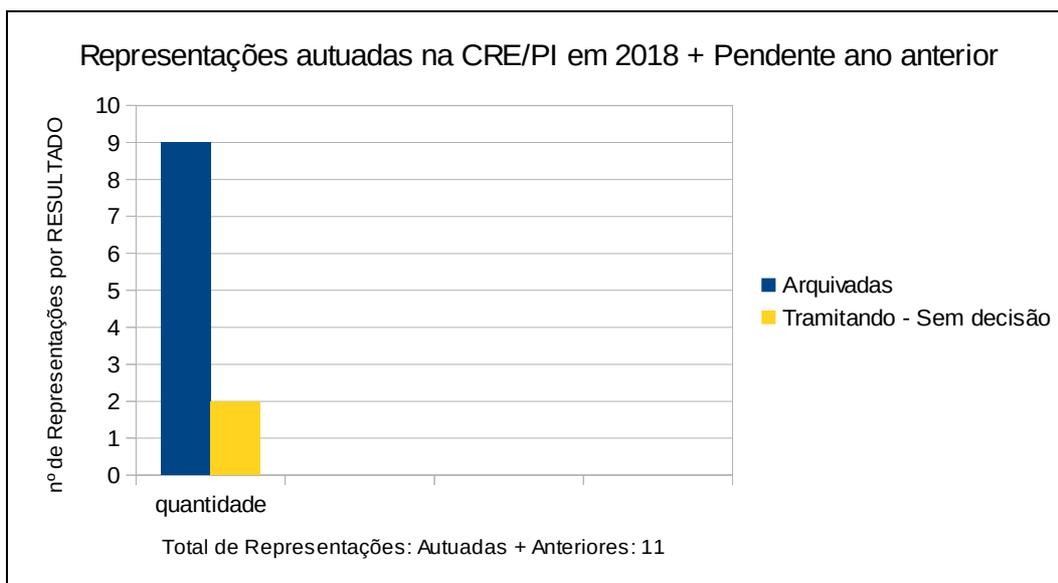
Detalhamento das Representações instauradas para apuração de ilícitos administrativos



Detalhamento das Representações instauradas para apuração de ilícitos administrativos



Detalhamento das Representações instauradas para apuração de ilícitos administrativos



2.5 Ouvidoria

A Ouvidoria da Justiça Eleitoral do Piauí, criada pela Resolução TRE-PI nº 171/2009 (alterada pela Resolução TRE-PI nº 246/2012) para viabilizar a participação e o atendimento dos anseios da sociedade na gestão dos serviços públicos, configura, na verdade, em mais um importante instrumento da democracia, possibilitando o envio de denúncias, reclamações, elogios e sugestões relativos ao atendimento e aos serviços prestados pelo Tribunal. Encontra-se disponibilizada, no sítio eletrônico do TRE-PI, na Página: www.tre-pi.jus.br/o-tre/ouvidoria

A figura, a seguir, enumera as diversas formas de acesso da sociedade aos serviços da Ouvidoria do TRE/PI:



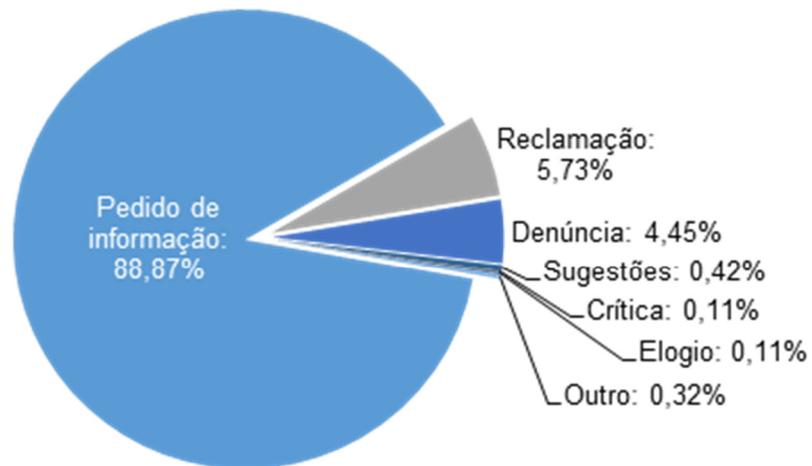
Na estratégia deste Tribunal, a Ouvidoria está vinculada à perspectiva Sociedade e ao objetivo Fortalecer a Cidadania, motivo pelo qual se investe no ciclo permanente de trabalho, que vai desde a qualificação de servidores até a identificação e a proposição de melhorias.

2.5.1 Ciclo permanente de trabalho da Ouvidoria TRE-PI



No decorrer de 2018, todas as manifestações recebidas, no total de 944, foram devidamente analisadas pela Ouvidoria e registradas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme gráfico adiante apresentado:

Quantitativo de manifestações analisadas pela Ouvidoria do TRE-PI em 2018.



■ Pedido de acesso à informação ■ Reclamação ■ Denúncia ■ Sugestões ■ Crítica ■ Elogio ■ Outro

Ano 2018: 944 manifestações, com 100% de atendimento, no prazo médio de 6 dias.

A Ouvidoria é a responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito do TRE-PI (Resolução TRE-PI nº 250/2012), assegurando o acesso à informação garantido pela Lei nº 12.527/2011, além de atuar como ouvidoria interna para os servidores e demais colaboradores.

Em 2018, o SIC recebeu a quase totalidade das demandas registradas na Ouvidoria e as iniciativas de distribuição de cartazes nos locais de votação e realização de plantões no dia e na véspera das eleições contribuíram para o aumento das manifestações relacionadas ao pleito. O serviço está disponível no endereço eletrônico: <http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/ouvidoria/servico-de-informacao-ao-cidadao/servico-de-informacao-ao-cidadao>.

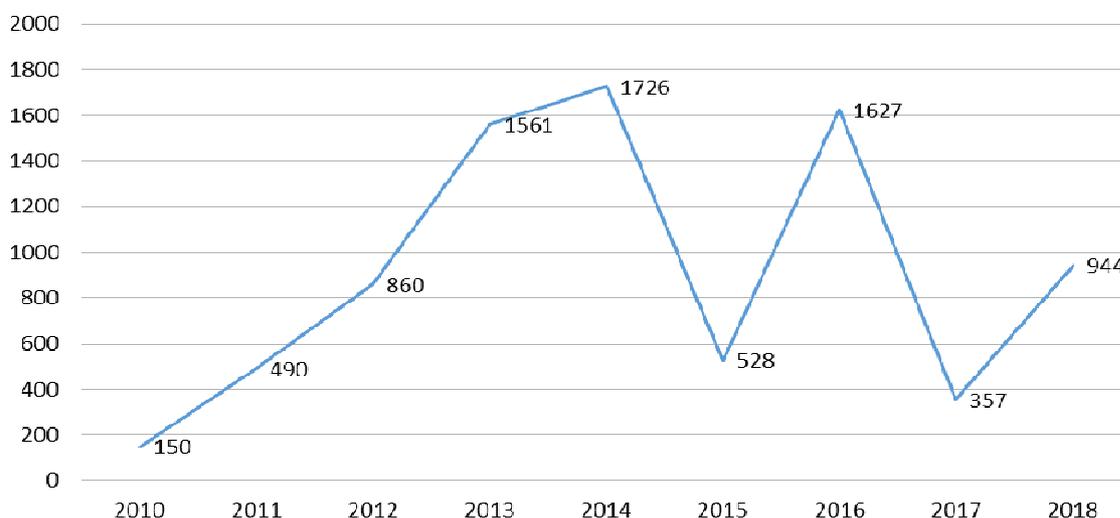
Quantitativo de pedidos de informações recebidos pelo SIC

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC



Desde sua criação, a Ouvidoria do TRE-PI já registrara mais de 8.000 atendimentos, com aumento expressivo de demandas em anos eleitorais, esclarecendo que transparência ativa e a qualidade dos serviços prestados pelo TRE-PI diminuído a necessidade de intermediação da Ouvidoria.

Evolução do quantitativo de atendimentos



A Ouvidoria, por intermédio do aplicativo PARDAL, lançado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em agosto de 2018, gerenciara o recebimento de 573 denúncias, das quais, 524 foram encaminhadas à Procuradoria, conforme quadro abaixo detalhado:



Em 2018, a Ouvidoria efetuou parcerias com a Escola Judiciária Eleitoral do Piauí, com a Faculdade UNINOVAFAPI e com a Ouvidoria Regional Eleitoral do Tocantins, para a realização de audiência pública sobre o tema “A Lei de Acesso à Informação e o Exercício da Cidadania” e também

participou da Rede de Ouvidorias Públicas do Estado do Piauí, da Rede Nacional de Ouvidorias, do Programa de Fortalecimento de Ouvidorias, do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral e da Associação Brasileira de Ouvidores, objetivando o planejamento e a execução de ações de promoção da cidadania e de capacitações, e a troca de experiências e boas práticas.

Parcerias realizadas pela Ouvidoria do TRE-PI



2.5.2 Carta de Serviço ao Cidadão

A carta de serviço ao Cidadão pode ser consultada no link abaixo:

<http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/carta-de-servicos>



2.5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria do TRE-PI, em atendimento ao Ofício Circular TSE nº 56/2017, fora designada para aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários com os demais serviços prestados pelo TRE-PI, a partir de três quesitos: clareza da resposta, qualidade da resposta e tempo de resposta. Para tanto, fora desenvolvido, no segundo semestre de 2018, formulário de pesquisa de satisfação, disponível na internet deste Tribunal, na página <http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/ouvidoria/pesquisa-de-satisfacao>.

No entanto, apesar da divulgação na sede do TRE-PI, nos Cartórios Eleitorais e nas Centrais de Atendimento ao Eleitor, assim como nas redes sociais, não houve registro suficiente de respostas à pesquisa realizada. O resultado obtido está demonstrado no gráfico adiante:

Aferição do grau de satisfação quanto aos critérios tempo, clareza e qualidade da resposta

AVALIAÇÃO POSITIVA (BOM/ÓTIMO)



99 formulários respondidos

Com o objetivo de ampliar o alcance da pesquisa e as respostas ao formulário, foi adotado Plano de Ação para implementação da pesquisa via telefone, desenvolvida pela Ouvidoria Regional Eleitoral do Espírito Santo, o qual, atualmente, encontra-se na fase de configuração do sistema, a ser encerrada com a visita técnica de servidor da Ouvidoria do TRE-ES, adiada para o mês de fevereiro de 2019 devido as atividades voltadas ao processo eleitoral de 2018.

2.6 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O TRE-PI adota medidas que garantam a acessibilidade aos seus produtos, serviços e instalações, por meio da adaptação de sua estrutura física e lógica; da capacitação de seus servidores efetivos e terceirizados do Serviço de Protocolo em linguagem de libras; e da adequação do seu portal de internet aos ditames de acessibilidade definidos na legislação de regência, no World Wide Web Consortium (W3C) e no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), medida avaliada por medições periódicas do índice de acessibilidade ao sítio eletrônico.

GESTÃO DE RISCOS 3 E CONTROLES INTERNOS



3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O TRE-PI, no ano de 2018, intencionando o alinhamento do Órgão às melhores práticas de boa Governança, constituiu um grupo de trabalho, formado por servidores do seu quadro, voltado para o estudo e elaboração de uma metodologia de gestão de riscos.

A metodologia de riscos foi elaborada encontrando-se, atualmente, na fase de análise pela Administração Superior. A expectativa é que, no ano de 2019 (ano não eleitoral), haja a fomentação desta metodologia, mediante a promoção de cursos e oficinas.

Cumprido ressaltar, no entanto, que essa Instituição, mesmo empiricamente, já gerencia seus riscos, citando-se, como exemplo, o Projeto Eleições, no qual consta campo atinente a riscos e controles.

4 RESULTADOS DA GESTÃO



4 RESULTADOS DA GESTÃO

Com a decisão de manter a estrutura básica do Mapa Estratégico, decidiu-se reduzir alguns indicadores estratégicos atrelados a cada tema. Esta decisão foi tomada, com a finalidade de concentrar os esforços naqueles indicadores com maior potencial de contribuição para a missão institucional.

Neste sentido, foram realizadas diversas reuniões com as unidades administrativas, denominadas de Reunião de Análise da Estratégia (RAE), para que, de forma integrada e participativa, fossem estabelecidas as ações estratégicas e, conseqüentemente, os indicadores estratégicos a serem priorizados no ano de 2018.

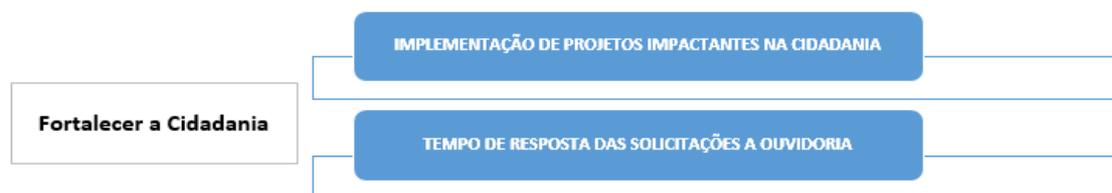
Os indicadores definidos em cada perspectiva e os resultados apurados, em 2018, estão destacados a seguir.

Perspectiva Sociedade

Objetivo estratégico: Fortalecer a Cidadania

Tema: Cidadania

Finalidade: garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania em sua múltipla manifestação social.



Resultados obtidos - Ano 2018				
Objetivo	Indicadores	Responsável	Meta	Resultado
Fortalecer a Cidadania	Implementação de projetos impactantes na cidadania	AJE/EJE	5	4
	Tempo de resposta das solicitações a ouvidoria	OUVIDORIA	90%	96,78%

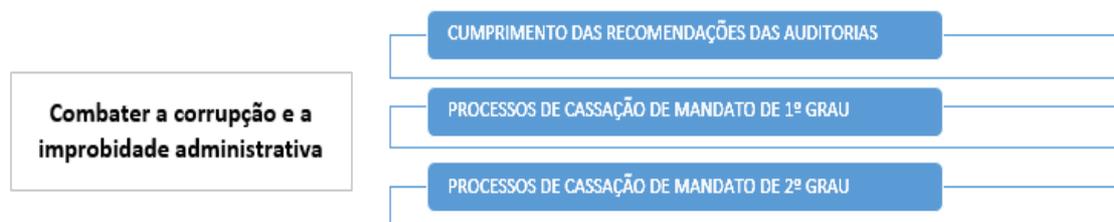
*Os indicadores marcados com a cor vermelha, não alcançaram as metas estabelecidas.

Perspectiva de Processos Internos

Objetivo estratégico: Combater a Corrupção e a Improbidade Administrativa

Tema: Eficiência Operacional

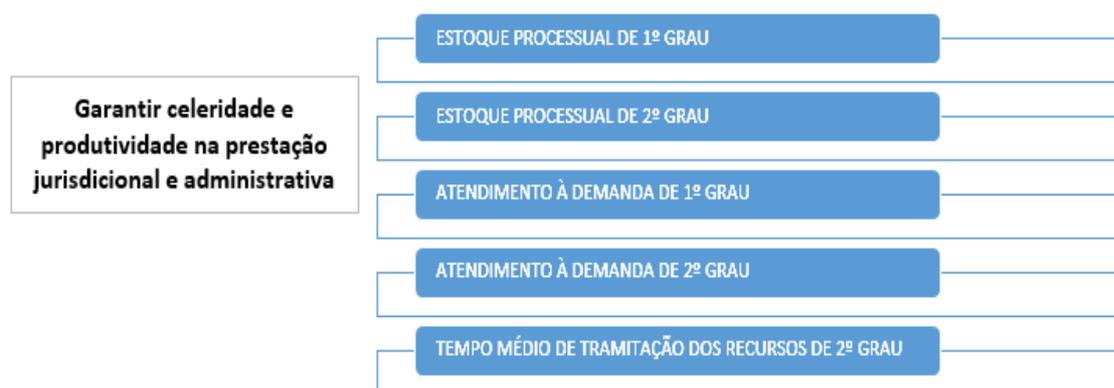
Finalidade: mensurar a proteção da coisa pública, garantia da probidade administrativa, à lisura dos processos eleitorais e a persecução dos crimes eleitorais.



Objetivo estratégico: Garantir Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional e Administrativa

Tema: Eficiência Operacional

Finalidade: obter a prestação jurisdicional efetiva e ágil.



Objetivo estratégico: Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral

Tema: Eficiência Operacional

Finalidade: garantir o aprimoramento contínuo da segurança e do processo eleitoral.



Apuração dos indicadores - Ano 2018

Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Combater a corrupção e a improbidade administrativa	Cumprimento das recomendações das auditorias	70%	70,59%
	Processos de cassação de mandato de 1º grau	30%	23,30%
	Processos de cassação de mandato de 2º grau	30%	40%
Garantir celeridade e	Estoque processual de 1º grau	4000	5339

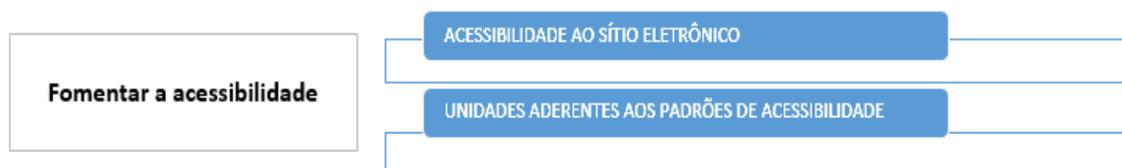
Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
produtividade na prestação jurisdicional e administrativa	Estoque processual de 2º grau	200	54
	Atendimento de 1º grau	100%	109,10%
	Atendimento de 2º grau	100%	109,7%
	Tempo médio de tramitação dos recursos de 2º grau	40	74,15
Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral	Aderência ao Planejamento Eleitoral	90%	95%

*Os indicadores marcados com a cor vermelha, não alcançaram as metas estabelecidas.

Objetivo estratégico: Fomentar a acessibilidade

Tema: Acessibilidade

Finalidade: implementar ações voltadas a propiciar a plena participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no processo eleitoral, por meio do acesso as informações e aos serviços prestados.



Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Fomentar a acessibilidade	Acessibilidade ao Sítio Eletrônico	80%	91%
	Unidades aderentes aos padrões de acessibilidade	60%	44%

*Os indicadores marcados com a cor vermelha, não alcançaram as metas estabelecidas.

Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a Gestão da Comunicação e Informação

Temática: Integração e Comunicação

Finalidade: aprimoramento da comunicação institucional.

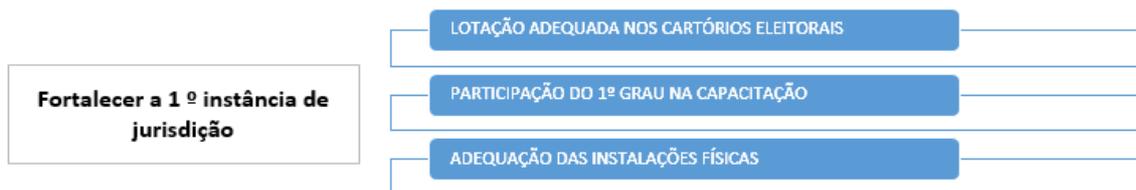


Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação	Matérias Positivas na Mídia	90%	98%

Objetivo estratégico: Fortalecer a 1ª Instância de Jurisdição

Tema: Integração e Comunicação

Finalidade: aperfeiçoar a qualidade, celeridade e efetividade dos serviços prestados nas Zonas Eleitorais.



Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Fortalecer a 1ª instância de jurisdição	Lotação adequada nos cartórios eleitorais	30%	ND
	Participação do 1º grau na capacitação	30%	32%
	Adequação das instalações físicas	80%	81%

*O indicador lotação adequada nos cartórios eleitorais não foi atingido.

Objetivo estratégico: Fomentar a Sustentabilidade

Tema: Sustentabilidade

Finalidade: promover ações voltadas para o aprimoramento da qualidade dos padrões de compra e consumo consciente; do uso sustentável dos recursos naturais e dos bens públicos, melhoria da gestão documental e logística sustentável de contratações.



Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Fomentar a Sustentabilidade	Alcance das Metas Socioambientais	80%	34%

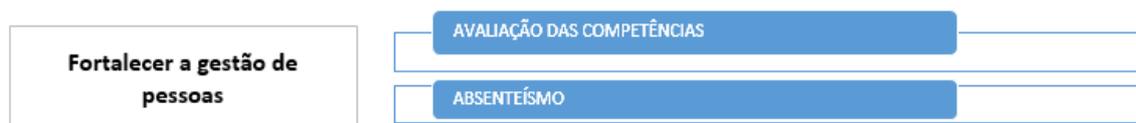
*Os indicadores marcados com a cor vermelha, não alcançaram as metas estabelecidas.

Perspectiva Pessoas e Recursos

Objetivo estratégico: Fortalecer a Gestão de Pessoas

Tema: Gestão de Pessoas

Finalidade: promoção do desenvolvimento de políticas, métodos e práticas voltados a potencialização do capital humano.



Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Fortalecer a Gestão de Pessoas	Avaliação das competências	30%	0%
	Absenteísmo	7%	2,5%

*Os indicadores marcados com a cor vermelha, não alcançaram as metas estabelecidas.

Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária

Tema: Gestão Orçamentária e Financeira

Finalidade: alinhamento das necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional.



Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação	Perdas Orçamentárias	4%	1,72%
	Aderência Orçamentária	80%	70%

*Os indicadores marcados com a cor vermelha, não alcançaram as metas estabelecidas.

Objetivo estratégico: Fortalecer a Governança

Tema: Governança e Gestão

Finalidade: formulação, implantação e monitoramento das estratégias, de forma a garantir as melhores práticas de governança pública.



Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Fortalecer a Governança	Agilidade na tramitação dos processos de aquisição	76%	69%
	Governança Pública	35%	35%
	Governança de Pessoas	50%	22%
	Governança de Aquisições	43%	35%

*Os indicadores marcados com a cor vermelha, não alcançaram as metas estabelecidas.

Objetivo estratégico: Fortalecer a infraestrutura e governança

Tema: Governança e Gestão

Finalidade: disponibilização dos instrumentos de tecnologia da informação alinhadas as políticas de TI definidas pela Justiça Eleitoral.



Apuração dos indicadores - Ano 2018			
Objetivo	Indicadores	Meta	Resultado
Fortalecer a infraestrutura e governança	Governança de TI	0,55	0,45
	Nivelamento e infraestrutura de TI	85%	77%

*Os indicadores marcados com a cor vermelha, não alcançaram as metas estabelecidas.

Desdobramento da estratégia

Objetivos, indicadores e metas em nível estratégico foram desdobrados em níveis táticos, por meio da gestão da carteira de processos de trabalho e das iniciativas de planejamento



4.1 Gestão da Carteira de Processos

Com elaboração do Manual de Gerenciamento de Processos de Trabalho do TRE-PI, a gestão dos processos de trabalho (aqui entendido como um conjunto de atividades independentes e ordenadas para produzir e entregar um resultado) foi realizada identificando na Cadeia de Valor (representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho) os macroprocessos e posteriormente os processos de trabalho.

A identificação dos processos de trabalho, a partir do desmembramento dos macroprocessos, se deu a partir de reuniões realizadas entre a Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN) e as outras unidades administrativas deste Tribunal.

Com isso, a partir de trabalho similar ao realizado pelo TSE e por outros Tribunais, gerou-se a versão preliminar da lista dos macroprocessos e processos de trabalho do TRE-PI.

- ▶ Gestão de serviços de pessoal (processos)
- ▶ Educação corporativa (processos)
- ▶ Promoção de saúde e qualidade de vida (processos)

Como passo seguinte, em 2018, alguns processos de trabalho começaram a ser mapeados. Merece destaque os pertencentes à Secretaria de Administração Orçamento e Finanças (SAOF) e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

4.2 Gestão da Carteira de Projetos

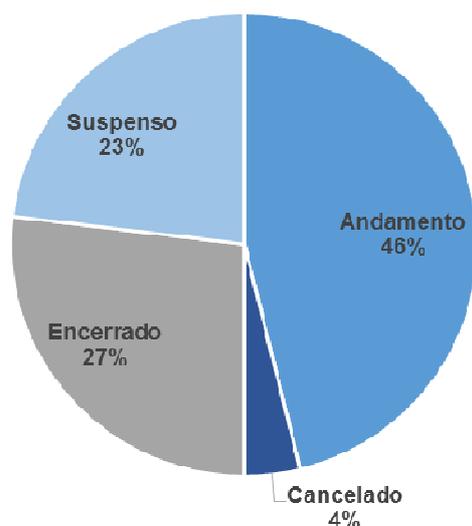
Também em nível tático, com a finalidade de alcançar a consecução das metas definidas no planejamento estratégico, houve a gestão, por meio de técnicas de gerenciamento de projetos, das iniciativas de planejamento, que, no âmbito do TRE-PI, são denominadas de Planos de Ação (PA) e Plano Geral do Projeto (PGP).

Ao longo do ano de 2018, foram realizadas 28 iniciativas categorizadas como estruturantes (que não tem vínculo com as Eleições) e eleitorais (vinculadas à realização das Eleições/2018).

Iniciativas Estruturantes do TRE-PI

Iniciativa Estruturantes	Status
Implantação do planejamento estratégico em gestão de pessoas	Suspensão
Adequação das atribuições da STI à Resolução CNJ nº 211/2015	Em andamento
Implementação dos processos de gerenciamento de serviços de TI	Em andamento
Revisão do processo de planejamento de contratação de soluções de Tecnologia da Informação	Suspensão
Atualização cadastral de pessoal para implantação do e-social	Em andamento
Plano de Ação Talento Jovem Eleitor CEMTI RALDIR CAVALCANTI	Encerrado
Elaboração da metodologia MG3P	Em andamento
Implantação da gestão por competências no TRE-PI (Fase 2)	Cancelado
Digitalização das pastas funcionais	Em andamento
Inventário Patrimonial na Sessão de Almoxarifado na Seção do TRE-PI	Encerrado
Criação da unidade de gestão e fiscalização de contratos do TRE-PI	Em andamento
Implantação do Sistema Eletrônico de Informação SEI	Encerrado
Implantação da gestão por competências no TRE (Nova Empresa)	Em andamento
Elaboração da metodologia de processos	Encerrado
Aprimorar a pesquisa de satisfação com o cidadão dos serviços prestados pelo TRE-PI	Em andamento
Implantação do Escritório de Ensino a Distância (EAD)	Em andamento
Frequência Nacional	Em andamento
Alteração da Tramitação dos Processos de Reembolso dos Mandatos de Oficiais de Justiça	Encerrado
Talento Jovem Eleitor Escola Valter Cavalcanti	Encerrado
Talento Jovem Eleitor Pedro I	Suspensão
Serviço de divulgação pública de resultados das Eleições	Encerrado
Implantação do planejamento estratégico em gestão de pessoas	Suspensão
Implementação dos processos de gerenciamento de serviços de TI	Em andamento
Talento Jovem Eleitor Cocal das Alves	Suspensão
Talento Jovem Pedro Sá Oeiras	Suspensão
Melhoria dos Links dos dados Cartório Eleitorais	Em andamento
Agentes de Cidadania	Em andamento

Classificação das iniciativas da carteira de projetos estruturantes

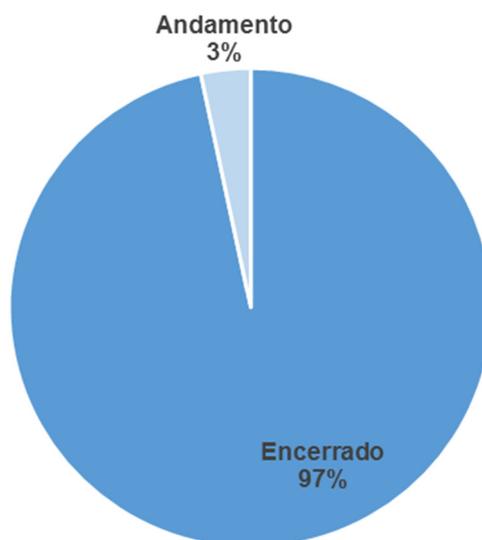


Algumas iniciativas foram planejadas e executadas em 2018, já outras possuem datas de execução programadas para 2019 e 2020, que é o caso do projeto de aprimoramento da pesquisa de satisfação com o cidadão dos serviços prestados pelo TRE-PI e a Implantação do Escritório de Ensino a Distância (EAD).

Apenas um projeto foi cancelado, qual seja, a Implantação da gestão por competências no TRE - Fase 2. As alterações realizadas nesta iniciativa alteraram substancialmente o seu escopo, provocando assim, o seu cancelamento e reabertura em um novo formato.

Iniciativa Eleitorais	Status
Contratações de Serviços	Encerrado
Transmissão de Dados	Encerrado
Suporte de Infraestrutura aos Juízes Eleitorais	Encerrado
Segurança para Eleições Gerais	Encerrado
Cobertura Jornalística	Encerrado
Central de Gerenciamento	Encerrado
Encontro de Magistrados	Encerrado
Registro de Candidatura	Encerrado
Mesários 2018	Encerrado
Monitoramento de Sistemas Eleitorais	Encerrado
Logística de Apuração	Encerrado
Simulado para Eleições	Encerrado
Logística de Distribuição	Encerrado
Portal das Eleições	Encerrado
Treinamento dos Auxiliares de Eleição	Encerrado
Aquisição de Bens	Encerrado
Atualizações normativa no Processo Eleitoral	Encerrado
Disque Eleições	Encerrado
Compêndio Eleitoral	Encerrado
Manuais e Folders	Encerrado
Comunicação e Divulgação das Eleições	Encerrado
Ouvidoria no Processo Eleitoral	Encerrado
Análise das Prestações de Contas	Em andamento
Logística da Diplomação	Encerrado
Fechamento do cadastro Eleitoral	Encerrado
Avaliação integrada	Encerrado
Acessibilidade aos Eleitores	Encerrado
Auditoria e Votação Paralela	Encerrado
Suporte de Pessoal- Zonas Eleitorais	Encerrado

Classificação das iniciativas da carteira de projetos eleitorais



4.3 Desafios remanescentes e próximos passos

Em 2019, as ações iniciam-se com a revisão da estratégia, tendo como diretriz principal a definição e priorização das iniciativas para a consecução das metas definidas.

Neste sentido, algumas iniciativas foram definidas pelas unidades administrativas do TRE-PI, gerando a lista preliminar a seguir:

Iniciativas definidas pela STI

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Melhoria dos Links dos dados dos Cartórios Eleitorais	3
2	Atualização do parque tecnológico dos cartórios	3
3	Apoio à virtualização do processo judicial em primeira instância	3
4	Implementação da central de controle, armazenamento e manutenção de urnas	3
5	Planejamento integrado das eleições 2020 com o cartórios eleitorais	3
6	Implantação do processo de gestão orçamentária de TI	2
7	Implementação dos processos de gerenciamento de serviços de TI	2
8	Cumprimento dos requisitos da política de segurança da informação	2
9	Risco de negócio de TI	2
10	Continuidade de negócio de TI	2
11	Implementação das auditorias internas de TI pelo controle interno	2
12	Formalização e documentação dos projetos de softwares	2
13	Gestão do conhecimento do desenvolvimento de softwares	2
14	Adequação das atribuições da STI à Resolução CNJ nº 211/2015	1

Iniciativas definidas pela SJ

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Acompanhamento Contínuo do Lançamento de Movimentos de Decisão Monocrática e Colegiada no PJe e SADP	3
2	Acompanhamento Contínuo e Medidas Corretivas da Ferramenta de Gestão Processual	3
3	Realizar o controle do número de cassações de diplomas, inelegibilidades e as sanções pecuniárias aplicadas	2
4	Sistematização dos Pronunciamentos Judiciais no SADP, conforme TPUs do CNJ (Módulo Zona Eleitoral)	1
5	Guia de Autuação de Processos no SADP (Módulo Zona Eleitoral)	1
6	Compêndio Administrativo: Resoluções Normativas do TRE/PI Sistematizadas, Atualizadas e Anotadas	1
7	Compêndio Administrativo Temático: Servidores	1
8	Manual do Advogado	1
9	Acompanhamento Conjunto (ASPLAN/CRE) e Contínuo dos Registros no SADP - 1º Grau	1

Iniciativas definidas pela SGP

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Frequência Nacional	3
2	Atualização cadastral de pessoal para implantação do e-social	3
3	Digitalização das pastas funcionais	3
4	Implantação da gestão por competências no TRE (Nova Empresa)	3
5	Implantação do Escritório de Ensino a Distância - EAD	3
6	Sensibilização das unidades e envolvimento dos gestores para contribuição com o projeto da gestão por competência	3
7	Capacitação dos Gestores para avaliarem os servidores utilizando o sistema de gestão por competências.	3
8	Oficina de trabalho com toda a equipe da SGP para estabelecer o plano de ação para todas as deficiências diagnosticadas no levantamento integrado de governança.	3
9	Avaliação dos principais motivos de afastamento e realizar ações de melhoria direcionada à solução dos principais causadores	2
10	Monitorar o cumprimento de todas as ações estabelecidas na oficina	2

Iniciativas definidas pela Coordenadoria da Corregedoria Regional Eleitoral do TRE-PI (COCRE)

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Correção dos registros do SADP (parceria com SJ e Asplan)	3
2	4ª fase do Rezoneamento	3
3	Revisão Manual de procedimentos cartorários	3
4	Inspeções 2019	3
5	Implantação do Infodip	3
6	Implementação efetiva do Núcleo de Assistência Administrativa ao 1º grau na CRE	3
7	Acompanhamento de implantação do Pje nas zonas eleitorais	3

Iniciativas definidas pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE)

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Programa Eleitor e Político do Futuro	3
2	Agentes de Cidadania	2
3	Jovem Eleitor na Escola Construindo um Cidadão	2
4	Concurso de Redação	2
5	Seminário de Direito Eleitoral	2
6	Ampliação da visita guiada ao Tribunal	2
7	Alistamento das Escolas	2

Iniciativas definidas pela Ouvidoria.

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Obter a certificação oferecida pela ENAP/CGU composta de sete cursos sobre o tema Ouvidoria	3
2	Realizar duas audiências públicas	3
3	Oferecer aos gestores relatórios trimestrais do índice de satisfação sobre o atendimento prestado pelas zonas eleitorais	3
4	Aprimorar a pesquisa de satisfação com o cidadão-usuário dos serviços prestados pelo TRE-PI*	3
5	Elaborar manual de atendimento da Ouvidoria	2

Iniciativas definidas pela Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN)

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Atualização do Sistema de Diárias	3
2	Monitorar requisitos para concessão do Selo Justiça em Números 2019 (PADLOG)	3
3	RAE (3 Reuniões - Fevereiro/Junho/Octubre)	3
4	Elaboração da metodologia MG3P	2
5	Gestão Participativa Metas CNJ (Consulta Pública, Audiência Pública, Vídeo Conferencia)	2

Iniciativas definidas pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Equipar os Cartório Eleitorais com bens de copa e cozinha	3
2	Veículos para os Cartórios Eleitorais	3
3	Reforma dos imóveis: Cartório Eleitorais no interior	3
4	Melhoramento da governança no setor de aquisições	3
5	Criação do Núcleo de Gestão de Contratos	3

Iniciativas definidas pelo Serviço de Imprensa e Comunicação (IMCOS)

Item	Iniciativas	Prioridade
1	Programa de TV para divulgação das atividades do TRE-PI	3
2	Revista para divulgação das atividades do TRE-PI	3
3	Realização de curso de Media Training para magistrados e servidores que por suas atribuições possam ter contado com a mídias	3
4	Realização de evento voltado para o público interno e externo com o objetivo de divulgar o TRE-PI	2

Iniciativas definidas pela Coordenadoria de Controle Interno (COCIN)

Item	Iniciativa	Prioridade
1	Acompanhamento da Execução de Contratos	2

O quadro a seguir detalha, de forma consolidada, as iniciativas apresentadas pelas Unidades que compõem este Tribunal:

Consolidação das Iniciativas do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí ano 2019

Unidades	Iniciativas	Percentual de iniciativas executadas, por unidade, em relação ao total de iniciativas
STI	14	20%
COCRE	10	14%
SJ	9	13%
SGP	9	13%
EJE	7	10%
OUVIDORIA	5	7%
ASPLAN	5	7%
SAOF	5	7%
IMCOS	4	6%
COCIN	1	1%
Total	69	100%

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão orçamentária e financeira

As informações a seguir apresentadas retratam o desempenho organizacional do TRE-PI sob o aspecto da gestão orçamentária e financeira da Instituição, e se encontram em plena conformidade com as disposições constantes da Decisão Normativa TCU nº 170/2018, a qual, dentre outras finalidades, promovera um rearranjo na estrutura geral do Relatório de Gestão a ser encaminhado ao TCU pelas Unidades Prestadoras de Contas (UPC).

5.1.1 Estratégias e metas de implementação dos objetivos

A Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF), em 2018, com o escopo de implantar seus objetivos estratégicos, detalhados no quadro a seguir, esteve focada no desenvolvimento de projetos institucionais alinhados à Estratégia do TRE-PI 2015/2020, contemplando as seguintes iniciativas:

a) Fomentar a acessibilidade, por meio de investimentos em adequação da estrutura dos imóveis ocupados pelo TRE-PI, com rampas, banheiros adaptados e sinalização;

b) Fortalecer a primeira instância de jurisdição, através da melhoria da infraestrutura dos Cartórios Eleitorais;

c) Aperfeiçoar a gestão de custos, investindo esforços para:

I) Evitar perdas orçamentárias através do acompanhamento periódico de relatórios e implementação de controles sobre a aplicação dos recursos do orçamento;

II) Cuidar da aderência na aplicação dos recursos que foram programados por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, mediante o planejamento prévio dos investimentos e despesas a serem realizados;

III) Conferir celeridade no trâmite dos processos de contratações e de aquisições, através da monitoração permanente dos processos autuados gerando informações sobre a situação de prazo de cada procedimento;

d) Instituir a governança pública através da monitoração das avaliações do TCU visando à melhoria dos indicadores através das recomendações apontadas nos relatórios de auditoria;

e) Fomentar a sustentabilidade prestando o apoio necessário à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, instituída pela Portaria TRE-PI nº 237/2016, no fornecimento de

informações e de relatórios periódicos, bem como compartilhando orientações para o melhor aproveitamento dos recursos de funcionamento do Tribunal;

f) Criação do Núcleo Permanente de Gestão de Contratos, possibilitando um melhor acompanhamento da execução/fiscalização dos serviços no âmbito da Secretaria;

g) Operar diretamente na condução de trabalhos relacionados à infraestrutura mobiliária e imobiliária, para viabilizar a execução do zoneamento eleitoral estabelecido pela Resolução TRE-PI 352/2017.

Objetivos estratégicos acompanhados pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Perspectiva	Tema	Objetivo	Indicador
Processos Internos	Acessibilidade	Fomentar a acessibilidade	(AB 1.2) Índice de Unidades aderentes ao padrão de acessibilidade
	Integração e Comunicação	Fortalecer a 1ª instância de jurisdição	(IC 2.3) Índice de adequação das instalações físicas dos Cartórios Eleitorais
	Sustentabilidade	Fomentar a sustentabilidade	SU 1.3 – Índice de contratações sustentáveis
Pessoas e Recursos	Gestão Orçamentária e Financeira	Aperfeiçoar a gestão orçamentária	GF 1.1 – Índice de perdas orçamentárias GF 1.2 – Índice de aderência orçamentária GF 1.3 – Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços
	Governança e Gestão	Fortalecer a governança	GV.1.3 – Índice de governança de aquisição

Perfil do gasto - Evolução da execução orçamentária da despesa

Evolução da execução orçamentária da despesa corrente (Perfil do gasto).

Valores em R\$ 1,00

Despesas por Grupo e Elemento de despesa								
Despesas correntes								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas	93.861.052	91.605.535	93.849.331	91.605.469	11.721	67	93.849.331	91.605.469
3.1.90.01 Aposentadorias do RPPS	16.598.077	14.844.852	16.598.077	14.844.852	-	-	16.598.077	14.844.852
3.1.91.13 Contribuições Patronais	15.316.545	14.629.905	15.316.545	14.629.905	-	-	15.316.545	14.629.905
Demais elementos do grupo	14.998.677	10.432.707	14.475.908	10.432.707	522.769	-	14.475.908	10.432.707
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
3.3.90.37 Locação de Mão-de-Obra	12.346.765	8.012.254	10.390.355	7.230.791	1.956.411	781.463	10.390.355	7.230.791
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – PJ	10.622.392	10.802.264	10.003.589	10.339.230	618.803	463.034	10.003.589	10.339.230
3.3.90.46 Auxílio-Alimentação	5.040.185	4.927.249	5.040.185	4.926.003	-	1.245	5.040.185	4.926.003
Demais elementos do grupo	15.256.412	6.605.480	14.564.389	6.310.893	692.023	294.587	14.564.389	6.310.893
4. Investimentos	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	6.346.628	4.982.622	4.802.320	3.403.235	1.544.308	1.579.387	4.802.320	3.403.235
4.4.90.51 Obras e Instalações	5.208.489	649.013	5.119.890	201.067	89.599	447.946	5.119.890	201.067
4.4.90.40 TIC	1.095.705	-	435.809	-	659.896	-	435.809	-
Demais elementos do grupo	16.198	114.482	16.198	114.482	-	-	16.198	114.482
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Neste contexto da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária, cabe registrar que todo o orçamento fora consignado em ações orçamentárias do Programa de Gestão e Manutenção, não tendo sido aprovado orçamento, sequer em subtítulos, para nenhuma ação relacionada ao Programa Temático. De igual modo, informa-se não ter ocorrido execução de Restos a Pagar não processados atinentes a despesas abrangidas neste tópico (Programa Temático).

É importante destacar, ainda, que não houve reinscrição de restos a pagar de exercício anteriores no ano em comento.

No quadro abaixo, encontra-se demonstrada a execução da despesa ocorrida, nos exercícios de 2016 a 2018, por modalidade de licitação.

Execução da despesa corrida por modalidade de licitação (exercício 2016 a 2018)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada			Despesa paga		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	31.908.121	17.433.512	20.776.157	31.908.121	17.433.512	20.776.157
a) Convite	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	5.105.990	3.403.235	-	5.105.990	3.403.235	-
d) Pregão	26.802.131	14.030.277	20.776.157	26.802.131	14.030.277	20.776.157
e) Concurso	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	6.241.254	3.606.701	4.389.815	6.241.254	3.606.701	4.389.815
h) Dispensa	3.527.870	909.306	2.218.073	3.527.870	909.306	2.218.073
i) Inexigibilidade	2.713.384	2.697.395	2.171.742	2.713.384	2.697.395	2.171.742
3. Regime de Execução Especial	561.339	97.670	414.970	561.339	97.670	414.970
j) Suprimento de Fundos	561.339	97.670	414.970	561.339	97.670	414.970
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	151.005.613	133.196.926	122.551.465	151.005.613	133.196.926	122.551.465
k) Pagamento em Folha	149.399.298	131.512.932	119.896.777	149.399.298	131.512.932	119.896.777
l) Diárias	1.606.315	1.683.994	2.654.688	1.606.315	1.683.994	2.654.688
5. Outros	896.268	9.703.795	9.563.468	896.268	9.703.795	9.563.468
6. Total (1+2+3+4+5)	190.612.595	164.038.604	157.695.875	190.612.595	164.038.604	157.695.875

Fonte: Tesouro Gerencial

Ressalta-se, todavia, ter ocorrido evolução dos valores executados em 2018, comparado aos exercícios anteriores, devido principalmente à realização das Eleições 2018, em todas as modalidades.



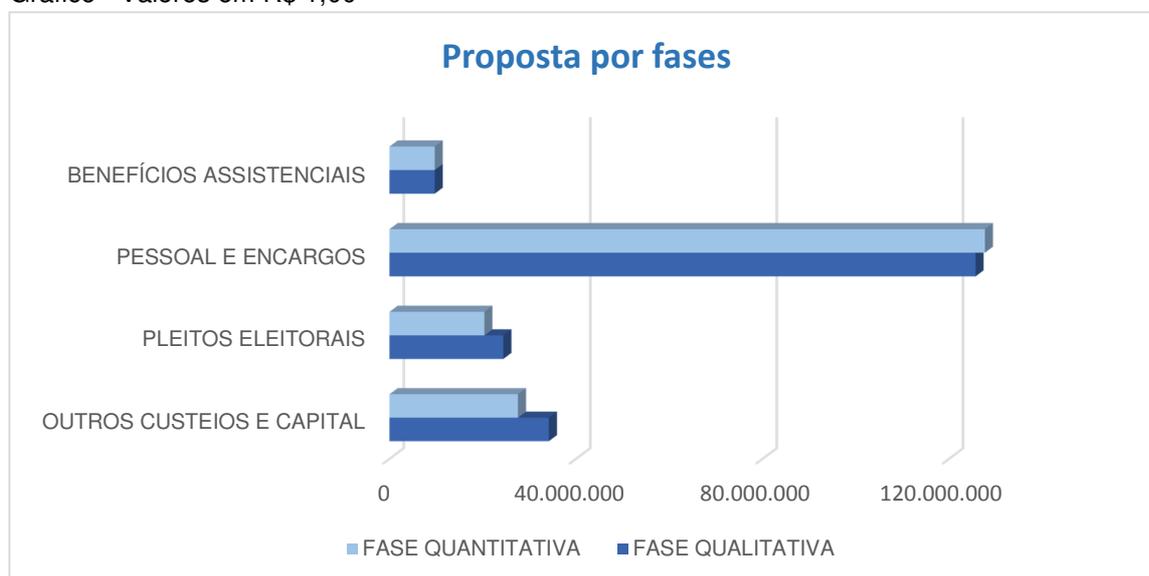
5.1.2 Desempenho orçamentário

O TRE-PI, em março de 2017, com base nos contratos de natureza continuada vigentes em 2017 e nas demandas apresentadas pelas unidades administrativas, elaborou a proposta orçamentária para o exercício de 2018, relativa às despesas ordinárias, bem como a proposta orçamentária atinentes às despesas necessárias à realização das Eleições 2018.

Vale ressaltar que a proposta orçamentária, referente às despesas com pessoal, encargos sociais, inclusive relativas às eleições, e benefícios, é elaborada pelo TSE, com base em captação de dados, no tocante ao quantitativo de servidores ativos, inativos e pensionistas e no número de inscritos no mês de março de 2017 nos benefícios assistenciais (Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Auxílio-Pré-Escolar, Assistência Médica e Odontológica), bem como na previsão de concessão de Auxílio-Funeral e Auxílio-Natalidade para o exercício de 2018.

Segue abaixo demonstrativo da proposta orçamentária para o exercício de 2018:

Gráfico - Valores em R\$ 1,00



É importante salientar que, apesar de o TRE/PI ter elaborado a proposta orçamentária, relativa às despesas estimadas para a realização das eleições de 2018, orçamento aprovado na LOA/2018 foi autorizado em favor do TSE, sendo que, no decorrer do exercício, o referido Órgão movimentou os recursos para o TRE-PI, mediante concessão de provisão de recursos. Por esse motivo, os recursos aprovados para realização das eleições 2018 não constam entre os valores relativos à dotação inicial no quadro acima.

Importante destacar que houve a assinatura de Termo de Execução Descentralizada nº 001/2018, entre este Regional e a Universidade Federal do Pará, visando a implantação do modelo "Gestão por Competências" no âmbito do TRE-PI. Tal compromisso será executado, mediante Destaque àquela instituição, no valor total de R\$ 95.020,00.

No decorrer do exercício financeiro, ocorreram alterações orçamentárias nas diversas ações de governo, conforme quadro a seguir.

Alterações orçamentárias do exercício 2018 (Líquidas)								
Ação de Governo	GND	Crédito Suplementar	Crédito Especial	Contingenciamento	Provisão Recebida	Provisão Concedida	Cancelamento	Destaque Concedido
14FL – Construção de Cartório Eleitoral no Município de Teresina-PI	4	771.270	0	0	0	0	0	0
14QK – Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Pedro II-PI	4	0	16.200	0	0	0	0	0
20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	3	800.000	0	0	0	63.340	0	95.020
	4	6.055.450	0	83.512	0	0	1.604.209	0
20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União	1	6.361.993	0	0	0	0	277.450	0
0212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores	3	99.130	0	0	0	0	155.000	0
09HB – Contribuição da União e das Autarquias para o RPSS	1	1.066.494	0	0	0	0	2.037.142	0
0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões	1	2.818.861	0	0	0	0	0	0
4269 – Pleitos Eleitorais	1	0	0	0	8.199.141	0	0	0
	3	0	0	0	12.763.977	0	0	0
7832 – Implantação do Sistema de Automação Digital	3	0	0	0	535.656	0	0	0
TOTAL		17.973.198	16.200	83.512	21.498.774	63.340	4.073.801	95.020

Fonte: Tesouro Gerencial

Considerando-se que a dotação inicial foi de R\$ 164.970.970 e que ocorreram as variações orçamentárias acima detalhadas, o orçamento total autorizado para o TRE/PI no exercício de 2018 foi equivalente a R\$ 200.142.468,22. Vale ressaltar que entre o valor programado na Proposta Orçamentária e o valor aprovado na LOA/2018, não houve variações significativas.

No quadro adiante, consta a demonstração do orçamento do TRE/PI autorizado na LOA/2018, bem como das respectivas variações orçamentárias ocorridas durante o exercício, detalhada por Grupo de Natureza de Despesa – GND.

Demonstrativo do orçamento autorizado no exercício de 2018											
Tipo	GND	Natureza	Dotação inicial	Créditos adicionais		Contingenciamento	Movimentação de crédito		Dotação final	Variação total (%)	
				Acréscimos	Decréscimos		Provisão	Destaque Concedido			
Outros Custeios e Capital	3	Discricionária	19.791.150	800.000	-	-	63.340	95.020	20.432.790	3,24%	
	4	Discricionária	7.695.220	6.842.920	1.604.209	83.512	-	-	12.850.419	66,99%	
Biometria	3	Discricionária	-	-	-	-	535.656	-	535.656	0,00%	
Pleitos Eleitorais	3	Discricionária	-	-	-	-	12.763.977	-	12.763.977	0,00%	
	1	Obrigatória	-	-	-	-	8.199.141	-	8.199.141	100,00%	
Pessoal e Encargos	1	Obrigatória	127.800.624	10.247.348	2.314.592	-	-	-	135.733.380	6,21%	
	3	Obrigatória	9.683.976	99.130	155.000	-	-	-	9.628.106	-0,58%	
TOTAL			164.970.970	17.989.398	4.073.801	83.512	21.435.433	95.020	200.143.468	21,32%	

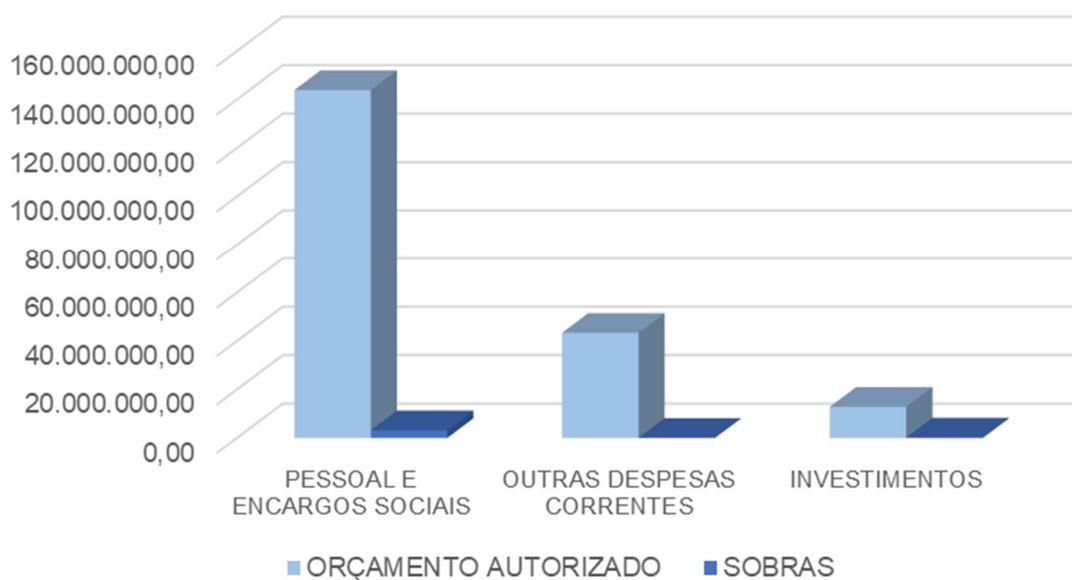
Fonte: SIGEPRO/Tesouro Gerencial

5.1.3 Desempenho operacional

Conforme demonstrado no item anterior, a dotação líquida do TRE-PI foi de R\$ 200.143.468,22, tendo sido a execução do orçamento realizada, conforme quadro abaixo:

Grupo da natureza da despesa		Orçamento autorizado	Despesa empenhada	Despesa paga	RP Inscritos	Sobras
CÓD.	Descrição					
1	Pessoal e Encargos sociais	143.932.520,71	140.774.351,20	140.239.861,46	534.489,74	3.158.169,51
3	Outras despesas correntes	43.360.528,51	43.265.754,08	39.998.517,67	3.267.236,41	94.774,43
4	Investimentos	12.850.419,00	12.668.019,17	10.374.216,08	2.293.803,09	182.399,83
Total		200.143.468,22	196.708.124,45	90.612.595,21	6.095.529,24	3.435.343,77
Percentual sobre o orçamento			98,28%	95,24%	3,05%	1,72%

Orçamento autorizado x Sobras



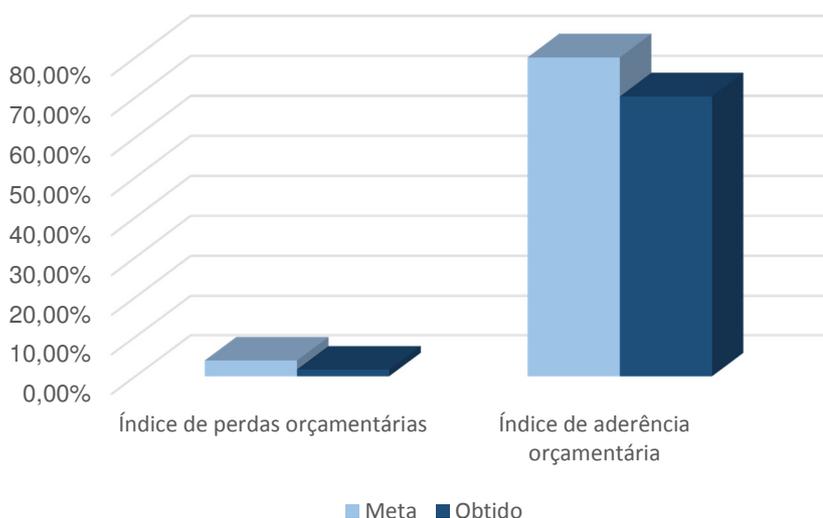
Ressalta-se que não houve dificuldades para execução do orçamento no exercício de 2018, demonstrando a efetividade na execução orçamentária, pois a maior parte das sobras foi referente à pessoal e encargos sociais. Do total de R\$ 12.850.419,00 dotados para Investimentos, só sobraram R\$ 182.399,83.

5.1.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Resumo do desempenho nos indicadores

INDICADOR	META	OBTIDO	RESULTADO
Índice de perdas orçamentárias	4,0%	1,72%	SIM
Índice de aderência orçamentária	80,0%	70,24%	NÃO

Fonte: SAOF



Índice de perdas orçamentárias

Nome do Indicador	Índice de perdas orçamentárias			
Finalidade do Indicador	Garantir a execução total do orçamento e verificar a capacidade do TRE-PI para executar os recursos programados e reduzir a perda orçamentária, otimizando, assim, a utilização dos recursos disponibilizados.			
Tipo	Economicidade			
Área responsável	SAOF			
Fórmula de cálculo e método de medição	Perdas Orçamentárias (PO) / Orçamento Executado (OE)			
Periodicidade	Anual			
Evolução dos resultados do Indicador				
Meta para o exercício de 2018		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2015	2016	2017
4%	1,72%	2,14%	0,8%	0,33%
Análise dos Resultados de 2018: conclusões quantitativas e qualitativas				
Resultados alcançados:	Causas do não alcance da meta:	Proposta de solução:		
Da perda orçamentária apurada (R\$ 3.435.343,77), 91,93% refere-se ao orçamento autorizado para pagamento de despesas com pessoal e encargos, que, por se tratar de recursos vinculados.	Meta alcançada.	Consta que a meta foi alcançada devendo ser mantida a estratégia de utilização dos recursos.		

Fonte: COOF/ASPLAN

Índice de aderência orçamentária

Nome do Indicador	Índice de aderência orçamentária			
Finalidade do Indicador	Avaliar o grau de aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário do TRE-PI.			
Tipo	Economicidade			
Área responsável	SAOF			
Fórmula de cálculo e método de medição	Orçamento executado fiel ao planejado (OEF) / Orçamento Alocado em Custeios (OAC)			
Periodicidade	Anual			
Evolução dos resultados do Indicador				
Meta para o exercício de 2018		Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2015	2016	2017
80%	70,24%	79,6%	90,8%	81,3%
Análise dos Resultados de 20186: conclusões quantitativas e qualitativas				
Resultados alcançados:	Causas do não alcance da meta:		Proposta de solução:	
Meta não alcançada	Meta não alcançada devido a relevantes alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício, sendo na ordem de 30% em relação ao orçamento inicial.		Reduzir a meta, já que há previsão de que ocorrem sempre alterações orçamentárias no exercício futuros.	

5.2 Gestão de fundos e de programas**5.2.1 Fundo Partidário**

Compete ao TRE-PI, por força do disposto nos artigos 40 a 44 da Lei n.º 9.096/1995 c/c com a Resolução TSE n.º 21.975/2004, a fiscalização do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – Fundo Partidário, com abrangência estadual.

As informações sobre o repasse de quotas do Fundo Partidário aos Diretórios Regionais do Estado do Piauí, relativas ao ano de 2018, somente serão disponibilizadas a partir de 30/4/2019. Já os demonstrativos dos valores repassados pelos Órgãos Nacionais aos seus Diretórios Estaduais, atinentes aos dois últimos exercícios, encontram-se listados no quadro a seguir:

Sigla do Partido	Exercícios	
	2016	2017
PMDB	1.388.682,03	1.002.004,21
PT	666.455,14	583.164,08
PTB	305.000,00	310.500,00
PDT	220.000,00	135.000,00*
PCdoB	0,00	0,00
PCB	Sem Movimentação	0,00
PSB	895.253,89	446.121,00
PSC	0,00	56.000,00
PMN	0,00	0,00
PT do B /AVANTE	0,00	0,00
PV	91.253,71	56.716,30
PPS	0,00	0,00
PP	2.230.000,00	**908.000,00
PSTU	0,00	0,00
PRP	0,00	0,00
PRTB	0,00	0,00
PSDC	0,00	0,00
PSL	Sem Movimentação	0,00
PSDB	929.579,61	757.037,91
PHS	0,00	0,00
PTC	0,00	0,00
PTN/PODEMOS	0,00	0,00
PSOL	69.414,99	44.811,00
PRB	66.374,00	***47.294,83
PR	106.000,00	244.000,00
DEM	0,00	112.000,00
PCO	0,00	0,00
PSD	600.000,00	720.000,00
PPL	0,00	0,00
PEN	0,00	0,00
SD	245.647,85	174.000,00
PROS	0,00	0,00
PMB	0,00	0,00
REDE	0,00	0,00
NOVO	0,00	0,00

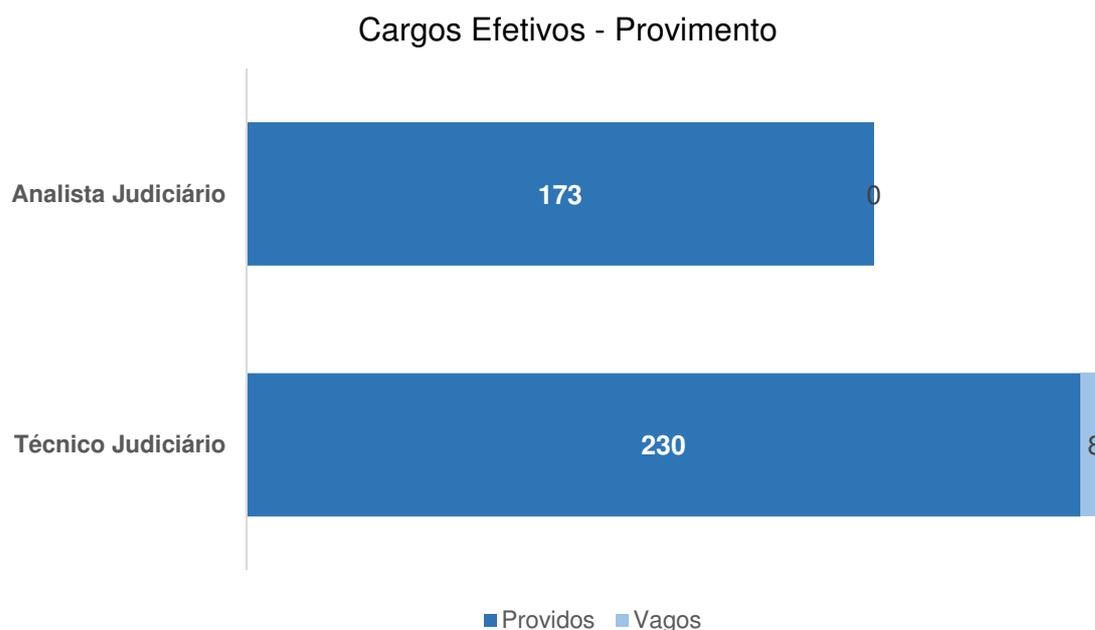
Ressalta-se que, em cumprimento ao art. 1º da Resolução TSE n.º 21.975/2004 c/c a Portaria TSE n.º 288/2005, foram encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional/Advocacia Geral da União os autos digitalizados das multas eleitorais e dos valores referentes à devolução ao Fundo Partidário, para fins de inscrição na Dívida Ativa da União e competente Ação de Cobrança Judicial, aplicados aos partidos políticos, candidatos e demais infratores, conforme demonstrado na tabela adiante:

Status da multa	Providência	Montante devido 2018 (R\$)	Montante liquidado 2018 (R\$)
Multa não satisfeita no prazo	Encaminhamento a PFN/AGU	223.010,31	* PFN/AGU não comunicou ao TRE/PI pagamentos realizados
Multa em execução no TRE/PI	Parcelamento deferido	564.456,05	148.758,83
	Sem pedido de parcelamento	58.143,80	28.153,80
Total		845.880,16	176.912,63

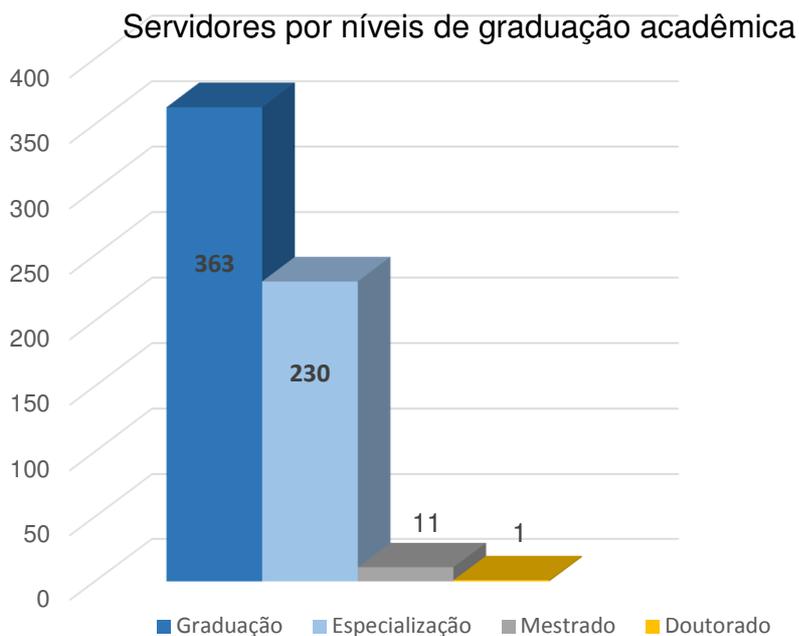
5.3 Gestão de pessoas

5.3.1 Avaliação da força de trabalho

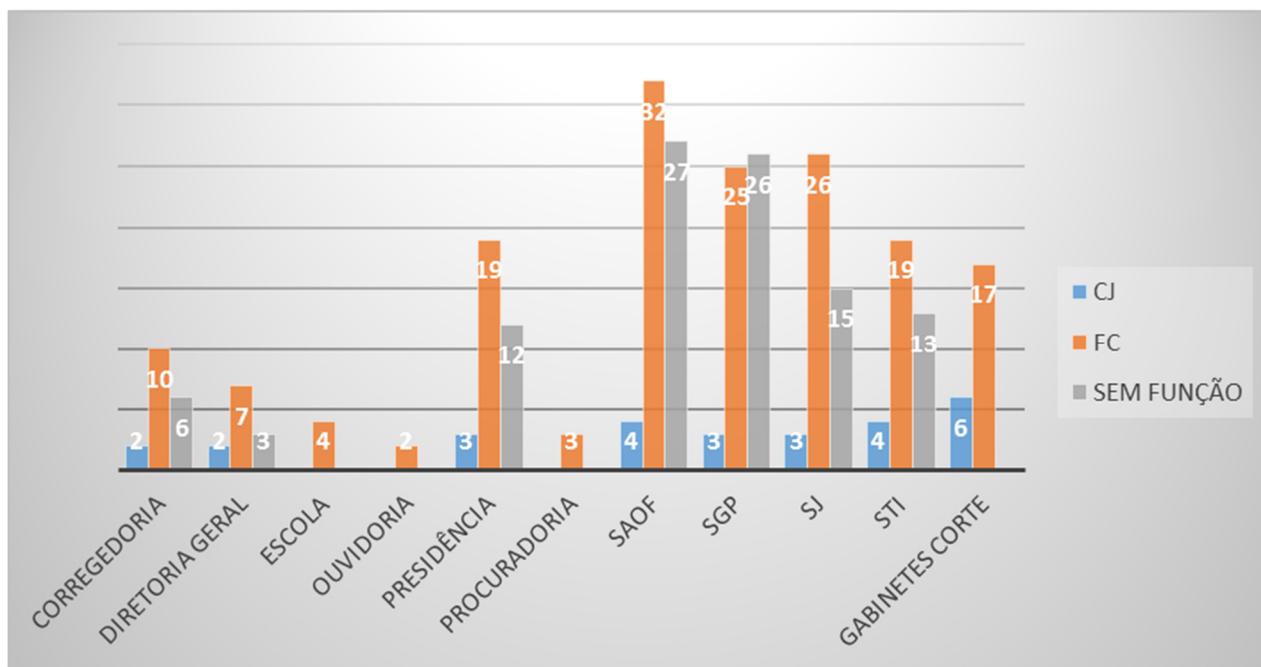
Os gráficos a seguir detalham a força de trabalho deste Tribunal, levando em consideração a carreira, o nível de graduação acadêmica, a área de trabalho e a unidade administrativa:



Fonte: Dados extraídos do SIGEPRO para o mês de dezembro 2018



Lotação dos servidores por unidade administrativa e comissionamentos



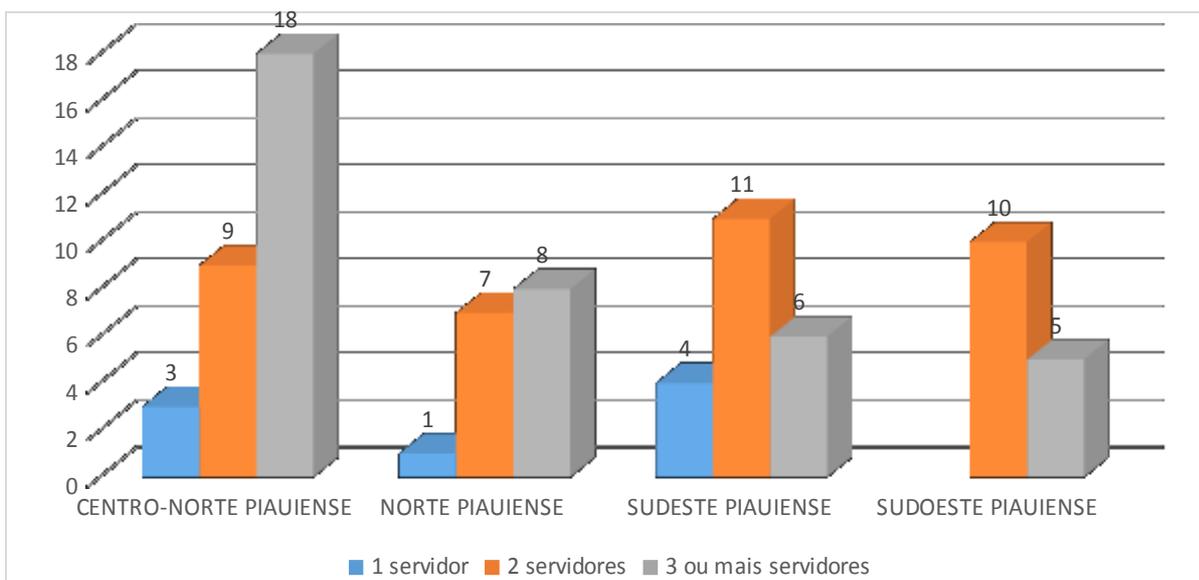
Fonte: SEREF/SGRH - TLP DE DEZEMBRO DE 2018

Nota 1: A informação inclui todos os servidores lotados na secretaria do Tribunal (efetivos, removidos, exercício provisório, requisitados, cedidos e sem vínculo).

CJ = Cargo Comissionado

FC = Função Comissionada

Lotação de servidores em Zonas Eleitorais por mesorregião geográfica – Número de zonas por quantidade de servidores



*Fonte: Números incluem servidores efetivos e requisitados. Pesquisa no banco de dados do SGRH, feita em 27.02.2019, consultando dados de 31.12.2018.

Conforme divisão geografia dos municípios do Piauí, elaborada pelo IBGE, as mesorregiões, são compostas pelas seguintes zonas eleitorais:

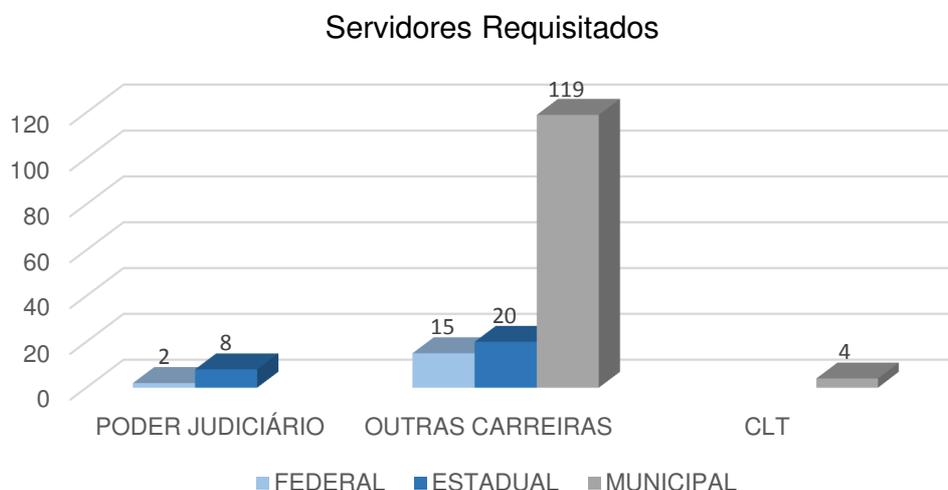
Centro-Norte Piauiense: Altos (32ª e 47ª), Demerval Lobão (54ª), José de Freitas (24ª), Monsenhor Gil (58ª), Teresina (1ª, 2ª, 63ª, 97ª e 98ª), União (16ª), Campo Maior (7ª e 96ª), Capitão de Campos (71ª), Castelo do Piauí (34ª), Pedro II (12ª), São Miguel do Tapuio (39ª), Angical do Piauí (84ª), Barro Duro (74ª), Regeneração (43ª), São Pedro (30ª), Amarante (8ª), Palmeirais (31ª), Água Branca (52ª), Aroazes (92ª), Elesbão Veloso (48ª), Inhuma (64ª), Arraial (77ª), Valença (18ª e 89ª).

Norte Piauiense: Barras (6ª), Esperantina (41ª), Luzilândia (27ª), Joaquim Pires (85ª), Miguel Alves (17ª), Porto (49ª), Piripiri (11ª), Batalha (45ª), Buriti dos Lopes (33ª), Cocal (53ª) Luís Correia (91ª), Parnaíba (3ª e 4ª), Piracuruca (21ª), Matias Olímpio (80ª);

Sudeste do Piauí: Oeiras (5ª e 94ª), Picos (10ª, 28ª e 62ª), Pio IX (29ª), Fronteiras (40ª), Jaicós (19ª), Padre Marcos (68ª), Paulistana (38ª), São João do Piauí (20ª e 69ª), Simplicio Mendes (37ª e 90ª), Simões (56ª), Paes Landim (83ª), Landri Sales (75ª), Campinas do Piauí (81ª)

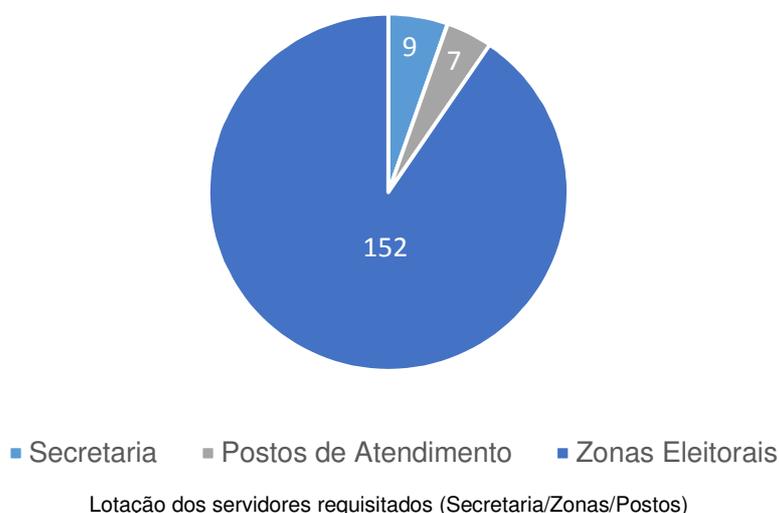
Sudoeste Piauiense: Ribeiro Gonçalves (44ª), Uruçuí (14ª), Manoel Emílio (67ª), Floriano (9ª e 61ª), Guadalupe (46ª), Itauera (72ª), Jerumenha (25ª), Bom Jesus (15ª), Cristino Castro (59ª), Gilbués (35ª), Canto do Buriti (36ª), Caracol (79ª), São Raimundo Nonato (13ª e 95ª), Avelino Lopes (88ª), Corrente (22ª), Parnaguá (26ª), Itainópolis (57ª)

Quantitativo de servidores requisitados por Órgão de Origem (Executivo Municipal/Estadual, Legislativo Municipal/Estadual e Judiciário Estadual)



Lotação dos servidores requisitados (Secretaria/Zonas/Postos)

Distribuição dos requisitados por tipo de Unidade



Nesse contexto, registra-se, ainda, que em 2018, nos termos do art. 9º da Resolução TSE nº 23.539/2017, foram utilizadas 10 funções comissionadas FC-6, oriundas das zonas eleitorais extintas pelo processo de rezoneamento, para criação de núcleos de apoio ao 1º grau de jurisdição.

Tais núcleos, criados no âmbito da Presidência, Procuradoria Regional Eleitoral, Corregedoria Regional Eleitoral, Gabinetes dos Juízes Membros, Escola Judiciária e Ouvidoria deste Tribunal, devem contribuir para o atingimento de importantes indicadores estratégicos do 1º grau de jurisdição, quais sejam, o tempo de tramitação média de processos de cassação de mandato, o índice de tempo de tramitação média das ações penais eleitorais, o índice de estoque processual, o índice de atendimento à demanda, o índice de julgamento dos processos antigos e o índice de tempo de tramitação médio dos recursos internos, tudo em harmonia com a Resolução TRE nº 365/2018.

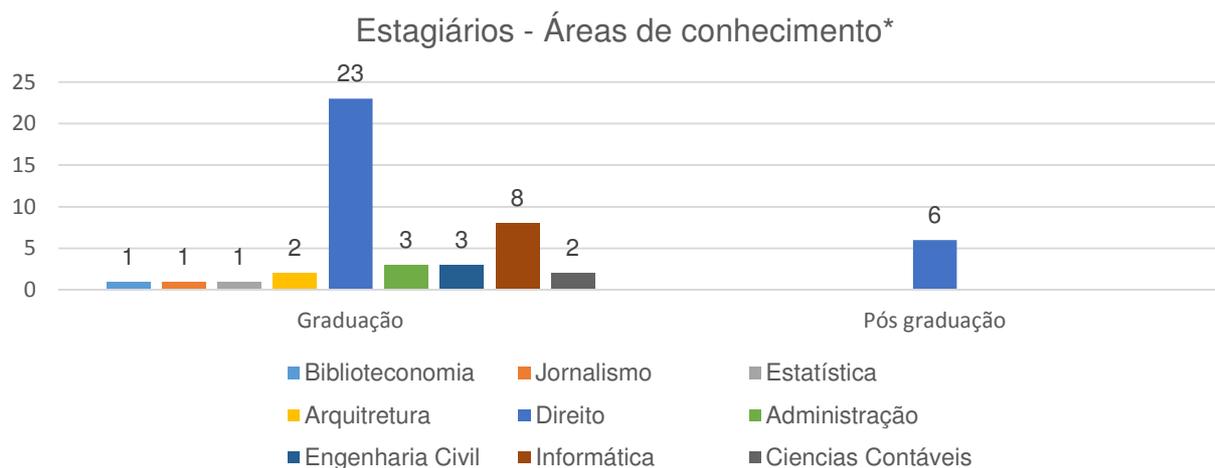
5.3.2 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

No TRE-PI, o último concurso público realizado foi homologado em 29 de agosto de 2016, tendo sido o seu prazo inicial de validade de dois anos prorrogado, por igual período, pela Egrégia Corte, no bojo do Acórdão nº 10256-A, proferido nos autos do Processo Administrativo nº 102-56.2016.6.18, publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) de 10.6.2018.

No ano de 2018, não foram nomeados servidores. No entanto, registra-se que, com a implementação da terceira e última fase do rezoneamento, do qual resultou a extinção e o remanejamento de Zonas Eleitorais, fora iniciado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) deste Órgão, por meio do processo SEI nº 2658-19.2018.6.18.8000, a realização de estudos voltados para a readequação da força de trabalho, com vistas ao estabelecimento das lotações paradigma, a partir do eleitorado e número de Termos Judiciários, encontrando-se a minuta de Resolução em fase de apreciação por instância superior.

No tocante à seleção de estagiários (estudantes de nível superior), cabe informar que este Tribunal manteve o Contrato nº 48/2014 com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), tendo sido realizados, no exercício de 2018, o 5º Teste Seletivo, para preenchimento de nove vagas de estágio nos Cartórios Eleitorais do interior, e o 14º Teste Seletivo, com a oferta de 47 vagas destinadas para sede e Cartórios Eleitorais da capital.

Ademais, o TRE-PI disponibiliza, mediante convênio firmado com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí (ESMEPI), vagas para estágio em nível de Pós-graduação, direcionadas para estudantes matriculados nos cursos de Direito Eleitoral, Público, Privado e Constitucional.

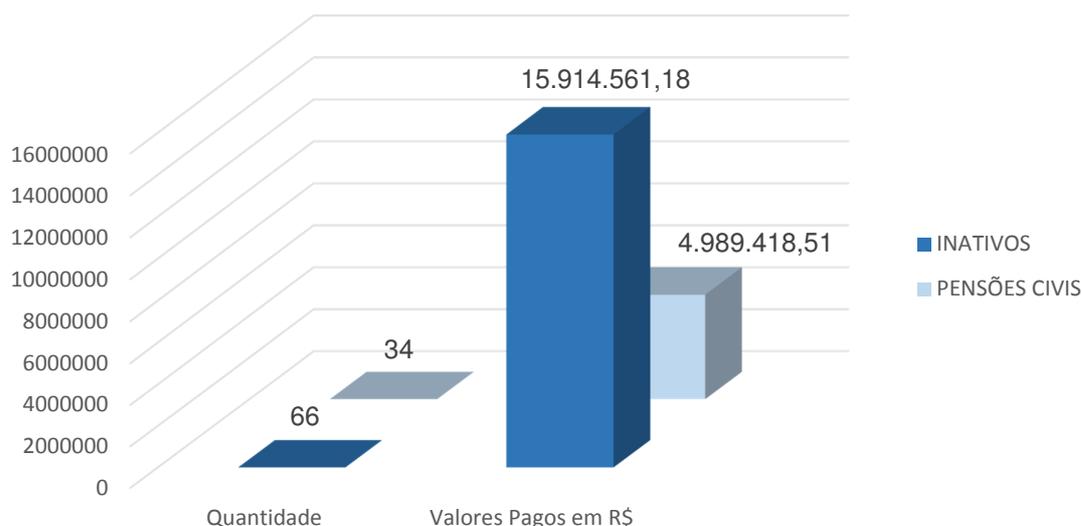


*Situação em dezembro/2018

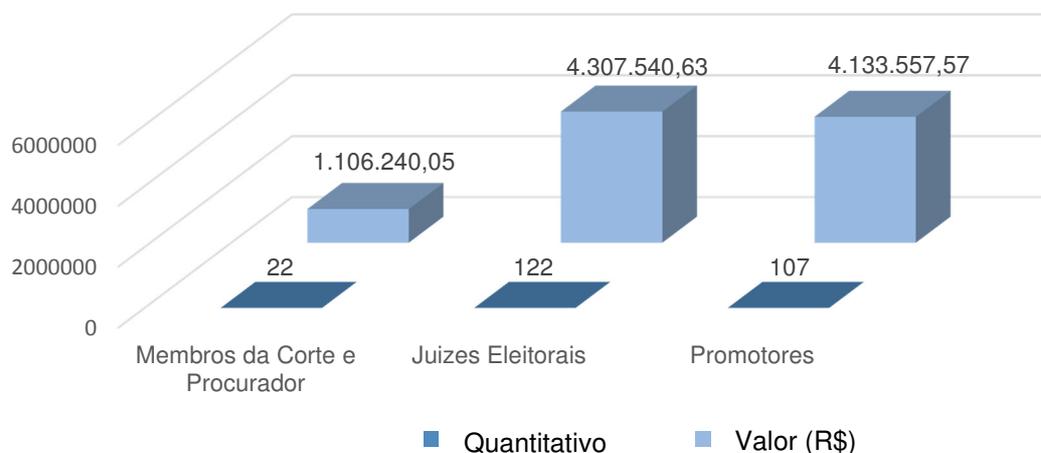
5.3.3 Detalhamento da despesa de pessoal

As despesas de pessoal realizadas por este Tribunal, provenientes do pagamento de remuneração, aposentadoria e pensões, encontram-se demonstradas nos gráficos a seguir:

Despesas com Aposentadoria e Pensões



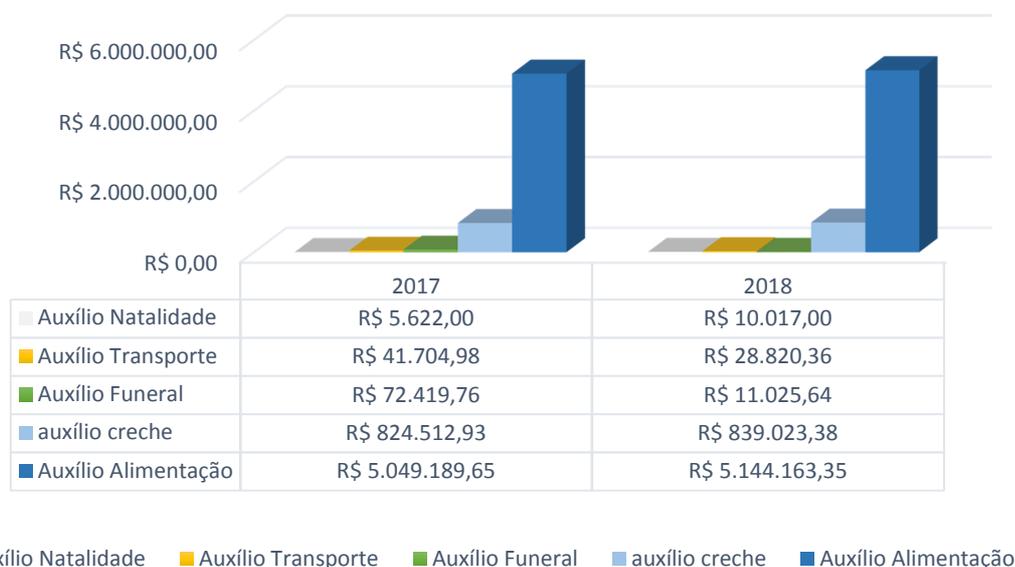
Despesas com Agentes Políticos



Despesas com Estagiários



Despesas com Benefícios

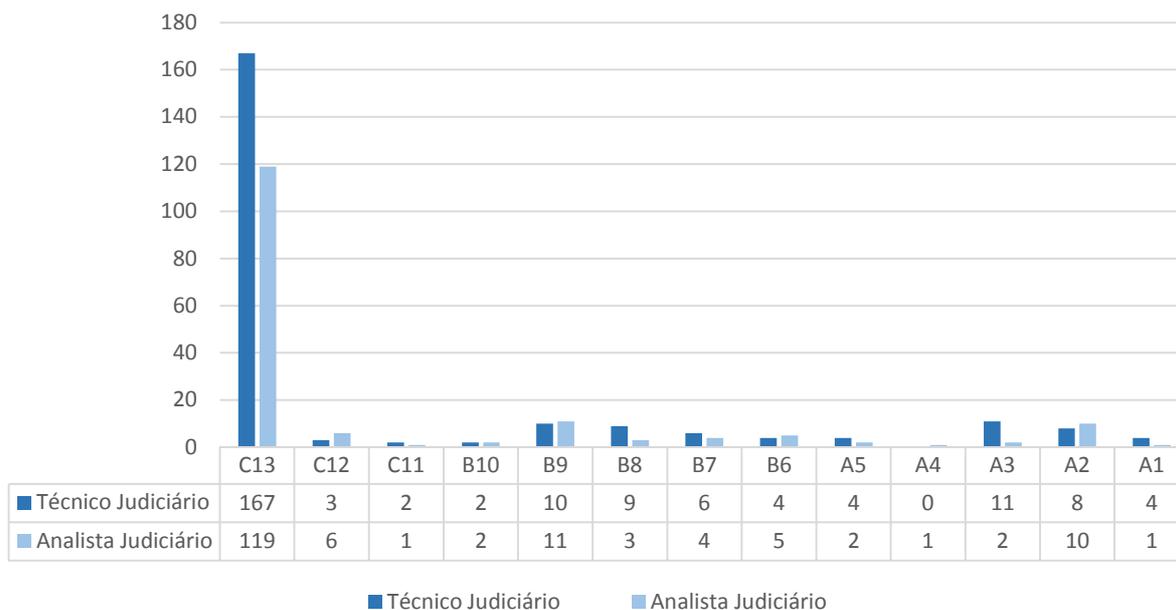


Acrescenta-se, ainda, que, no TRE-PI, existem 33 servidores percebendo abono de permanência, instituído pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo um importe total de R\$ 60.483,23 (sessenta mil, quatrocentos oitenta e três reais).

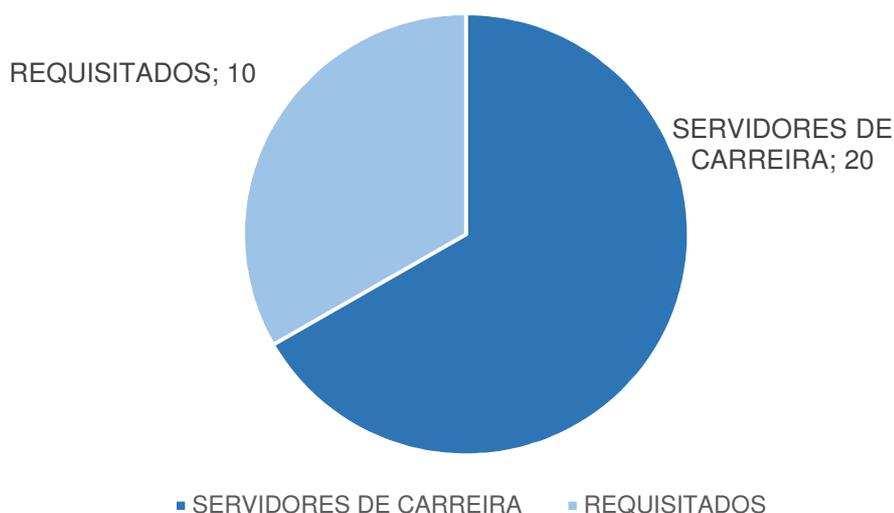
5.3.4 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

No ano de 2018, o TRE-PI apresentara as seguintes informações acerca das progressões e promoções funcionais e percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos:

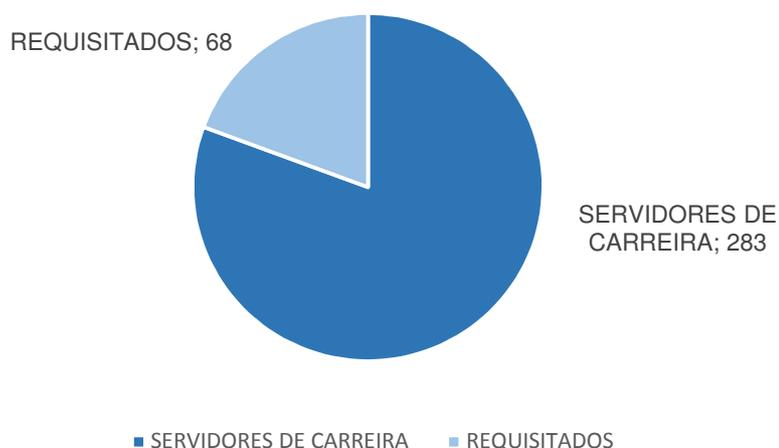
Progressões e promoções funcionais conferidas em 2018



Distribuição dos Cargos Comissionados no TRE-PI (CJ)



Distribuição das Funções Comissionadas no TRE-PI (FC)



5.3.5 Absenteísmo

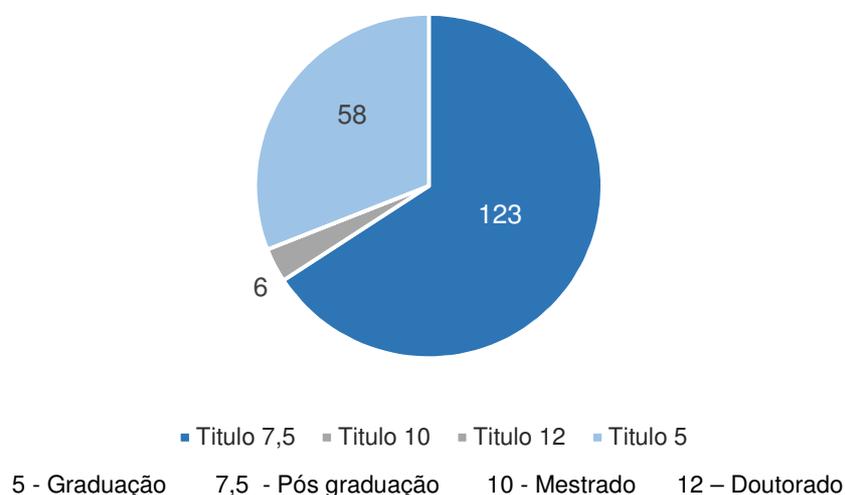
O absenteísmo é um dos indicadores considerados para o fortalecimento da gestão de pessoas. Compete ao Serviço de Assistência à Saúde (SAS), em conjunto com a SGP, acompanhar a evolução dos números absolutos de ausências e sugerir ações de prevenção ao adoecimento, mediante sistematização de causas.

Após revisão da fórmula de cálculo de 2017, com a exclusão das ausências mediante compensação, foram contabilizadas, em 2018, 3.354 ausências por motivo de saúde de servidor, tendo o TRE-PI obtido o índice de 2,15% dentro da meta estabelecida de 7%.

5.3.6 Capacitação

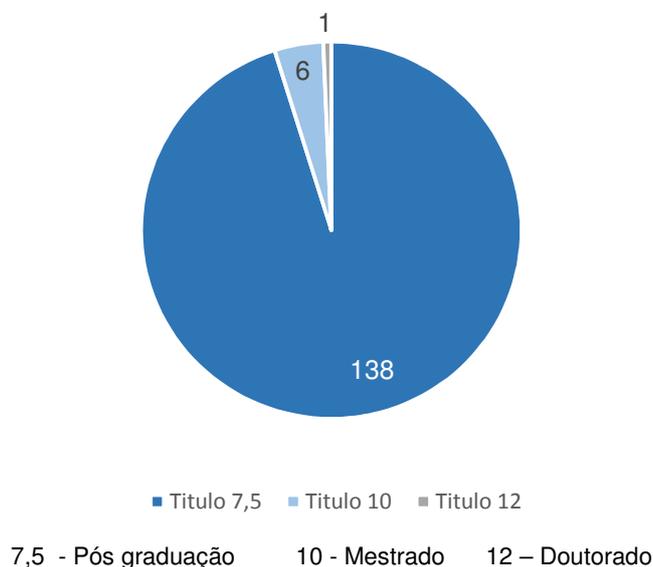
Inicialmente, informa-se que dos 230 técnicos judiciários deste Tribunal, 53% possuem formação acadêmica superior, 25% tem pós-graduação e 4% possuem mestrado, com percepção de adicionais de qualificação em suas remunerações nos patamares de 5%, 7,5% e 10%, respectivamente, conforme gráfico a seguir:

Adicional de Qualificação decorrente de Título Acadêmico por número de servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário



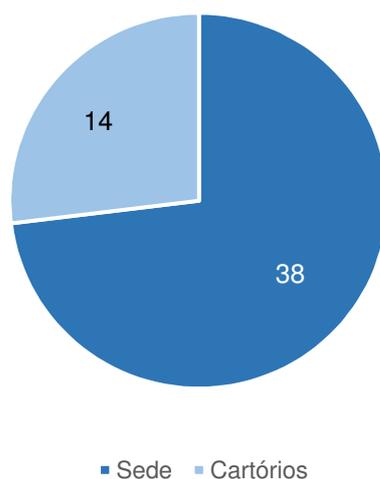
Quanto aos analistas judiciários, áreas administrativa e judiciária, observa-se, segundo quadro adiante, que 79% deles possuem especialização e 3% possuem título de mestrado, sendo-lhes atribuídos adicionais de qualificação de 7,5% e 10% respectivamente.

Adicional de Qualificação decorrente de Título Acadêmico por dos servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário



Outrossim, no ano de 2018, foram realizadas 52 ações de capacitação pelo TRE-PI, com vagas reservadas para os servidores dos Cartórios Eleitorais em 14 delas, conforme figura a seguir ilustrada:

Participação de servidores em ações de capacitação

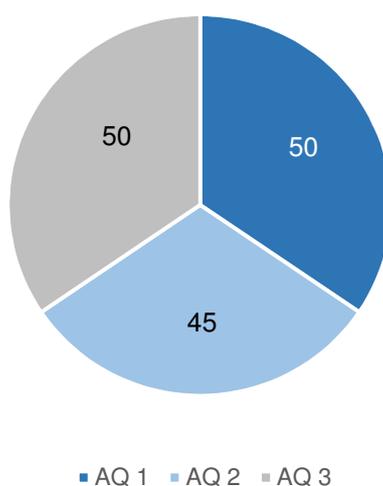


A capacitação, como forma de fortalecimento da 1ª instância de jurisdição, faz parte dos objetivos estratégicos deste Tribunal, sendo medida pelo indicador Índice de eventos de capacitação inclusivas ao 1º grau de jurisdição, que, por sua vez, tem como base de cálculo a relação percentual entre a quantidade de vagas disponibilizadas no Plano Anual de Capacitação para servidores do 1º grau e o total de vagas disponibilizadas.

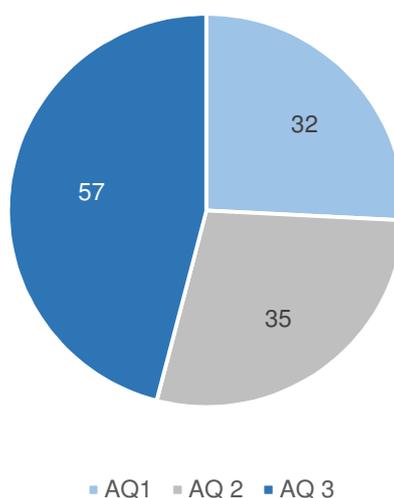
A meta estabelecida para 2018 foi de 30%, tendo este Regional alcançando o patamar de 27%, conforme dados da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento.

Por fim, apresenta-se gráficos contendo informações sobre o quantitativo de servidores do quadro deste Tribunal que adquiriram adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento:

Adicional de Qualificação decorrente de ações de treinamento por número de servidores em cargo de Técnico Judiciário



Adicional de Qualificação decorrente de Ações de Treinamento por número de servidores em cargo de Analista Judiciário



Adicional de Qualificação pela participação em treinamentos e capacitações nos percentuais
 AQ 1 – 1% de adicional na remuneração por 120 horas comprovadas de treinamento
 AQ 2 - 2% de adicional na remuneração por 240 horas comprovadas de treinamento
 AQ 3 - 3% de adicional na remuneração por 360 horas comprovadas de treinamento

5.3.7 Principais desafios e ações

O Plano Estratégico 2015-2020 do TRE-PI apresenta, como objetivo estratégico, o fortalecimento da gestão de pessoas com a adoção de política para gestão de comportamentos internos, potencializando o capital humano e visando ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores, valorização dos colaboradores e humanização das relações de trabalho.

A celebração do Termo de Execução Descentralizada com o laboratório da Universidade Federal do Pará – GESTCOM, nos termos do processo SEI nº 4893-56.2018.6.18.8000, para a implementação do modelo de gestão baseado nas competências técnicas é o fato, na área de gestão de pessoas, mais marcante ocorrido no ano de 2018, pois representa a melhor forma de atingir, de maneira sistemática e objetiva, os escopos estratégicos da gestão de pessoas.

A partir do mapeamento das competências técnicas, a Gestão de Pessoas poderá, dentre outros, identificar a capacitação necessária para o desenvolvimento das atividades inerentes a cada posto de trabalho, adequar lotação de servidores aos seus perfis profissionais, alocação ótima da força de trabalho, identificação de posto de trabalho com lotação crítica, instituição de programa de sucessão e substituição, gestão do conhecimento e adoção da meritocracia como forma de reconhecimento e premiação.

Em perspectiva para 2019, a Gestão de Pessoas tem como principal ação a implantação do Sistema Frequência Nacional, que contribuirá para melhor administração dos registros de ponto dos servidores, bem como para o controle do labor além jornada, considerando que se tem, atualmente, um banco de horas ali inscrito que ultrapassa em muito a média nacional.

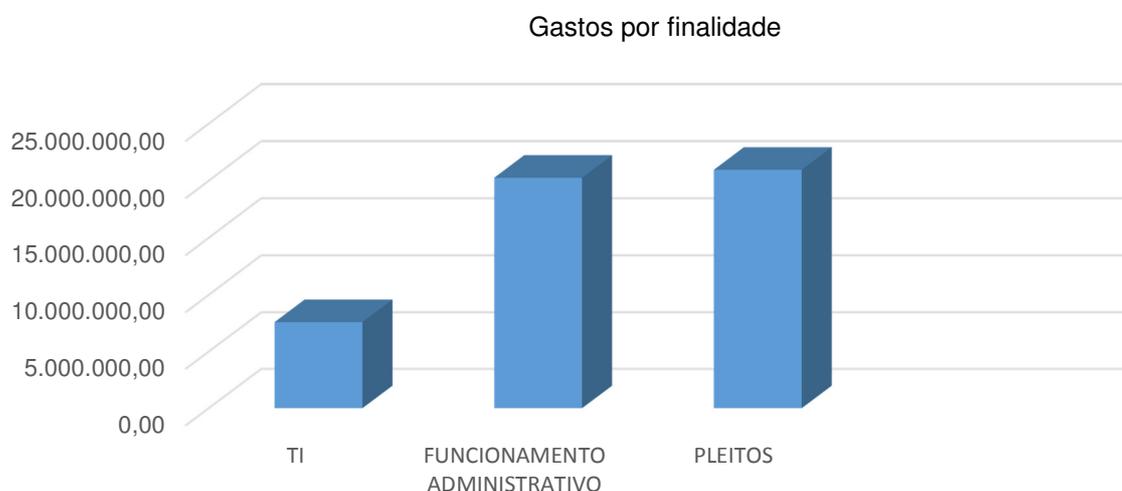
5.4 Gestão de licitações e contratos

5.4.1 Conformidade legal

Para garantir a conformidade das contratações, todos os processos são submetidos à análise e emissão de parecer pela Assessoria Jurídica, onde se verifica a conformidade com as normas internas deste Tribunal e outras normas vigentes.

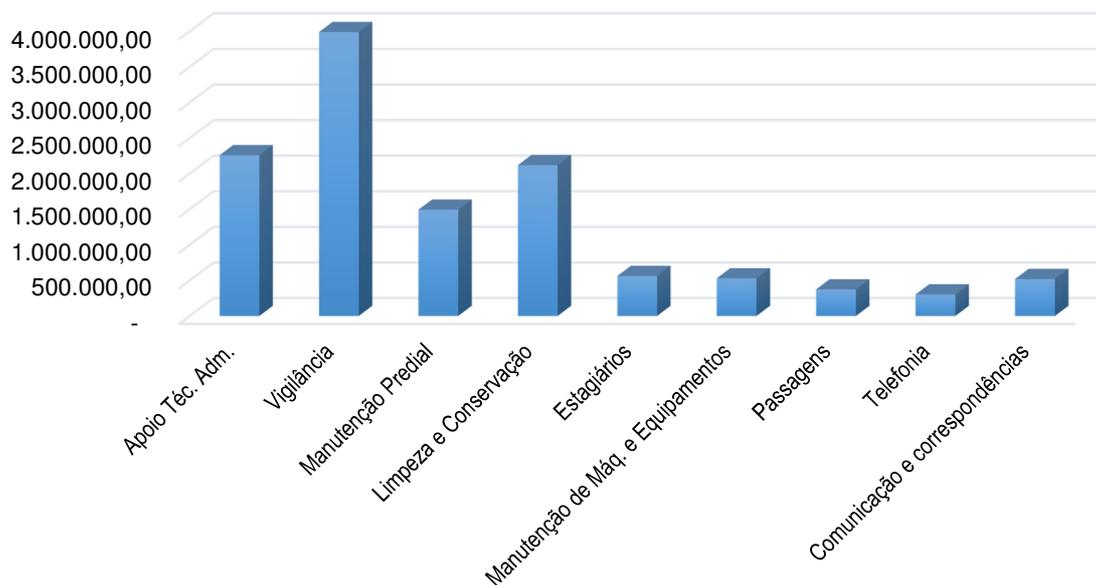
5.4.2 Detalhamento dos gastos das contratações

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo.



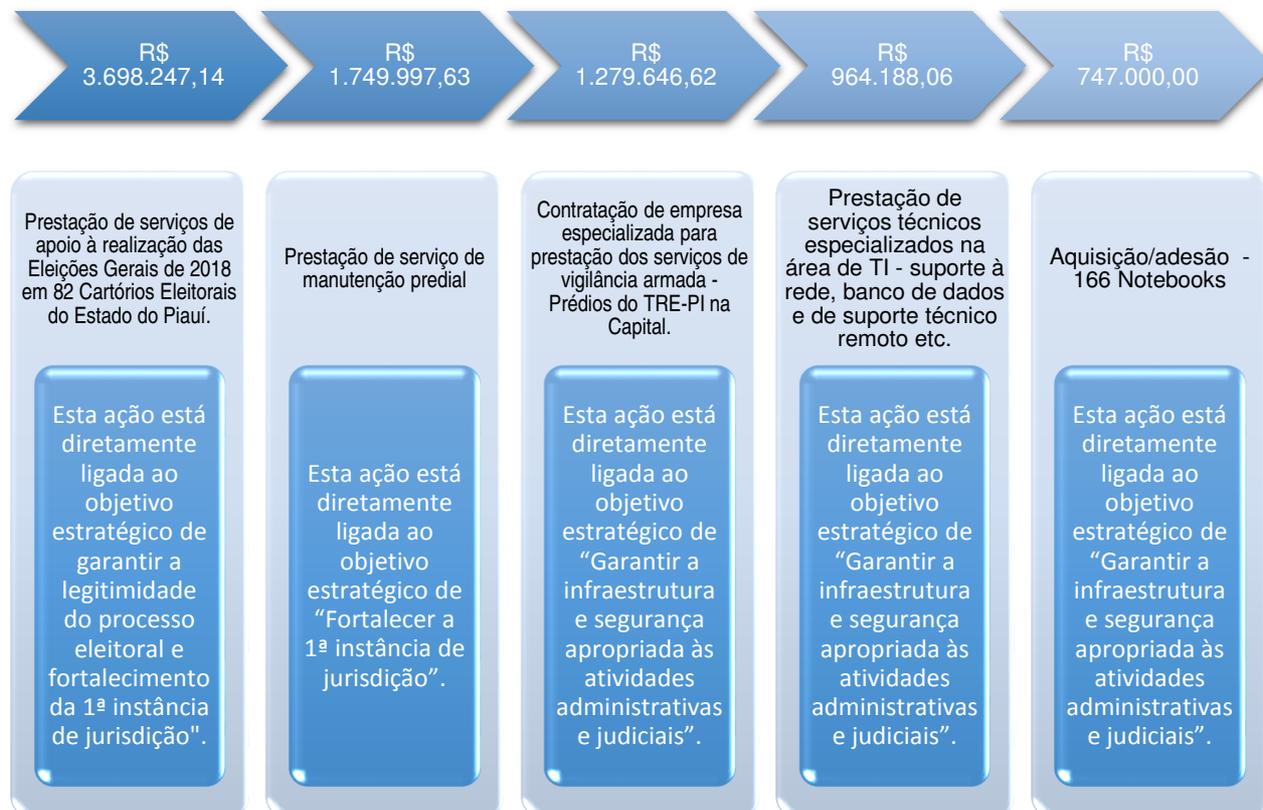
Detalhamento dos gastos das contratações por tipo de serviço e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Gastos por tipo de serviço



5.4.3 Contratações mais relevantes

Contratações mais relevantes

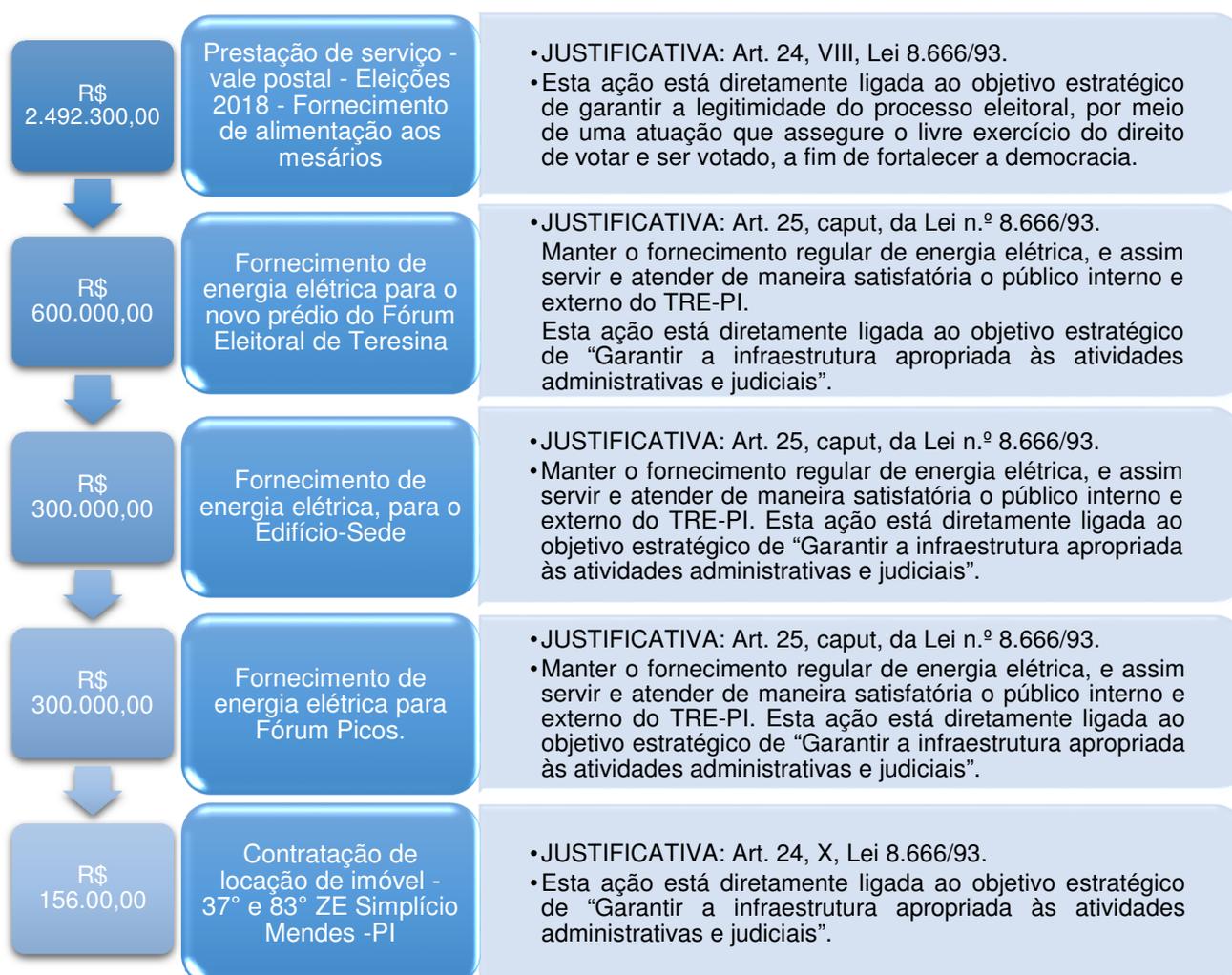


Contrato de publicidade e propaganda

Contratação de empresa para prestação de serviços de cobertura jornalística e fotojornalística (produção de texto e registro fotográfico) para a divulgação das atividades e eventos do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí nas Eleições Gerais de 2018		
Contrato 17/2018	R\$ 46.092,86	<p>Objetivos estratégicos</p> <p>↓</p> <p>Esta ação está diretamente ligada ao objetivo de aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação.</p>

5.4.4 Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

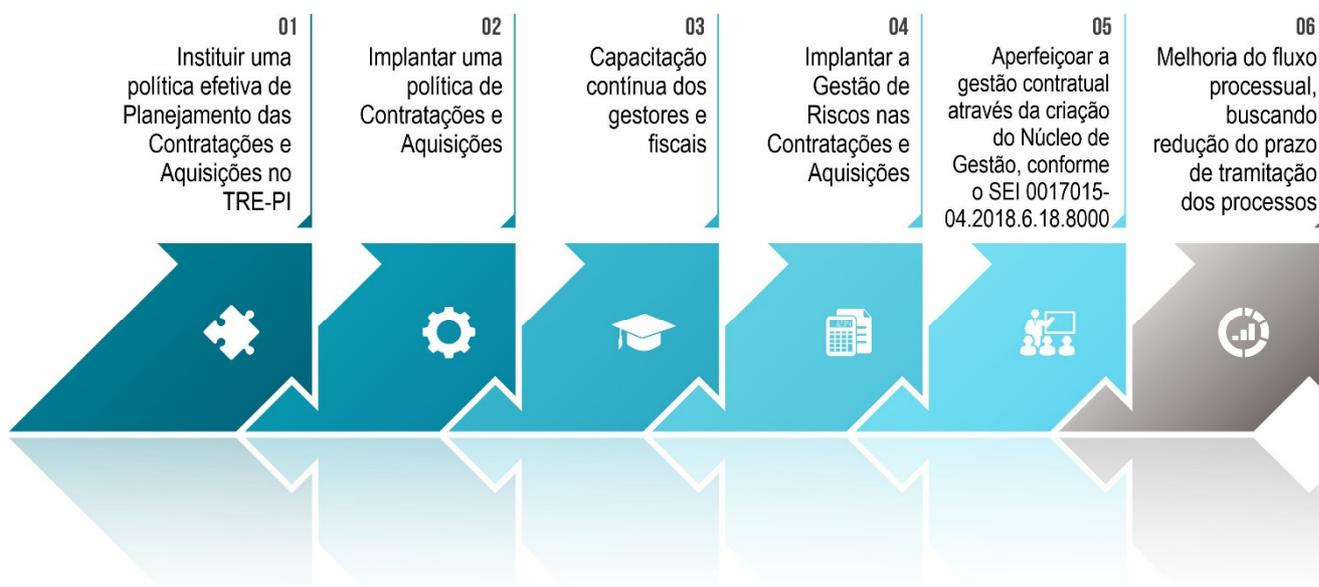
Os principais tipos de Contratações diretas realizadas pelo TRE-PI são as locações de imóveis para as Zonas Eleitorais do interior do Estado.



5.4.5 Desafios e ações futuras

Nossos maiores desafios constituem-se no reduzido número de servidores, nas constantes alterações dos normativos atinentes à matéria licitações e contratos, bem como na restrição orçamentária em face de contingenciamentos. Para mitigar as situações listadas, este Tribunal buscará:

Ações futuras para mitigar os desafios identificados



5.5 Gestão patrimonial e infraestrutura

5.5.1 Conformidade legal

Além da análise prévia pela Assessoria Jurídica deste Tribunal, durante o processo de contratação, visando garantir a efetividade da gestão material/patrimonial, as solicitações de materiais para o TRE-PI são realizadas pelo Sistema Asiweb, onde é feito o controle dos bens, bem como pelo acompanhamento mensal dos valores registrados no SIAFI (descrever a sigla) e pelo inventário anual.

Relativamente às solicitações de serviços, cabe informar que devem estar em conformidade com o disposto nos respectivos contratos e serem instruídas com orçamentos e pesquisas externas que fundamentam o seu valor e a disponibilidade de recursos.

5.5.2 Principais investimentos de capital

Ao optar pela substituição de equipamentos defasados, renovação e ampliação da frota, bem como construção e reformas dos imóveis, a Justiça Eleitoral no Piauí deu passos largos em direção ao fortalecimento da 1ª instância de jurisdição, fundamental para o pleno exercício da cidadania e um dos pilares da Estratégia 2015-2020.

Nesse contexto, fora lançado pelo Presidente do TRE-PI, desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho, o Plano de Ação de Apoio aos Cartórios e Postos Eleitorais, composto por 15 medidas emergenciais, cujas as principais, destaca-se a seguir: criação de serviço de apoio aos cartórios e postos eleitorais; revitalização do ambiente de trabalho, melhorando a limpeza e estrutura física como um todo; mobiliar e renovar o parque tecnológico, inclusive

melhorando a conexão de dados; aquisição de veículos; locação de imóveis visando remover a Justiça Eleitoral das dependências do Tribunal de Justiça (TJ).

Os principais investimentos de capital, decorrentes de infraestrutura e equipamentos, e o impacto de tais investimentos sobre os objetivos estratégicos, encontram-se a seguir relacionados:

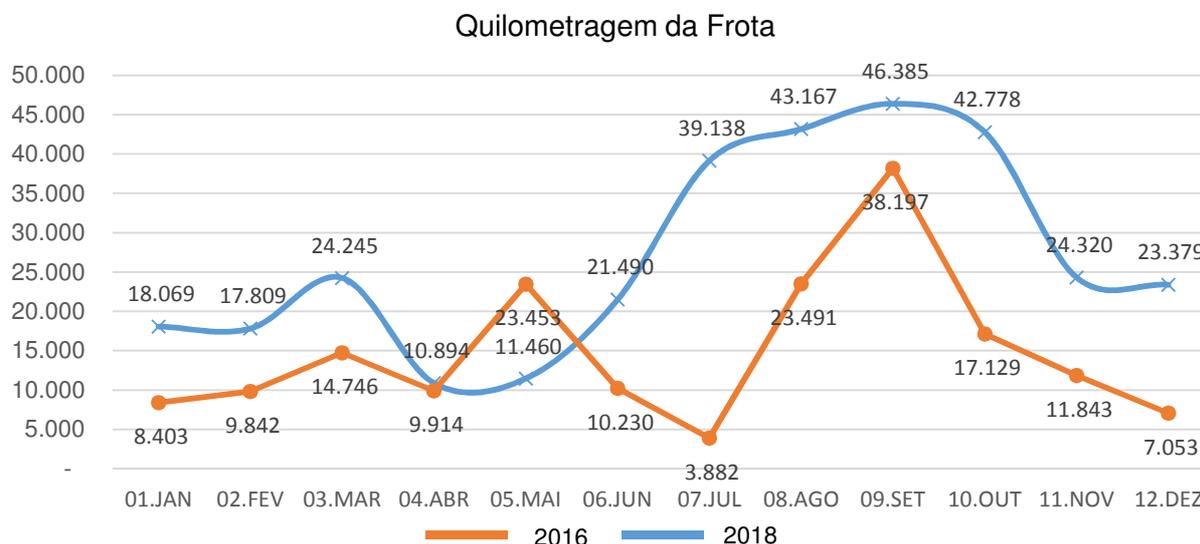
Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)



Frisa-se que o atual investimento em infraestrutura e equipamentos coloca o TRE-PI em sintonia com seus principais Stakeholders (eleitores, candidatos, mesários, servidores, representantes de partidos e a sociedade como um todo).

No tocante à frota, informa-se ter sido identificada uma evolução de 81% na rodagem, correspondente a um acréscimo de 144.951 km, comparado com o do exercício de 2017 (178.183 km). Todavia, cabe mencionar que, em 2016, não foi efetuado o registro de quilometragem rodada dos veículos à disposição do Fórum Eleitoral de Teresina.

Registro da quilometragem da Frota em 2018



5.5.3 Desfazimento de ativos

Sobre o tema, informa ter o TRE-PI instituído, por meio da Portaria TRE nº 1.398/2012, a Comissão Permanente de Avaliação, Classificação e Formação de Lotes para Desfazimento de Material Permanente e de Consumo (CCDMPC), especialmente criada para realizar e acompanhar a avaliação dos bens permanentes, visando a atualização patrimonial dos registros contábeis, inclusive quanto à oportunidade de desfazimento. Registra-se, ainda, ter sido realizado, em 2018, inventário para cumprimento do Relatório de Auditoria nº 01/2015, nos termos do processo PAD nº 328/2018.

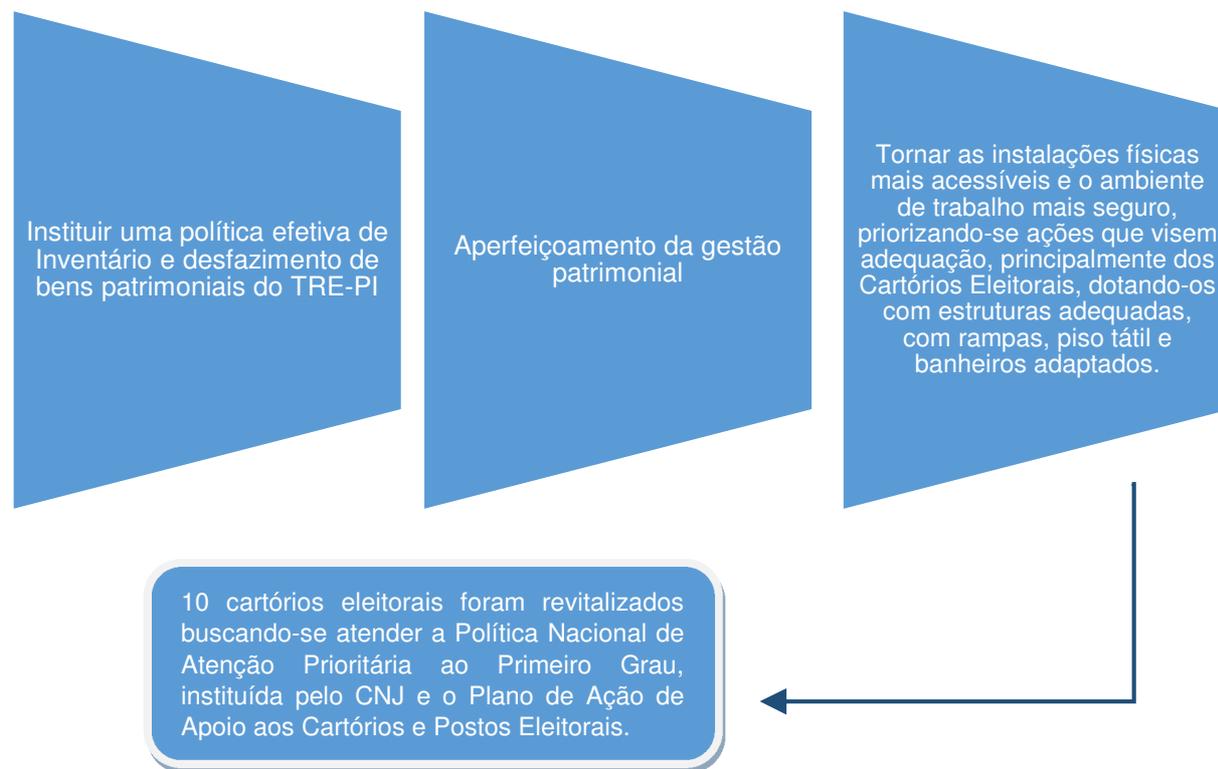
5.5.4 Locação de imóveis e equipamentos

Cabe informar que, no ano de 2018, houve a locação de cinco novos imóveis para abrigar Cartórios Eleitorais do Interior, instalados em fóruns do TJ/PI, a saber: 39ª Zona Eleitoral (São Miguel do Tapuio/PI), 49ª Zona Eleitoral (Porto/PI), 67ª Zona Eleitoral (Manoel Emídio/PI), 71ª Zona Eleitoral (Capitão de Campos/PI) e 74ª Zona Eleitoral (Barro Duro/PI).

O gasto total decorrente dessa despesa foi de R\$ 44.627,00, fazendo-se necessária para a qualidade no atendimento da população e continuidade da prestação dos serviços eleitorais naquelas localidades.

5.5.5 Desafios e ações

Principais desafios e ações futuras



5.6 Gestão de Tecnologia da Informação

5.6.1 Conformidade legal

Registra-se que o TRE-PI, além de cumprir com as regras estabelecidas em seus normativos internos e encontrar-se devidamente alinhado com a legislação e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelos TSE e Órgãos de controle (CNJ e TCU), segue, ainda, os padrões de boas práticas de gestão, governança e manutenção dos serviços de TI.

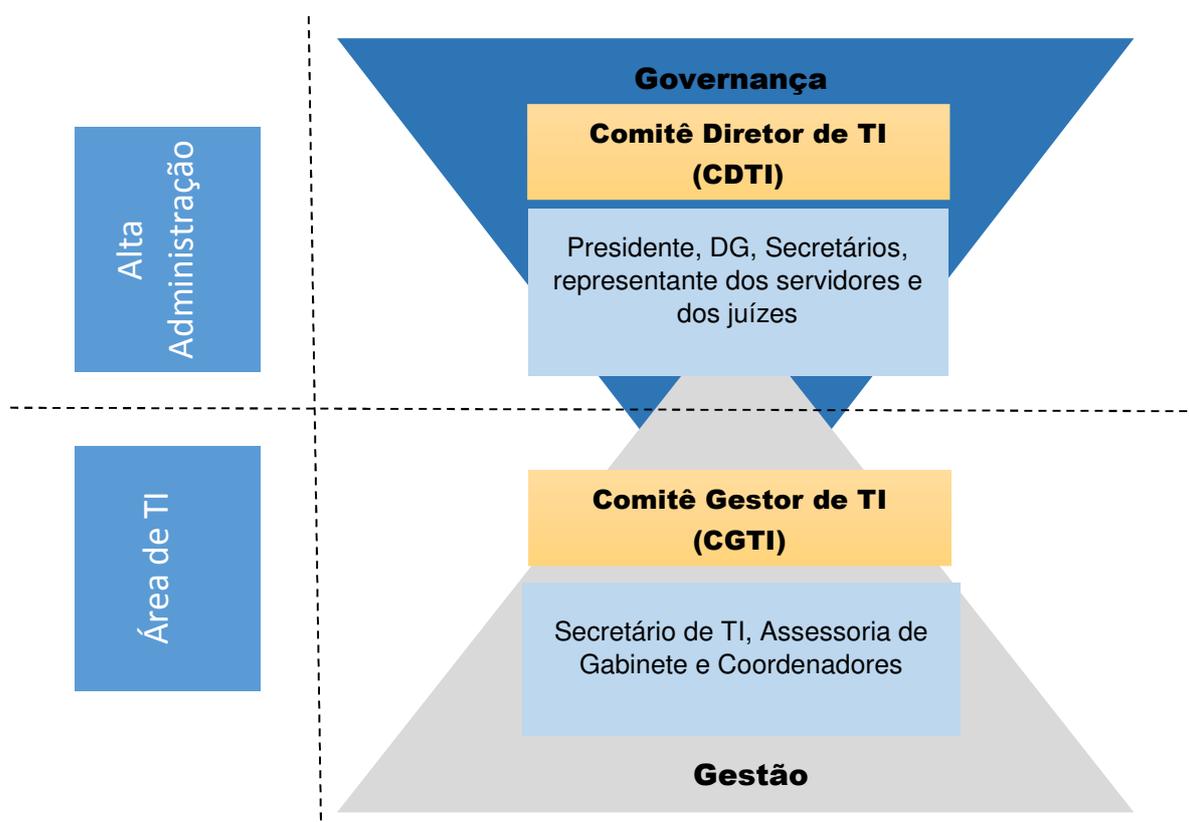
5.6.2 Modelo de governança de TI

A Governança Corporativa de Tecnologia de Informação é o conjunto estruturado de mecanismos (diretrizes, estruturas organizacionais, processos e controles), visando assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso atual e futuro da TI mantenham-se alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e alcance das metas organizacionais.

No TRE-PI, o modelo de Governança de TI tem por base duas instâncias: uma de cunho estratégico e, outra, de cunho tático-operacional, representadas, respectivamente, pelo Comitê Diretor de TI (CDTI) e Comitê Gestor de TI (CGTI). O CDTI é responsável pela aprovação de políticas, estratégias e planos institucionais, incluindo os relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação, além do monitoramento e avaliação sistemática dessas políticas. O CGTI, por sua vez, é responsável pela elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais e proposições de replanejamento.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o modelo de governança de TI deste Regional e sua composição.

Modelo de Governança de TI do TRE-PI



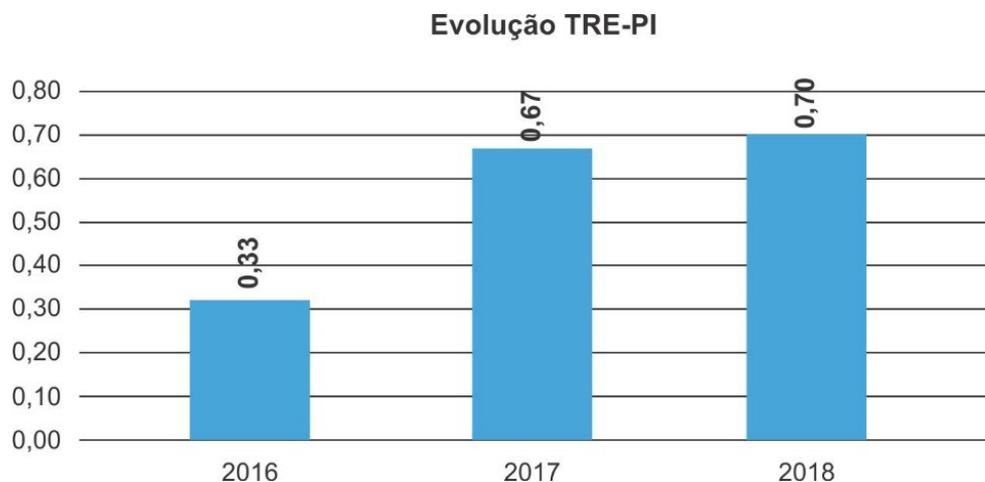
Cumprido ressaltar, ainda, dentro desse contexto, que o CNJ realiza, anualmente, um questionário de pesquisa, visando a obtenção de um diagnóstico de medição da governança, gestão e infraestrutura de TIC de todos os Tribunais brasileiros (Superiores, Federais e Estaduais). Em 2018, a média ficou em 0,66 (um valor de 0 a 1), conforme gráfico a seguir apresentado:

Gráfico – Evolução da média dos Tribunais Brasileiros



O TRE-PI evoluiu consideravelmente nos últimos três anos, tendo, no ano de 2018, ultrapassado a média brasileira, conforme demonstrado no gráfico adiante:

Evolução do TRE-PI



5.6.3 Montante de recursos aplicados em TI

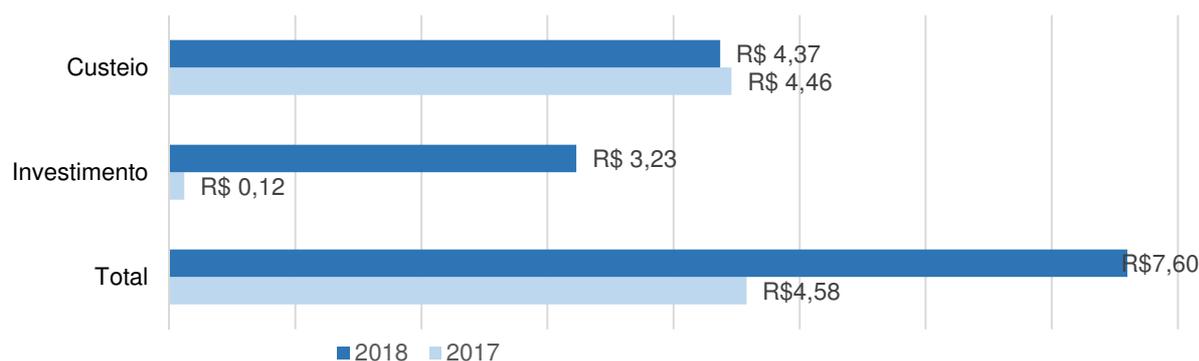
Montante de recursos aplicados em TI (exercício 2017)

Montante de recursos aplicados em TI – 2017 (R\$ Milhões)				
Grupo de Despesa	Empenhadas	Pagas	Diferença (R\$)	Diferença (%)
Custeio	R\$ 4,46	R\$ 4,21	R\$ 0,25	6%
Investimento	R\$ 0,12	R\$ 0,11	R\$ 0,01	8%
Total	R\$ 4,58	R\$ 4,32	R\$ 0,26	6%

Montante de recursos aplicados em TI (exercício 2018)

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2018 (R\$ Milhões)					
Status	Grupo de Despesa	Empenhadas	Pagas	Diferença (R\$)	Diferença (%)
\$ 0,94	Custeio	R\$ 4,37	R\$ 4,10	R\$ 0,27	6%
\$ 0,72	Investimento	R\$ 3,23	R\$ 2,33	R\$ 0,90	28%
\$ 0,85	Total	R\$ 7,60	R\$ 6,43	R\$ 1,17	15%

Despesas empenhadas em 2018



5.6.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI

Contratações de recursos realizadas em 2018

Contrato	Objeto/Empresa	Valor (R\$)
052/2018	Prestação de serviços de telecomunicações por meio de Sistemas Móveis de Transmissão de Voz e Dados via Satélite (SMSat).	R\$ 389.059,51
084/2018	Contratação de Serviços de Suporte Técnico/BROWSE.	R\$ 964.188,06
034/2018	Aquisição de microcomputadores com monitores secundários/Grupo Torino.	R\$ 382.920,00
079/2018	Aquisição de notebooks/Lider Notebooks.	R\$ 747.000,00
098/2018	Aquisição de microcomputadores com monitores secundários/Drive Informática/Fagundes distribuição/Alessandra Milani.	R\$ 858.768,00

5.6.5 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Principais iniciativas realizadas na área de TI e os resultados obtidos

Principais iniciativas na área de TIC (sistemas e projetos)	Principais resultados (Benefícios e impactos)
Implementação do Projeto Biometria 2017-2018.	100% dos municípios com biometria no Piauí
Instituição e implementação de Política de Segurança da Informação.	PSI Portaria de Salvaguarda (Backup); Uso do correio eletrônico;
Instituição de modelo de governança de TI, alinhado ao COBIT.	PETI 2015-2020 (Resolução TRE/PI nº 346/2017);
Elaboração e implementação da gestão de riscos de TI.	Política de Gestão de Risco (Resolução TRE-PI nº 354/2017);
Capacitação dos fornecedores quanto às informações no sítio eletrônico do TRE -PI	Treinamento com a ALURA;
Instalação de enlaces de comunicação de dados nas Zonas Eleitorais compatíveis com a Resolução CNJ nº 90/2009.	Comunicação com os Cartórios Eleitorais;
Definição dos artefatos a serem utilizados para o mapeamento de processos de TIC.	Padronização dos artefatos produzidos; Melhora na comunicação;
Mapeamento e formalização do processo de gestão de incidentes e do processo de gerenciamento de requisições de TI.	Melhora na gestão dos processos que já eram executados de forma <i>ad-hoc</i> ;
Desenvolvimento do Sistema Resultado das Eleições.	Possibilidade de visualização pelo cidadão do resultado das eleições, a partir das Eleições 2010;
Desenvolvimento do Sistema Mesário Voluntário.	Possibilidade de cadastro de mesário via internet;
Desenvolvimento do Sistema Comunica.	Comunicação;
Implantação do PADlog.	Gestão de projetos;
Desenvolvimento do Sistema Portal das Eleições 2018.	Possibilidade de acompanhamento da eleição; Facilidade e rapidez nas consultas de transmissão das seções;
Desenvolvimento do Sistema de Diárias.	Transparência e rapidez no processo; Automatização de todo o fluxo do processo, desde a solicitação até a comprovação e arquivamento;

Em tese, os sistemas desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para cada ano em curso, devem ser aprovados pelo CDTI, conforme o Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas (PADS). Todavia, no ano de 2018, ano eleitoral, alguns sistemas não previstos no PADS tiveram de ser desenvolvidos para priorizar as Eleições, fato, este, que impactou diretamente no índice de aderência do PADS.

5.6.6 Segurança da informação

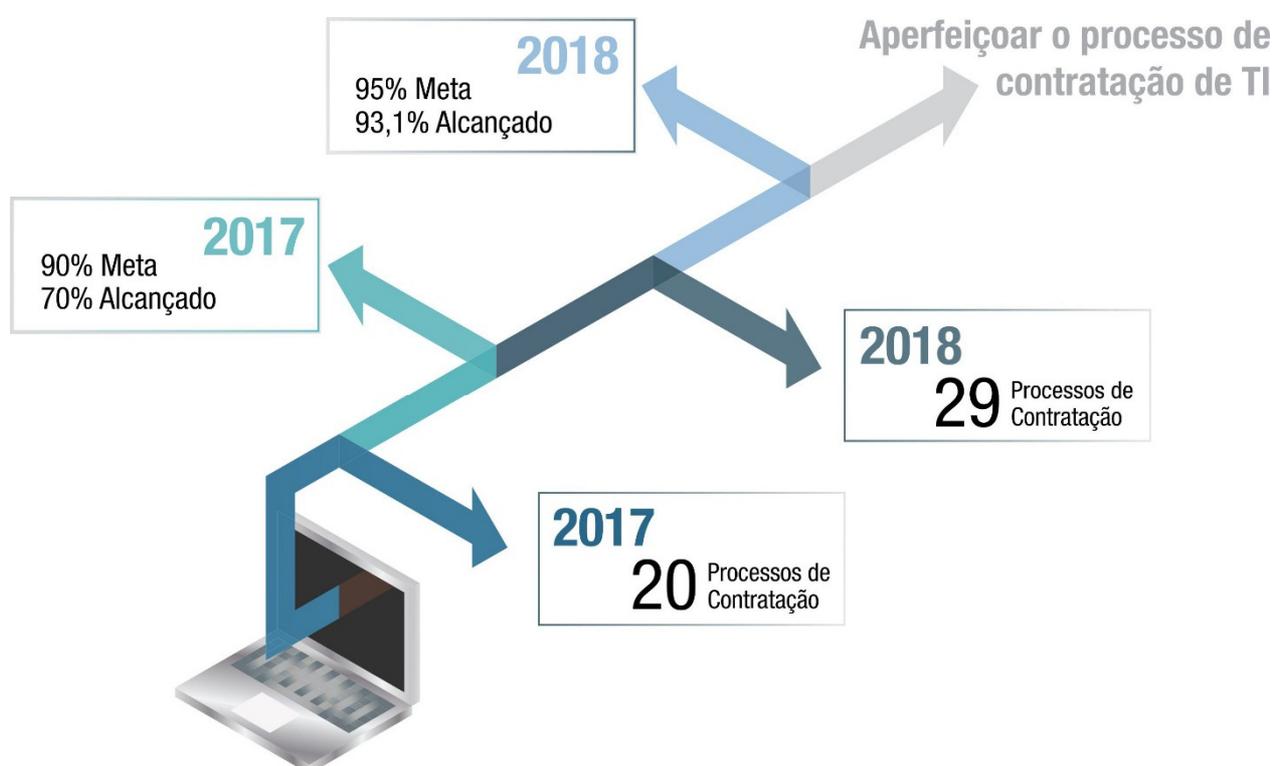
A segurança da informação é o conjunto de ações tendentes à preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, entre outras propriedades, com o propósito de proteger um dos principais patrimônios da Instituição, qual seja, a informação.

No exercício de 2018, o TRE-PI iniciou a institucionalização da Política de Segurança da Informação no TRE-PI, por meio da constituição do Comitê de Segurança da Informação e a Equipe de Tratamento a Incidentes de Redes de Computadores (ETIR), responsável pela avaliação dos incidentes decorrentes de falhas de segurança.

5.6.7 Principais desafios e ações futuras

Ações

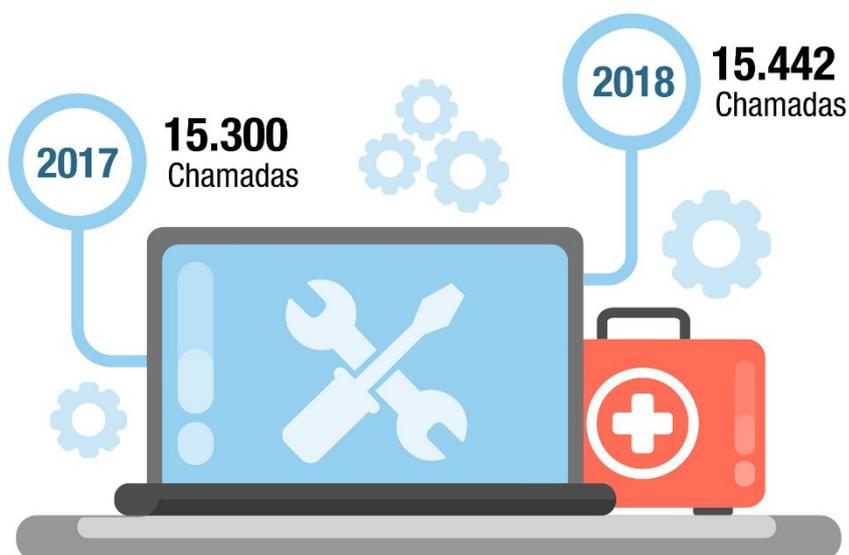
a) aperfeiçoamento do processo de contratação de TI previsto no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI 2015/2020



b) Implantação do Sistema Eletrônico de Informações SEI*



c) Central de Serviços



d) Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico



5.6.8 Desafios (Dificuldades, fraquezas e riscos)

- ▶ Orçamento deficitário para atendimento de demandas de TI, gerando impacto direto na garantia da infraestrutura tecnológica do Órgão e na disponibilidade dos serviços suportados pela TI;
- ▶ Número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação, gerando uma série de riscos: alongamento do prazo de execução de projetos, limitação ao atendimento de demandas externas e internas, dificuldade de os gestores focarem nas atividades de governança e gestão de TI, e insuficiência da força de trabalho para o cumprimento de todo o PADS no tempo esperado pelos usuários de TI;
- ▶ Cortes e readequações orçamentárias no decorrer do exercício, prejudicando o planejamento das contratações (eleva o risco das contratações afetando as que já estão sendo planejadas ou diminuindo o tempo para o planejamento de novas contratações).

5.6.9 Iniciativas para 2019



5.6.10 Eleições no Piauí

Eleições em Números / 4.2 Cadastro Eleitoral e Biometria

9.995Seções eleitorais no estado sendo **1797** na capital**82**Zonas eleitorais no estado, sendo **5** na capital**3.614**Locais de votação no estado, sendo **299** na capital**224**

Municípios no estado do Piauí

0

Municípios com eleições híbridas

224Com eleições **100%** biométrica**82**Juízes Eleitorais, em **82** zonas eleitorais. **9** auxiliares**35.692**Mesários em seções eleitorais, sendo **6.220** na capital**459**

Técnicos terceirizados

09

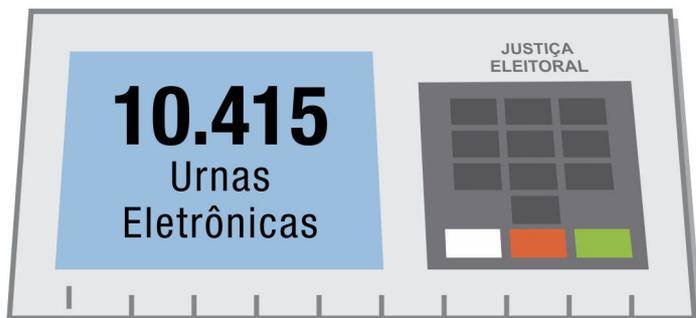
Polos de distribuição de urnas eletrônicas

41

Postos avançados de transmissão via satélite

40

Centrais de Transmissão



URNAS SUBSTITUÍDAS

0,90%
1º turno (PI)

0,67%
2º turno (PI)

1,90%
média nacional

ELEITORADO DO PIAUÍ

ELEIÇÃO ESTADUAL

2.370.010

Eleitores aptos no estado,
sendo 555.965 em Teresina

ELEIÇÃO FEDERAL

2.370.688

Eleitores aptos no estado,
sendo 556.210 em Teresina

678 

Eleitores de outros estados
solicitaram voto em
trânsito para o PI

 **64**

Eleitores do PI
puderam votar
com NOME SOCIAL



217

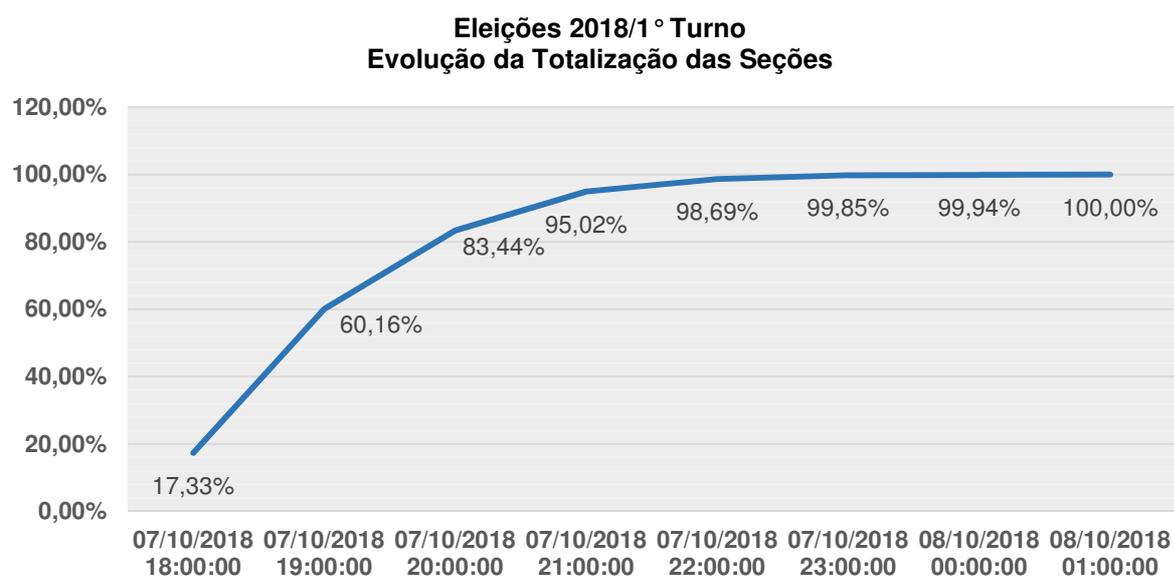
Presos provisórios
aptos no Piauí
(74 em Teresina)



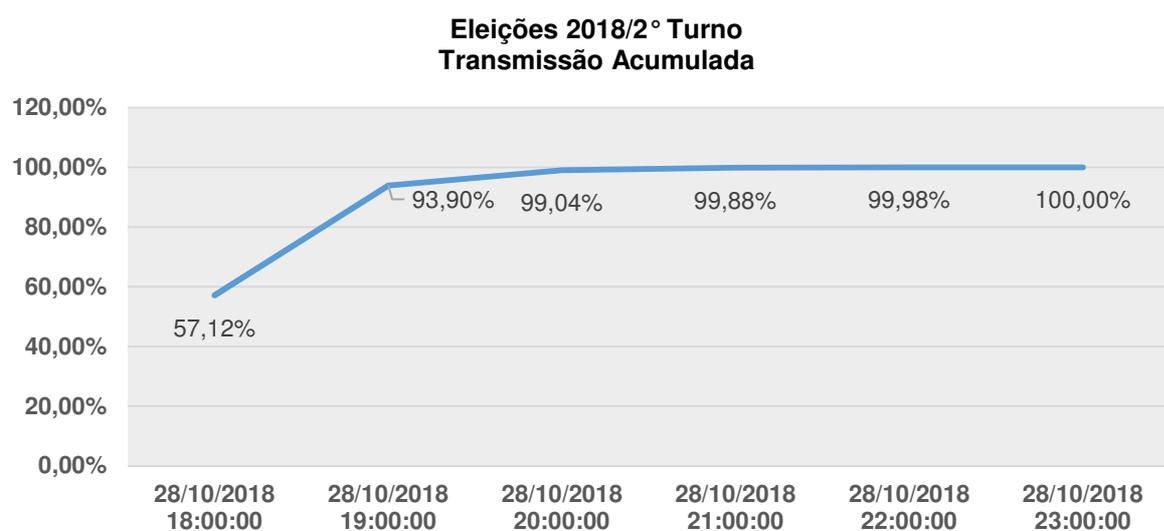
2.370.010

Eleitores com cadastro
biométrico
100% com biometria

Totalização e Divulgação de Resultados do 1º Turno (Eleições 2018)



Totalização e Divulgação de Resultados do 2º Turno (Eleições 2018)



Eleições Suplementares e parametrizadas



5.7 Gestão de custos

5.7.1 Conformidade legal

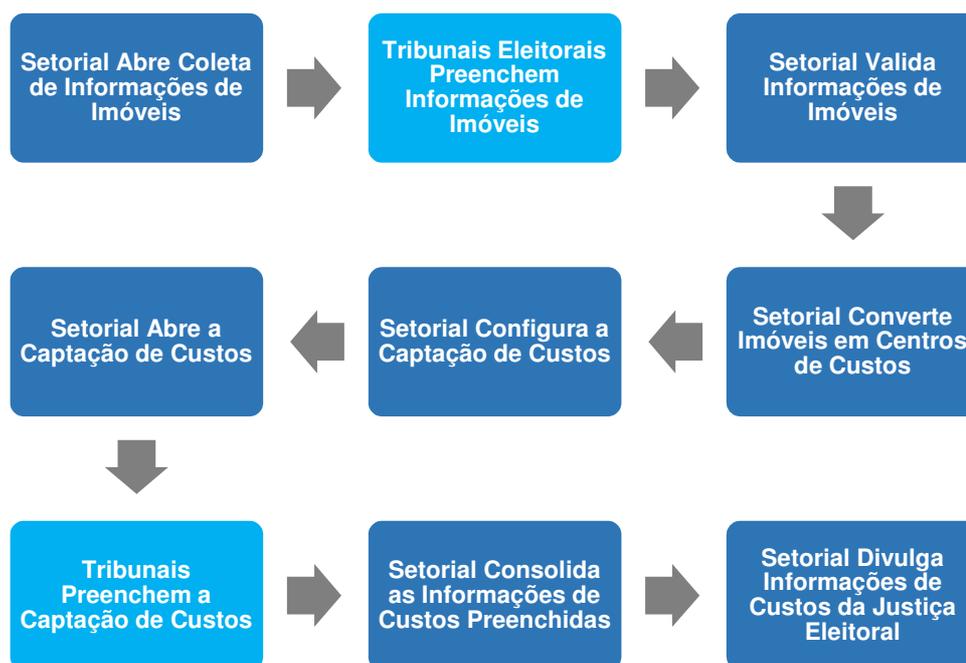
A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução TSE nº 23.504/2016, foi elaborada para atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos voltados para a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Além de constar do art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a gestão de custos também está prevista no art. 15, inciso II, da Lei nº 13.473/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), que determina o controle, a cada ano, dos custos dos programas de governo.

A Justiça Eleitoral, visando adequar essa sistemática às suas peculiaridades, desenvolveu uma metodologia própria de custos, denominado Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), por meio do qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, de forma complementar, pelos Tribunais Eleitorais.

Em termos de fluxo, o processo ocorre da seguinte maneira:

Fluxo do Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC)



Nessa metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações, quais sejam, os Itens de Custos e as Atividades/Serviços, por meio dos quais são apresentados, respectivamente, a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral e o produto devolvido à sociedade em troca dos recursos utilizados.

5.7.2 Estimativas de custos por área de atuação

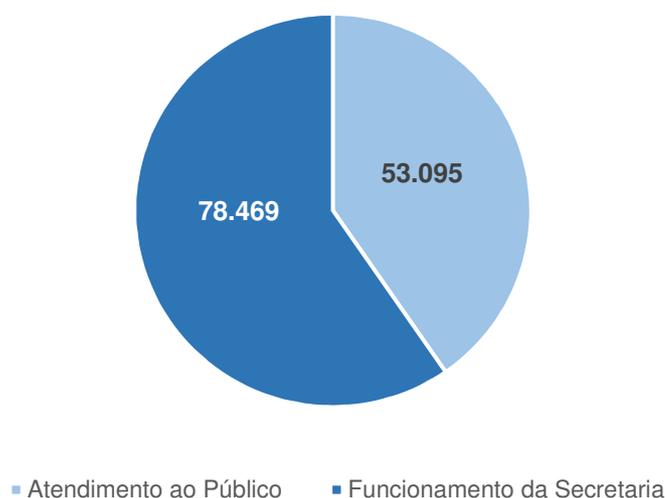
No ano de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, tendo sido obtidos dados relacionados a 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração.

Dentre as diversas formas de apresentação dos dados apurados, cumpre evidenciar o agrupamento dos itens de custo por grandes temas (Subgrupos) e a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, utilizados pelo TRE-PI para divulgação das suas informações.

Os gráficos a seguirem detalham os dados apurados por este Regional, no exercício de 2018, relativos à estimativa de custos:

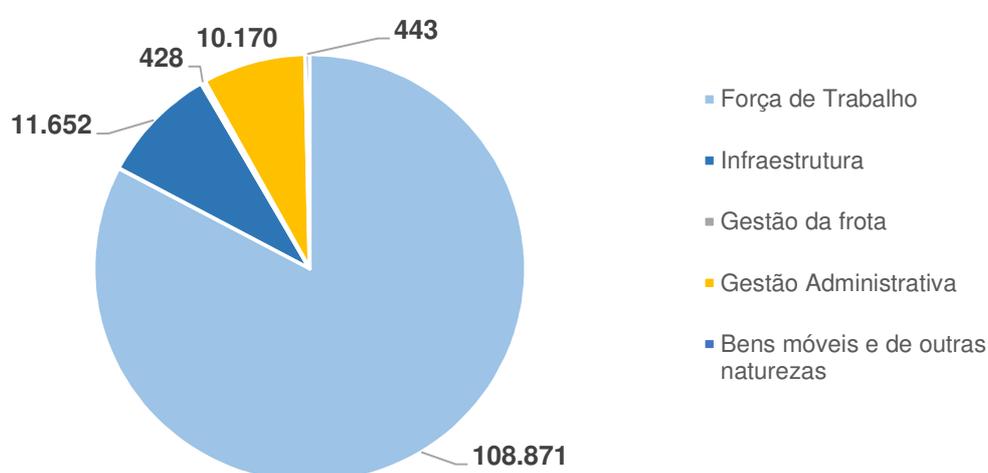
Resultados obtidos pelo TRE-PI, em 2018, a partir dos itens de custo Atendimento ao público/Funcionamento das Secretarias

Custos por subgrupos (em R\$ mil)



Resultados obtidos pelo TRE-PI, em 2018, a partir de itens de custos Subgrupos (em grandes temas)

Custos por subgrupos (em R\$ mil)



5.7.3 Desafios e ações

Cumpramos ressaltar, neste item, que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.

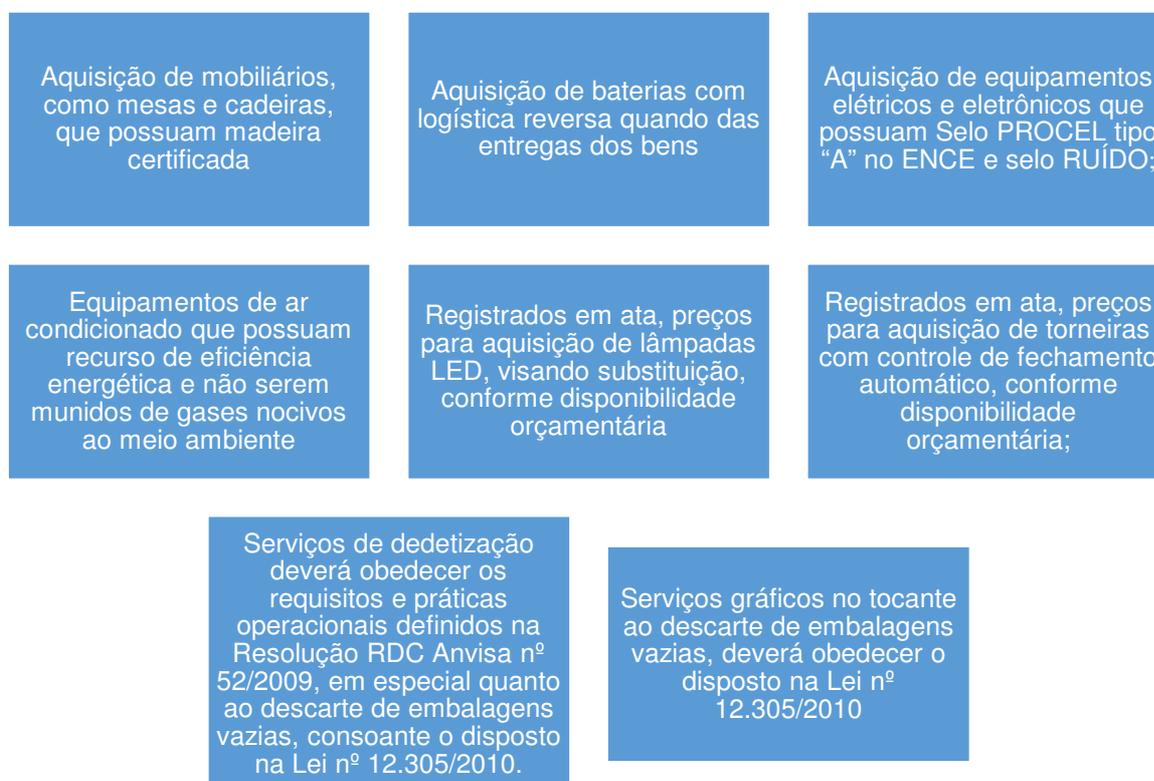
5.8 Sustentabilidade ambiental

5.8.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O TRE-PI, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 201/2015 e Resolução TSE nº 23.474/2016, instituiu a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável e criou o Núcleo Socioambiental TREciclar, por intermédio da Portaria TRE-PI nº 237/2016.

Embora não tenha ainda sido regulamentado, no âmbito deste Regional, os critérios de sustentabilidade, em razão de se tratar de matéria complexa a depender de estudos específicos, o TRE-PI vem utilizando, como parâmetro para elaboração de suas aquisições/contratações, os critérios de sustentabilidade ambiental constantes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (2ª edição - 2014) e do Guia Prático de Licitações sustentáveis da Consultoria Jurídica da União, no Estado de São Paulo – AGU (3ª edição - 2013), elencados na figura a seguir:

Critérios de sustentabilidade utilizados como parâmetros pelo TRE-PI nas contratações e aquisições.



5.8.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais

O Programa Socioambiental TREciclar do TRE-PI, visando sensibilizar os Órgãos, as Unidades, os servidores (efetivos, requisitados e terceirizados), os jurisdicionados e o público externo a incorporar boas práticas ambientais, está levando o incentivo à promoção de ações voltadas para a busca de uma melhor qualidade de vida, por meio de entrevistas, visitas, etc, adquiridas de experiências realizadas no interior do Tribunal.

Dentre essas mediadas, destaca-se a coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos nesta Instituição, destinados à associações para fins de reciclagem e com indicadores, para o acompanhamento dos resultados das ações estratégicas implementadas neste Tribunal, objetivando o combate ao desperdício de água, energia, papel, copos descartáveis e material de expediente, contribuindo dessa forma, com a inclusão social e conscientização ambiental, buscando sempre desenvolver soluções inovadoras para a sustentabilidade do meio ambiente e proteção à vida.

5.8.3 Redução de resíduos poluentes

Como medidas adotadas pelo TRE-PI para redução de resíduos poluentes, citam-se:

- ▶ A exigência nos Editais da obrigação da contratada de realizar a logística reversam nas aquisições de alguns produtos, como baterias, pilhas e lâmpadas
- ▶ O atendimento aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento, fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), conforme estabelecidos nas Resoluções CONAMA nº 18/1986 (complementações e alterações supervenientes), nas aquisições de veículos. Essa comprovação de conformidade deve ser realizada pela ENCE com a presença de, no mínimo, uma estrela. Ademais, devem os veículos adquiridos apresentarem maior eficiência energética e menor consumo de combustível, dentro de sua categoria, consoante os requisitos constantes do Regulamento de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves, e ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) das classes de maior eficiência, representadas pelas letras “A” ou “B”, nos termos do disposto no art. 3º, da Portaria INMETRO nº 377/2011, alterada pela Portaria INMETRO nº 5/2012 (Documento PAD nº 14.779/2018);
- ▶ A exigência, nas aquisições de bens permanentes, quando cabível, de apresentação pelas empresas classificadas de comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo certificado de regularidade válido, conforme disposto na Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013 e legislação correlata.

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Declaração do Contador Geral

De acordo com o art. 7º da Res. TRE-PI 271/2013, a Assistência Técnica em Matéria de Setorial Contábil exerce a competência de setorial de contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Entre as atividades desse setor, há a realização da conformidade contábil dos registros e demonstrações contábeis, de acordo com os procedimentos descritos na legislação e normas de contabilidade do setor público.

A conformidade contábil visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

DECLARAÇÃO

DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis (1. Balanço Orçamentário, 2. Balanço Patrimonial, 3. Demonstração das Variações Patrimoniais, 4. Demonstração dos Fluxo de Caixa, 5. Balanço Financeiro, e 6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2018, espelham nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, exceto no tocante à ressalva apontada.

Teresina-PI, 12 de fevereiro de 2019

JOSÉ OLIVEIRA DIAS
CRC nº 8166/0-PI

Contador do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

6.2 Demonstrações contábeis e Notas Explicativas

No exercício de 2018, as demonstrações contábeis e notas explicativas do TRE-PI foram elaboradas com observância das normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam, a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI de Procedimentos para Elaboração de Demonstrações Contábeis. São elas:

- ▶ Balanço Orçamentário
- ▶ Balanço Patrimonial
- ▶ Balanço Financeiro
- ▶ Demonstração das Variações Patrimoniais
- ▶ Demonstração dos Fluxos de Caixa
- ▶ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Cumprе ressaltar que o inventário anual não fora finalizado dentro do exercício corrente, fato, este, que impossibilitara a aferição da real quantificação dos bens móveis pertencentes ao Órgão.

6.2.1. Balanço Orçamentário - Todos os orçamentos

Unidade Gestora:70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ÓRGÃO SUPERIOR: 14000 - JUSTICA ELEITORAL

Exercício: 2018 PERÍODO: Anual

Valores em Unidades de Real

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	196.708.124,45	196.708.124,45
TOTAL	-	-	196.708.124,45	196.708.124,45
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	157.275.750,00	167.989.778,00	184.040.105,28	180.238.379,13	180.238.379,13	-16.050.327,28
Pessoal e Encargos Sociais	127.800.624,00	137.770.522,00	140.774.351,20	140.239.861,46	140.239.861,46	-3.003.829,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	29.475.126,00	30.219.256,00	43.265.754,08	39.998.517,67	39.998.517,67	-13.046.498,08
DESPESAS DE CAPITAL	7.695.220,00	12.933.931,00	12.668.019,17	10.374.216,08	10.374.216,08	265.911,83
Investimentos	7.695.220,00	12.933.931,00	12.668.019,17	10.374.216,08	10.374.216,08	265.911,83
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	164.970.970,00	180.923.709,00	196.708.124,45	190.612.595,21	190.612.595,21	-15.784.415,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	164.970.970,00	180.923.709,00	196.708.124,45	190.612.595,21	190.612.595,21	-15.784.415,45
TOTAL	164.970.970,00	180.923.709,00	196.708.124,45	190.612.595,21	190.612.595,21	-15.784.415,45

Notas explicativas:

- As despesas empenhadas e não pagas, até 31/12/2018, são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.
- O quadro de Receitas Orçamentárias do Balanço Orçamentário apresenta um Deficit, no valor de R\$ 196.708.124,45, devido ao TRE-PI não ser agente arrecadador e executar despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos. Esse valor deficitário, frisa-se, é comum a todos os TREs, que recebem ingressos (sub-repasse) para cobrir suas despesas.
- Com o recebimento do montante de R\$ 15.952.739,00, a título de créditos suplementares, a dotação inicial de R\$ 164.970.970,00 fora atualizada para R\$ 180.923.709,00.

6.2.2. Balanço Patrimonial - Todos os orçamentos

Unidade Gestora:70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ÓRGÃO SUPERIOR: 14000 - JUSTICA ELEITORAL

Exercício: 2018 PERÍODO: Anual

Valores em Unidades de Real

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	4.081.858,15	863.387,10	PASSIVO CIRCULANTE	3.022.772,49	153.223,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.041.425,79	24.849,27	Obrigações Trab., Previ. e Assist. a Pag. a Curto Prazo	2.842.074,36	2.285,66
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	580.634,49	16.776,97	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	173.001,06	145.901,57
Estoques	1.459.797,87	821.760,86	Demais Obrigações a Curto Prazo	7.697,07	5.035,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE	49.876.620,28	40.604.087,44	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Imobilizado	48.752.407,05	39.915.682,86	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.022.772,49	153.223,09
Bens Móveis	17.879.978,01	15.544.822,19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	38.895.806,23	34.071.212,33	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Depreciação/Amortiz./Exaust. Acumul.	-21.015.828,22	-18.526.390,14	Resultados Acumulados	50.935.705,94	41.314.251,45
Bens Imóveis	30.872.429,04	24.370.860,67	Resultado do Exercício	10.653.908,52	5.444.774,77
Bens Imóveis	31.652.010,81	24.952.734,35	Resultados de Exercícios Anteriores	41.314.251,45	40.235.100,73
(-) Depreciação/Amortiz./Exaust. Acumul.	-779.581,77	-581.873,68	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.032.454,03	-4.365.624,05
Intangível	1.124.213,23	688.404,58	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.935.705,94	41.314.251,45
Softwares	1.124.213,23	688.404,58			
TOTAL DO ATIVO	53.958.478,43	41.467.474,54	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.958.478,43	41.467.474,54

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	2.041.425,79	35.326,24	PASSIVO FINANCEIRO	6.118.132,81	3.567.728,53
ATIVO PERMANENTE	51.917.052,64	41.432.148,30	PASSIVO PERMANENTE	2.619.898,38	153.223,09
			SALDO PATRIMONIAL (ATIVO - PASSIVO)	45.220.447,24	37.746.522,92

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	36.270.988,42	37.837.392,81
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	36.270.988,42	37.837.392,81
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	10.584,10	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	36.260.404,32	37.837.392,81
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	36.270.988,42	37.837.392,81

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.911.683,02
Recursos Vinculados	-165.024,00
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-165.024,00
TOTAL	-4.076.707,02

Notas explicativas:

1. A conta "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" (R\$ 580.634,49), compreendida pelos salários pagos antecipadamente, encerrara o ano de 2018 com um acréscimo de 3.360,90%, comparada com a do exercício 2017 (R\$ 16.776,97), devido ao aumento do número de servidores que receberam antecipadamente, ainda no exercício corrente, o pagamento pelo gozo de férias atinentes ao período de janeiro/2019.
2. A conta "Estoques" (R\$ 1.459.797,87), representada pela quantidade de material de consumo ainda a ser consumida, finalizara com um acréscimo de 77,64%, comparada com a do exercício 2017 (R\$ 821.760,86), devido ao aumento de materiais de expediente utilizados na realização das eleições.
3. Os cálculos da depreciação foram realizados com base nos critérios estabelecidos na Macrofunção SIAFI 020330, que tem como fundamento as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.1 a 16.11, e efetivados por meio de sistema de controle do patrimônio (ASiWeb).
4. A conta "Softwares" (R\$ 1.124.213,23), representada pelas aquisições de licenças de software, encerrara com um acréscimo de 63,307% (R\$ 435.808,65), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 688.404,58), em razão da aquisição de subscrição do Servidor de Aplicações JAVA (JBOSS EAP) para uso em sistemas administrativos e portais de serviços do Tribunal.
5. A conta "Obrigações Trab., Previ. e Assist. a Pag. a Curto Prazo" (R\$ 2.842.074,36), representada pela apropriação dos salários e férias dos servidores deste Tribunal, encerrara com um acréscimo de 8.115,23% (R\$ 2.016.576,52), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 2.285,66), devido da realização dos serviços extraordinários durante as eleições 2018.
6. O Tribunal apresentara uma situação patrimonial líquida positiva (R\$ 50.935.705,94), em 2018, com um acréscimo de 23,29% se comparado como o do exercício 2017.
7. O grupo "ATIVO FINANCEIRO" (R\$ 2.041.425,79), representado pelo valores numerais do Tribunal, encerrara com acréscimo de 5.678,78% (R\$ 2.006.099,55), comparado com o do exercício 2017 (R\$ 35.326,24), devido ao aumento do saldo da conta "Caixa e Equivalentes de Caixa".
8. O grupo "ATIVO PERMANENTE" (R\$ 51.917.052,64), finalizara com um acréscimo de 25,31% (R\$ 10.484.904,34), comparado com o do exercício 2017 (R\$ 41.432.148,30), devido ao aumento do "Ativo Imobilizado" com a construção do fórum eleitoral do Município de Teresina-PI.
9. O grupo "PASSIVO FINANCEIRO" (R\$ 6.118.132,81), representado pelas despesas do Tribunal empenhadas e ainda não pagas, encerrara com um acréscimo de 71,49% (R\$ 2.550.404,28), comparado com o do exercício 2017 (R\$ 3.567.728,53), em razão do aumento de despesas empenhadas decorrentes dos trabalhos realizados durante as Eleições 2018.
10. O grupo "PASSIVO PERMANENTE" (R\$ 2.619.898,38), representado pelas despesas reconhecidas e ainda não empenhadas, finalizara com um acréscimo de 1.609,86% (R\$ 2.466.675,29), comparado com o do exercício 2017 (R\$ 153.223,09), devido à previsão para pagamento de férias dos servidores do Tribunal, no exercício 2019.

6.2.3 Balanço Financeiro - Todos os orçamentos

Unidade Gestora:70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ÓRGÃO SUPERIOR: 14000 - JUSTICA ELEITORAL

Exercício: 2018 PERÍODO: Anual

Valores em Unidades de Real

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	196.708.124,45	167.606.362,42
Ordinárias	-	-	Ordinárias	174.743.005,45	149.071.252,42
Vinculadas	-	-	Vinculadas	21.965.119,00	18.535.110,00
			Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	16.381.053,00
			Previdência Social (RPPS)	19.500.000,00	-
			Outros Rec. Vinculados a Órgãos e Programas	2.465.119,00	2.154.057,00
Transferências Financeiras Recebidas	195.816.572,05	166.218.081,64	Transferências Financeiras Concedidas	1.004.984,11	995.187,59
Resultantes da Execução Orçamentária	192.780.517,06	163.465.279,50	Resultantes da Execução Orçamentária	95.215,54	87,17
Sub-repasso Recebido	192.780.517,06	163.465.279,50	Repasso Concedido	95.020,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	3.036.054,99	2.752.802,14	Sub-repasso Devolvido	195,54	87,17
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.027.332,03	2.750.520,00	Independentes da Execução Orçamentária	909.768,57	995.100,42
Demais Transferências Recebidas	80,50	880,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	909.768,57	995.100,42
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.642,46	1.402,14			
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	7.071.137,08	4.650.378,21	Despesas Extraorçamentárias	3.158.024,05	4.790.814,38
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.095.529,24	3.567.728,53	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.118.310,47	4.689.227,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	39.713,58	89.831,40	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	39.713,58	101.586,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários	935.894,26	992.818,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	901.045,61	992.818,28			
Demais Recebimentos	34.848,65	-			
Saldo do Exercício Anterior	24.849,27	2.548.753,81	Saldo para o Exercício Seguinte	2.041.425,79	24.849,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.849,27	2.548.753,81	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.041.425,79	24.849,27
TOTAL	202.912.558,40	173.417.213,66	TOTAL	202.912.558,40	173.417.213,66

Notas explicativas:

1. A conta "Sub-repasso Recebido" (R\$ 192.780.517,06), representada pelas transferências financeiras recebidas mensalmente do TSE para pagamento de despesas do Tribunal, encerrara com um acréscimo de 17,93% (R\$ 29.315.237,56), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 163.465.279,50), em razão das despesas provenientes das Eleições 2018.

2. A conta "Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados" (R\$ 6.095.529,24), representada pelas despesas empenhadas e ainda não liquidadas até 31/12/2018, encerrara com um acréscimo de 70,85% (R\$ 2.527.800,71), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 3.567.728,53), devido ao aumento de despesas com obras e serviços relacionados às Eleições 2018.

3. A conta "Despesas Ordinárias" (R\$ 174.743.005,45), representada pelas despesas fixadas para a manutenção das atividades-fim do Tribunal, encerrara com um acréscimo de 17,22% (R\$ 25.671.753,03), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 149.071.252,42), em razão das despesas decorrentes da realização das Eleições 2018.

4. No exercício corrente, o título "Seguridade Social (Exceto Previdência)", usado no exercício 2017, fora substituído pelo título "Previdência Social (RPPS)", motivo pelo qual referido item apresenta-se zerado.

5. O Resultado Financeiro (Saldo para o Exercício Seguinte) de R\$ 2.041.425,79, proveniente da diferença entre o total dos ingressos (R\$ 202.912.558,40) e dos dispêndios (R\$ 200.871.132,61), encerrara com um acréscimo de 8.115,23% (R\$ 2.016.576,52), comparado com o do exercício 2017 (R\$ 24.849,27).

6.2.4. Demonstrações das variações patrimoniais - Todos os orçamentos

Unidade Gestora:70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ÓRGÃO SUPERIOR: 14000 - JUSTICA ELEITORAL

Exercício: 2018 PERÍODO: Anual

Valores em Unidades de Real

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	200.589.277,68	167.654.964,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	39.313,96	5.661,92
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	39.313,96	5.661,92
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	198.348.592,13	166.562.949,03
Transferências Intragovernamentais	195.816.572,05	166.218.081,64
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.532.020,08	344.867,39
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.339.632,93	99.197,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.339.632,93	99.197,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	861.738,66	987.156,36
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	861.738,66	987.156,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	189.935.369,16	162.210.189,54
Pessoal e Encargos	130.367.961,63	116.611.874,79
Remuneração a Pessoal	105.686.378,35	93.068.701,69
Encargos Patronais	15.527.379,52	14.766.665,52
Benefícios a Pessoal	9.154.203,76	8.775.307,58
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	1.200,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.830.207,85	19.707.084,50
Aposentadorias e Reformas	16.768.956,04	14.297.705,40
Pensões	5.061.251,81	5.409.379,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	34.012.859,88	24.019.405,52
Uso de Material de Consumo	1.683.856,69	793.802,56
Serviços	28.963.380,91	19.044.868,91
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.365.622,28	4.180.734,05
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7,01	-
Descontos Financeiros Concedidos	7,01	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.659.834,27	1.046.841,11
Transferências Intragovernamentais	970.135,46	995.187,59
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.689.698,81	51.653,52
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	377.923,00	-
Perdas Involuntárias	21.402,15	-
Desincorporação de Ativos	356.520,85	-
Tributárias	71.653,76	44.010,52
Contribuições	71.653,76	44.010,52
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	614.921,76	780.973,10
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	614.921,76	780.973,10
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	10.653.908,52	5.444.774,77

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017

Notas explicativas:

1. A conta "Outras Transferências e Delegações Recebidas" (R\$ 2.532.020,08), representada pelo recebimento de bens patrimoniais de outras unidades gestoras, encerrara com um acréscimo de 634,20% (R\$ 2.187.152,69), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 344.867,39), devido ao recebimento de bobinas para urnas eletrônicas do TSE e de urnas eletrônicas do TRE-MG, TRE-SP e TRE-RS.

2. A conta "Ganhos com Incorporação de Ativos" (R\$ 1.339.632,93), representada pela incorporação de bens patrimoniais recebidos de outras unidades gestoras, encerrara com um acréscimo de 1.250,48% (R\$ 1.240.435,93), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 99.197,00), devido à incorporação de lacres e peças de urnas eletrônicas recebidos do TSE.

3. A conta "Pessoal e Encargos" (R\$ 130.367.961,63), representada pela diminuição patrimonial derivada das despesas com pessoal, encerrara com um acréscimo de 11,80% (R\$ 13.756.086,84), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 116.611.874,79), devido à realização de serviços extraordinários durante as Eleições 2018.

4. A conta "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Serviços" (R\$ 28.963.380,91), representada pela diminuição patrimonial derivada das despesas com diárias e serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, encerrara com um acréscimo de 52,08% (R\$ 9.918.512,00), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 19.044.868,91), devido ao aumento das despesas com serviços técnicos profissionais e com deslocamentos de servidores, realizadas antes e durante as Eleições 2018.

5. A conta "Outras Transferências e Delegações Concedidas" (R\$ 1.689.698,81), representada pela diminuição patrimonial derivadas das Transferências e Delegações entre unidades gestoras, encerrara com um acréscimo de 3.171,22% (1.638.045,29), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 51.653,52), devido ao registro da apropriação da depreciação das urnas eletrônicas recebidas do TSE, TRE-MG, TRE-SP e TRE-RS.

6. O Tribunal, no ano de 2018, apresentara um *superávit* patrimonial na ordem de 95,67% (R\$ 5.209.133,75) em reação ao do exercício 2017.

6.2.5. Demonstrações dos fluxos de caixas - Todos os orçamentos

Unidade Gestora:70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ÓRGÃO SUPERIOR: 14000 - JUSTICA ELEITORAL

Exercício: 2018 PERÍODO: Anual

Valores em Unidades de Real

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	14.401.481,93	5.159.386,20
INGRESSOS	196.792.179,89	167.300.731,32
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	196.792.179,89	167.300.731,32
Ingressos Extraorçamentários	39.713,58	89.831,40
Transferências Financeiras Recebidas	195.816.572,05	166.218.081,64
Arrecadação de Outra Unidade	901.045,61	992.818,28
Demais Recebimentos	34.848,65	-
DESEMBOLSOS	-182.390.697,96	-162.141.345,12
Pessoal e Demais Despesas	-165.948.936,69	-146.291.290,99
Judiciário	-144.154.319,35	-125.211.682,70
Previdência Social	-21.794.617,34	-21.079.608,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-15.397.063,58	-14.753.279,99
Intragovernamentais	-15.397.063,58	-14.753.279,99
Outros Desembolsos das Operações	-1.044.697,69	-1.096.774,14
Dispêndios Extraorçamentários	-39.713,58	-101.586,55
Transferências Financeiras Concedidas	-1.004.984,11	-995.187,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.384.905,41	-7.683.290,74
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-12.384.905,41	-7.683.290,74
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.932.899,16	-7.568.808,76
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-452.006,25	-114.481,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.016.576,52	-2.523.904,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	24.849,27	2.548.753,81
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.041.425,79	24.849,27

Notas explicativas:

1. A conta "Transferências Financeiras Recebidas" (R\$ 195.816.572,05), representada pelos recursos de caixa recebidos do TSE para pagamento de despesas do TRE-PI, encerrara com um acréscimo de 17,81% (R\$ 29.598.490,41), comparada com a do exercício 2017 (R\$ 166.218.081,64), devido ao aumento da dotação orçamentária atualizada e autorizada pelo TSE para fazer frente ao aumento de despesas durante o ano eleitoral de 2018.

2. A conta "Pessoal e Demais Despesas - Judiciário" (R\$ 144.154.319,35), representada pelo desembolso de caixa que o TRE-PI realizara para efetuar as despesas com pessoal, encerrara com um acréscimo de 15,13% (R\$ 18.942.636,65), comparado com a do exercício 2017 (R\$ 125.211.682,70), devido à realização de serviços extraordinários durante as Eleições 2018.

3. A conta "Aquisição de Ativo Não Circulante" (R\$ 11.932.899,16), representada pelo desembolso de caixa para pagamento de despesas de capital (como obras, projetos e bens do imobilizado), encerrara com um acréscimo de 57,66% (R\$ 4.364.090,40), comparada com a do exercício 2017 (R\$ -7.568.808,76), devido ao aumento das despesas com obras para construção do fórum eleitoral do Município de Teresina-PI.

4. No ano de 2018, ocorrerá uma "Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa" positiva de R\$ 2.016.576,52, comparado com a do exercício 2017 (R\$ -2.523.904,54), correspondente a um acréscimo de 179,90% (R\$ 4.540.481,06).

6.2.6. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Todos os orçamentos

Unidade Gestora:70006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ÓRGÃO SUPERIOR: 14000 - JUSTICA ELEITORAL

Exercício: 2018

Valores em Unidades de Real

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesour aria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	40.235.100,73	-	-	40.235.100,73
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-4.365.624,05	-	-	-4.365.624,05
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	5.444.774,77	-	-	5.444.774,77
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Prprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	41.314.251,45	-	-	41.314.251,45

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aument o de Capital (AFAC)	Reserv a de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesour aria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	41.314.251,45	-	-	41.314.251,45
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-1.032.454,03	-	-	-1.032.454,03
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	10.653.908,52	-	-	10.653.908,52
Constituição/Reversã o de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	50.935.705,94	-	-	50.935.705,94

Notas explicativas:

1. Em 2018, o Saldo do Patrimônio Líquido (R\$ 50.935.705,94) apresentara um acréscimo de R\$ 9.621.454,49 (23,29%), comparado ao do exercício 2017 (R\$ 41.314.251,45), devido ao aumento do ativo imobilizado deste Tribunal para construção do fórum eleitoral do Município de Teresina-PI.

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No âmbito deste Tribunal, compete à Unidade de Controle Interno (COCIN) o acompanhamento do fiel cumprimento das determinações e recomendações procedentes do TCU, segundo disposto no art. 6º, inciso XII, da Resolução TRE-PI nº 271/2013.

Nesse contexto, informa-se a seguir os Acórdãos do TCU recebidos neste Tribunal e as respectivas providências adotadas:

Quadro 28 – Informações acerca dos Acórdãos recebidos do TCU e as providências adotadas

Acórdãos	Providências adotadas
Acórdão TCU nº 5.311/2018 - 2ª Câmara: encaminhado ao TRE-PI, por meio do Ofício nº 1046/2018-TCU/SECEX-PI, de 18/7/2018, determinando a oitiva dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas atingidos pelo item 9.4 do Acórdão TCU nº 1.953/2005 - 2ª Câmara (beneficiários de valores percebidos em duplicidade, em outubro de 1996, sob a rubrica “0019 DESP. EXERCÍCIOS ANTERIORES”), em cumprimento à decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no bojo do Mandado de Segurança nº 31.141.	Por meio do Ofício nº 56/2018-TCU/Serur, de 10/10/2018, foi comunicado a este Tribunal que os embargos de declaração, opostos contra o referido Acórdão, foram conhecidos pelo Relator, Ministro André Luís de Carvalho, com a consequente suspensão dos prazos para cumprimento do Acórdão embargado, durante o restante do exercício de 2018.
Acórdão TCU nº 1.832/2018 – Plenário: trata de avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos oficiais das organizações dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como do Ministério Público da União e de empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal.	Após terem sido providenciados os ajustes necessários pelas Secretarias deste Tribunal, foi comunicado ao TCU, por meio do Ofício nº 482/2019- TRE/PRESI/DG, de 20/3/2019, o atendimento do referido Acórdão.
Acórdão TCU nº 1293/2018 – Plenário: encaminhado ao TRE-PI, por meio do Ofício nº 0521916-SG/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que versa sobre cálculo de parcela redutora de pensões civis, previsto no art. 40, § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 10.887/2014, para conhecimento.	O TRE-PI já adotou as recomendações constantes do referido Acórdão, aplicando a parcela redutora de pensões civis.
Acórdão TCU nº 7.289/2018 – 2ª Câmara: trata de pagamento de vantagem indevida com determinação de ressarcimento aos cofres da União das vantagens eventualmente pagas, a partir da data da prolação do Acórdão TCU nº 3.116//2008 – 2ª Câmara.	O Acórdão está sendo cumprido, mediante desconto em folha de pagamento do servidor, a partir de dezembro/2018, e de forma parcelada, conforme legislação vigente.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

N° documento SEI	Providências adotadas
SEI nº 0000604-46.2019.6.18.8000 (Auditoria de Concessão de Férias)	As devidas providências foram tomadas e o procedimento encontra-se cumprido e finalizado, portanto, sem pendências
SEI nº 0000609-68.2019.6.18.8000 (Auditoria de Abono permanência)	O tratamento adotado indicado pela DG (Doc. SEI nº 0724433) é que o processo deve ser remetido "à STI e SGP para providências necessárias, no prazo de 30 dias, quanto ao devido cumprimento da aludida auditoria, adotando medidas necessárias para a sua implementação." Nesse caso, a recomendação da COCIN é que se adote um sistema de informática específico para o caso ou que seja desenvolvido internamente ou implementado a partir de sistema disponibilizado por outros regionais.
SEI nº 0000610-53.2019.6.8.8000 (Auditoria referente à Concessão do Adicional de Qualificação)	O tratamento adotado e indicado pela DG (Doc. SEI nº 0724459) é que se faz necessário que o andamento ao cumprimento da recomendação da COCIN seja finalizado, qual seja, instauração de procedimento específico acerca da incorporação do adicional de qualificação aos proventos da aposentadoria, bem como sobre a incidência ou não da contribuição previdenciária sobre esse adicional. Até a presente data, a Unidade autuou o Processo SEI nº 0014739-97.2018.6.18.8000, no qual foi anexado cópia de decisão administrativa acerca do referido desconto, proferida em setembro/2008, doc SEI 680156.
SEI Nº 0006287-98.2018.6.18.8000 (Objeto da Auditoria: Materiais de Consumo do Almoxarifado)	O tratamento adotado pela DG por meio do despacho (Doc. SEI nº 0690139) foi o seguinte encaminhamento: "À Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, acerca das providências adotadas quanto ao Relatório de Monitoramento de Auditoria nº 01/2015 – Almoxarifado, mormente no que concerne às recomendações "em cumprimento" e à "não cumprida", especificando o prazo de atendimento pleno das recomendações pendentes. Após, retorne o feito a esta Diretoria-Geral para submissão da matéria ao Exmo. Desembargador Presidente". Nesse caso, as 06 (seis) recomendações indicadas pela Seaga no relatório de monitoramento (doc. SEI nº 0674013) encontram-se na situação "em andamento".
SEI Nº 0008558-80.2018.6.18.8000 (Objeto da Auditoria: Gestão e Fiscalização de Contratos)	O tratamento adotado pela DG por meio do despacho (Doc. SEI nº 0697078) foi o seguinte encaminhamento: "À Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP para manifestação acerca da viabilidade da proposta da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAOF de criação da Unidade de Gestão e Fiscalização de Contratos, informada no Despacho nº 33644/2018 – TRE/PRESI/DG/SAOF, e constante do processo SEI em epígrafe. Por oportuno, determino a observância dos trabalhos resultantes do Grupo de Trabalho incumbido de realizar estudos voltados à revisão das normas pertinentes à estrutura organizacional dos tribunais eleitorais, previstas na Resolução TSE nº 22.138/20015, instituído pela Portaria TSE nº 933/2016, bem como a simetria de competências entre os Tribunais Eleitorais. Após, retorne o feito a esta Diretoria-Geral para submissão da matéria ao Exmo. Desembargador

	Presidente". Nesse caso, das 08 (oito) recomendações indicadas pela Seaga no relatório de monitoramento (doc. SEI nº 0674008), 06 (seis) foram cumpridas e 02 (duas) encontram-se na situação "em andamento".
SEI Nº 0009533-05.2018.6.18.8000 (Objeto da Auditoria: Gestão de Suprimentos de Materiais Eleitorais)	O tratamento adotado pela DG por meio do despacho (Doc. SEI nº 0696871) foi o seguinte encaminhamento: "À Coordenadoria de Controle Interno – COCIN para ciência das providências adotadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, em especial a Informação nº 8929 / 2018 – TRE/PRESI/DG/STI (Doc. 069240), e pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAOF, constante do Despacho nº 33507/2018 – TRE/PRESI/DG/SAOF/AJURSAOF (Documento nº 0691877), acerca do monitoramento dos achados no Relatório de Monitoramento de Auditoria nº monitoramento da Auditoria nº 01/2017 – Gestão de Suprimentos de Materiais Eleitorais. Após, retorne o feito a esta Diretoria-Geral para submissão da matéria ao Exmo. Desembargador Presidente". Nesse caso, das 06 (seis) recomendações indicadas pela Seaga no relatório de monitoramento (doc. SEI nº 0674017), 01 (uma) foi cumprida, 02 (duas) encontram-se na situação "em andamento" e 03(três) encontram-se na situação "não cumprida".
SEI Nº 0009623-13.2018.6.18.8000 (Objeto da Auditoria: Gestão de Armazenamento e Manutenção das Urnas)	O tratamento adotado pela DG por meio do despacho (Doc. SEI nº 0694376) foi o seguinte encaminhamento: À Coordenadoria de Controle Interno – COCIN para ciência das providências adotadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, em especial ao Despacho nº 33634 / 2018 – TRE/PRESI/DG/STI (Doc. 0692316), bem como monitoramento dos achados no Relatório de Monitoramento de Auditoria nº 02/2017 – Auditoria no Processo de Gestão de Armazenamento e Manutenção Preventiva das Urnas Eletrônicas. Após, retorne o feito a esta Diretoria-Geral para submissão da matéria ao Exmo. Desembargador Presidente". Nesse caso, informamos que as devidas providências foram tomadas e o procedimento encontra-se cumprido e finalizado, portanto, sem pendências.

8

ANEXOS E APÊNDICES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, como representante máximo pela governança deste Tribunal Regional Eleitoral, que reconheço a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório integrado e afirmo a aplicação do pensamento coletivo na preparação e apresentação do referido documento. Por fim, destacando o compromisso do TRE-PI com a conformidade exigida, acredito que este relato está de acordo com Estrutura Internacional para Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC).

Teresina, 25 de abril de 2019.

DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO

Presidente